



**NOVO OLHAR SOBRE A RESSOCIALIZAÇÃO:
SUA APLICAÇÃO PRÁTICA EM DOIS MODELOS BRASILEIROS DE
EXECUÇÃO DA PENA**

JULIANO VIEIRA ZAPPIA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FEVEREIRO DE 2014

Novo olhar sobre a ressocialização: sua aplicação prática em dois modelos brasileiros de execução da pena

Por: Juliano Vieira Zappia

Orientação: Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Direito Público.

Total de 199.725 caracteres.

Lisboa, Portugal

2014

RESUMO

Este trabalho apresenta o tema da ressocialização e estudos de caso em dois modelos distintos de unidades prisionais em Minas Gerais, no Brasil. Aborda a evolução histórica do conceito, bem como o quadro jurídico-normativo atualmente em vigor. No estudo de caso, há a exposição do modelo e são feitas considerações críticas sobre os procedimentos internos dos estabelecimentos prisionais comuns de Minas Gerais, com o contraponto do modelo *alternativo* da APAC.

ABSTRACT

This essay is meant to present the author's view on ressocialization, as well as two existing studies and two opposing models applicable to prison units of Minas Gerais, Brazil. It contains the historical evolution of ressocialization and the applicable laws and regulations on the matter. It also contains a study-case, in which the model is laid down and critical remarks are made to the internal proceedings that are carried out in Minas Gerais' prisons, in comparison to APAC's alternative model.

Palavras chave: Direito penal, Execução Penal, Pena, Ressocialização, APAC

ABREVIATURAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CSS	Conselho de Sinceridade e Solidariedade
CTC	Comissão Técnica de Classificação
FBAC	Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
GP	Gestão Prisional
ICV	Índice de Crimes Violentos
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
MG	Minas Gerais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PG	Procedimento de Gestão
PIR	Programa Individualizado de Ressocialização
POP	Procedimento Operacional Padrão
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SUAPI	Subsecretaria de Administração Prisional
SUS	Sistema Único de Saúde
TEDH	Tribunal Europeu de Direitos Humanos
VEC	Vara de Execuções Criminais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. O SISTEMA PENAL - CAMINHOS PARA O DISCURSO.....	5
2. BREVE HISTÓRICO DA RESSOCIALIZAÇÃO	9
2.1. SÉCULO XIX, A INFLUÊNCIA DO ILUMINISMO E DO PENSAMENTO LIBERAL.....	9
2.2. PÓS SEGUNDA GUERRA	15
2.3. DIREITO PENAL DO INIMIGO	24
3. O QUADRO JURÍDICO-NORMATIVO DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL	27
3.1. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL	30
3.2. DA ASSISTÊNCIA AO PRESO E AO EGRESSO.....	34
3.2.1. Da instrução	38
3.2.2. Do trabalho	40
3.2.3. Breves considerações sobre o regime jurídico das assistências.....	42
4. ESTUDO DE CASO: A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E O PRESÍDIO DE POÇOS DE CALDAS, MINAS GERAIS.....	45
4.1. OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E A LEGISLAÇÃO: INTRODUÇÃO...	51
4.2. OS PROCEDIMENTOS INTERNOS.....	54
4.2.1. Entrada do preso	54
4.2.2. Revista no preso e seus pertences	55
4.2.3. Trânsito interno.....	58
4.2.4. Disposições específicas sobre ressocialização nos procedimentos internos	60
5. ESTUDO DE CASO: A APAC DE POUSO ALEGRE, MINAS GERAIS.....	69
5.1. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	69
5.1.1. Relação com a Administração Pública	78
5.1.2. Parcerias com outras entidades públicas e empresas privadas	79
6. CONCLUSÕES.....	83
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXO I - PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO	
ANEXO II - TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO PRESÍDIO DE POÇOS DE CALDAS (OAB/MG)	

INTRODUÇÃO

No presente trabalho buscamos responder à questão da compatibilidade das normas e procedimentos internos dos estabelecimentos penitenciários (o que chamamos de aplicação prática) com o ideal de ressocialização conforme definido na legislação Brasileira, através do estudo de dois casos, um modelo de prisão tradicional (o presídio de Poços de Caldas) e um *alternativo* (a APAC de Pouso Alegre), ambos em Minas Gerais, Brasil.

Para melhor compreender a questão, faremos a abordagem do tema através de três perspectivas: doutrinária, legal e prática.

Iniciamos o trabalho apresentando brevemente alguns períodos selecionados da evolução histórica da prisão pela perspectiva do conceito de ressocialização, a partir do Século XIX, finais do Século XVIII, quando do “abandono” do modelo de cárcere do antigo regime e a adoção de uma perspectiva correccionalista da pena, até o princípio do Século XX, passando para o período das reformas legislativas dos anos setenta em diante, com uma nota à respeito da doutrina do Direito Penal do Inimigo.

Em seguida, a concepção do fim ressocializador da pena se traduz em instrumentos jurídicos. A legislação, inspirada pela doutrina, incorpora ao Sistema Penal os fins de prevenção e passa a regulamentar a Execução Penal com vistas à ressocialização (ou reintegração do condenado à sociedade, dentre outros termos análogos; contudo, no trabalho serão sempre usados de forma indistinta, dando-se preferência ao termo ressocialização). O estudo centra-se na legislação Brasileira, pela nossa familiaridade com este sistema jurídico, mas sem dispensar alguma reflexão comparativa com a legislação Portuguesa, com o intuito de descobrir se há grandes diferenças no aspecto formal-abstrato.

É importante notar que a questão penitenciária não se esgota nos grandes estabelecimentos prisionais das capitais. Na realidade, estes representam a minoria. A maior parte das unidades prisionais do Brasil são de pequeno porte, espalhadas pelos inúmeros Municípios do interior dos Estados. Por esta razão, para fazer a ponte entre o plano legislativo e a aplicação prática, focamos a investigação no exemplo concreto do presídio de Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil, local que tivemos a oportunidade de visitar por diversas vezes, seja em razão da advocacia criminal, seja pelas funções exercidas na Presidência da Comissão de Assuntos Penitenciários da 25ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), durante o triênio 2010-2012.

O estudo termina com a exposição de uma nova forma de aplicação prática dos princípios legais, em contraposição ao sistema prisional comum. Trata-se do método aplicado pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), concretamente o exemplo da unidade localizada em Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil. Este capítulo possui dois objetivos dentro da lógica sistemática da tese. Em primeiro lugar, visa desmistificar o ambiente prisional, falsear o senso comum – que ainda parece presidir a tomada de decisões políticas sobre o tema penitenciário – da prisão como local perigoso, cuja incumbência principal da administração é manter a segurança a qualquer custo (ainda que o custo seja humano), fazendo essa desconstrução do conceito através de um modelo antagônico. Ou seja, a primeira ideia é demonstrar ser possível, na prática, proceder de outra maneira sem causar o colapso da sociedade.

O segundo objetivo é apresentar o modelo principalmente ao leitor Português, onde este é presumivelmente desconhecido, como parte do salutar intercâmbio de experiências. No Brasil, e especialmente após o apoio oficial do Tribunal de Justiça e do Governo de Minas Gerais, as APACs se tornaram conhecidas no meio jurídico-criminal. A Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS) conta, inclusive, com uma Diretoria de Políticas APAC e Co-gestão (art. 69 do Decreto Estadual n.º 45.870/11), cuja finalidade é *implementar a metodologia APAC no âmbito do Estado de Minas Gerais*.

O estudo de caso das unidades prisionais objeto desta dissertação segue o tradicional método empírico da observação e do relato das experiências, mas optamos, no caso do presídio de Poços de Caldas, por buscar uma fonte adicional segura para sustentar a idoneidade da observação, visto que os relatos de presidiários e funcionários podem estar condicionados pelas circunstâncias e mesmo o presenciar de algum fato *in loco* pode não corresponder ao que seja a regra da vivência nestes sítios, mas um evento excepcional. Assim, o apoio dos documentos que estabelecem o *modus operandi* (no caso, o Procedimento Operacional Padrão) preenche esta lacuna e torna mais segura a investigação do tema. Não são objeto de investigação as prisões preventivas, medidas de segurança e a prisão civil.

Por fim, esperamos, ao final, melhor compreender se, e em que medida, existem discrepâncias substanciais entre o que se consagra no plano legislativo, como resultado da evolução do pensamento penal e dos trabalhos doutrinários, muitos também amparados na observação e compartilhamento das boas práticas, e o que se vê no funcionamento em concreto dos presídios comuns, para responder se ainda faz

sentido falarmos em ressocialização de uma forma que não seja mera retórica, um mero discurso utópico.

1. O SISTEMA PENAL - CAMINHOS PARA O DISCURSO

Um sistema é um conjunto organizado de elementos capazes e responsáveis por funções distintas relacionadas com a estabilidade e preservação do próprio sistema. Uma característica básica de um sistema é a possibilidade de isolá-lo de outros sistemas, de modo a ser possível distingui-lo¹.

Logo, a definição do que é o sistema penal está ligada à sua organização, à forma como seus diversos componentes interagem e não aos elementos em si. Isto porque a exclusão ou inclusão de um elemento no sistema não muda o sistema, desde que as regras de organização assim permitam e não impliquem no colapso do próprio sistema. Assim, a organização é o que define o sistema penal e nos permite observá-lo e distingui-lo dos demais sistemas.

No sistema penal atual é possível incluir como elementos as instituições que desempenham os papéis principais: a Polícia, o Judiciário e a Prisão, tal como organizadas em termos do processo penal: o fato, o inquérito, o julgamento e a execução da pena. Muitas vezes, o problema de trabalharmos em temas tais como o das prisões e a ressocialização é que existe uma multiplicidade de conceitos de sistema penal, fazendo com que a controvérsia comece desde a premissa.

Assim, durante o trabalho, quando houver referência ao sistema penal, estamos sempre falando desse conjunto organizado destas instituições.

Cabe fazer distinção que por vezes o discurso se sustenta no que o sistema penal *é*, e outras vezes no que *deve ser*. Por isso, quando dizemos que a finalidade do sistema é sua própria preservação, que remete à finalidade de prevenção geral expressa na fórmula de manutenção do *sistema da sociedade*², trata-se de um discurso descritivo (e não deixa de ser uma crítica) ao constataremos o quê o sistema penal, hoje, é. O mesmo vale para a parte da doutrina que considera o sistema penal essencialmente como controle social³, como apenas mais uma das instâncias de disciplinarização da sociedade⁴, sendo uma continuação dos mecanismos de poder e hierarquia das escolas,

¹ VIANNA, Túlio Lima. "Da Ditadura dos Sistemas Sociais: uma crítica à concepção de Direito como sistema autopoietico" in *Revista Crítica Jurídica*, Curitiba, n. 22, jul/dez 2003, pg. 67-70.

² ROXIN, Claus. "Sobre a evolução da ciência juspenalista alemã no período posterior à guerra" in *Problemas fundamentais de Direito Penal*. Coord. VALDÁGUA, Maria da Conceição Santana. Lisboa: Universidade Lusíada, 2002, pg. 245.

³ Nesta linha: CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal: parte geral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1999.

hospitais, conventos, etc. Contudo, não há espaço nesta obra para tratar deste aspecto com a profundidade que lhe é exigida.

Vale mencionar que algumas críticas, como faz Alessandro Baratta, possuem importância, ainda que a investigação não siga essencialmente na mesma linha, embora reconheçamos que há questões relevantes a serem consideradas, por exemplo, quando o autor cita os processos de *desculturização e prisionalização*⁵.

Uma outra característica do sistema penal (e a crítica que se origina) a ser considerada é ser um sistema autopoietico⁶. Nesse caso, se for levada em conta a característica *criminógena* das prisões, percebe-se que o sistema se auto alimenta, através dos altos índices de reincidência. Os indivíduos voltam à delinquência e repetem o ciclo Polícia, Judiciário e prisão, realimentando constantemente o sistema, independentemente das outras fontes de crimes, o que colocaria em cheque qualquer discussão acerca da ressocialização. Afinal, se a finalidade preventiva geral é a manutenção do sistema da sociedade (que passa pela contenção dos crimes) como não reconhecer um paradoxo entre esta finalidade e a organização autopoietica do sistema penal? Talvez aqui resida um ponto favorável a uma crítica radical das finalidades do sistema que poderia levar à conclusão de que o sistema não visa a prevenção de crimes, mas é instrumento para outros objetivos⁷.

Neste contexto, também é importante a crítica de Zaffaroni, no sentido de que há no funcionamento do sistema penal uma verdadeira renúncia à legalidade. A organização do sistema não permite o cumprimento da legalidade, pois isso acarretaria um colapso. Em uma hipótese ideal, se todos os crimes ocorridos fossem conhecidos pela Polícia, investigados, enviados para julgamento nos Tribunais e cumpridas as penas nas prisões, teríamos a impossibilidade material da Polícia, a insuficiência de Juízes e recursos para julgamento, bem como vagas nas prisões. A legalidade implica em um número de perseguições criminais, condenações e prisões impraticável (somos todos criminosos?). Haveria, portanto, essa incompatibilidade do respeito à legalidade com o

⁵ BARATTA, Alessandro. *Criminología y sistema penal*. Montevideo-Buenos Aires: Julio César Faira Editor, 2004, pg. 357-373.

⁶ VIANNA, T. L. *Da Ditadura dos Sistemas Sociais...*, pg. 73-74.

⁷ Neste sentido: BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*, pg. 367. Também BELEZA, Teresa Pizarro. "A moderna criminologia e a aplicação do direito penal" in *Separata da Revista do Ministério Público*. n. 32. Lisboa: Editorial Minerva, 1987, pg. 62. Ainda, nós já comentamos brevemente como o sistema jurídico no geral vem se adequando aos objetivos do mercado em ZAPPIA, Juliano Vieira; TOZINI, Daniela de Cássia Roque. *A crise do Estado frente ao poder econômico: as perplexidades da pós-modernidade*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 905, 25 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/7736>>. Acesso em: 17 dez. 2013, onde nos referimos à posição de José Eduardo Faria em FARIA, José Eduardo. "O artigo 26 da declaração universal dos direitos do homem: algumas notas sobre suas condições de efetividade in Justiça & história". *Revista do centro de memória do judiciário*. V. 1. n.ºs. 1 e 2. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2001.

funcionamento do sistema penal, cuja tensão se resolve por meio de um sistema seletivo, onde apenas uma parte mais vulnerável da população seria atingida⁸.

O que fazer, então? Diante de tantas objeções, seria mais sensato reconhecer a falência completa da prisão, seu caráter criminógeno, cujo objetivo não é qualquer ressocialização (e esta, impossível ou irrelevante)? E a partir daí, sentar e “esperar pela revolução”⁹ ou fazer um mero trabalho de cosmética e perceber que o carrasco só mudou de cheiro e uniforme?

O primeiro passo é reconhecer que as críticas escritas ao longo dos anos têm fundamento e não negar o fato já amplamente reconhecido no meio acadêmico e dos operadores do Direito que o cárcere, na sua situação atual, é essencialmente criminógeno e, na prática, não só tem falhado no seu objetivo de ressocialização como *pode ser* uma das principais causas do aumento da criminalidade (não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. Basta olharmos para o crescimento das organizações criminosas que operam de dentro dos presídios brasileiros).

Entretanto, reconhecer falhas não significa abandonar todo o projeto para “começar do zero”. O segundo ponto é ter uma boa dose de humildade científica para afirmar que a má qualidade dos prédios, da infraestrutura em geral não prova nada além desse fato: que a infraestrutura é ruim. Extrair daí que não adianta nada melhorar as construções ou que todos os problemas são consequência, é algo precipitado. O problema real é que não temos condições de afirmar que a ressocialização (no momento sem adentrar na discussão do conceito) nunca irá funcionar, ou que a situação atual do sistema penal comprova que a ressocialização falhou. Ora, a ressocialização, se pensarmos no que a legislação prevê como o ideal, por uma ou outra razão, jamais foi implementada totalmente. Há sempre um ponto falho no caminho. Ou é uma unidade prisional superlotada, ou são casos de violência dos agentes, ou os grupos criminosos que atuam dentro da prisão, falta de profissionais (tais como médicos, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, defensores públicos e até juízes e membros do Ministério Público), e ainda o distanciamento da própria comunidade que irá receber aquele preso. Tudo isto, contudo, não nos deve desanimar, ao contrário, advoga a favor de uma renovada força de vontade em pensar o sistema e uma forma de contornar os

⁸ Cf. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. 3.ed. Rio de Janeiro, Revan, 1998.

⁹ Assim questiona Teresa Beleza: “Se a alternativa não é «ficarmos todos sentados à espera da Revolução», como os textos do Prof. F. DIAS e do Dr. C. ANDRADE insistem ser o inevitável *outcome* de uma perspectiva radical, então que se poderá fazer que não seja atacável como (ou não seja, simplesmente) manipulação, extensão disfarçada de controle social, «nova» forma de repressão?” BELEZA, Teresa Pizarro. *A moderna criminologia...*, pg. 63.

problemas para que a aplicação prática desse ideal de ressocialização possa ser alcançado.

Portanto, há basicamente dois caminhos para o discurso a seguir: de deslegitimação, no sentido de abolição ou reforma radical do sistema; e de legitimação. Optamos pelo segundo, porque é possível (e necessário) trabalhar para a melhora dos elementos que compõem o sistema penal, como no caso das prisões, embora adotando uma postura crítica, ao reconhecermos a razão das críticas e opiniões deslegitimantes, mas não tratando os problemas como insolúveis, afinal, aquilo que não possui solução, solucionado está e não há margem para o debate. A ressocialização, portanto, não pode ser o fruto da árvore envenenada.

2. BREVE HISTÓRICO DA RESSOCIALIZAÇÃO

Iremos abordar a evolução do conceito de ressocialização fazendo referência a estritamente três pontos, ou períodos. A saber, o surgimento da corrente correcionalista e o contexto do pensamento penal da época, a sua releitura feita a partir dos anos setenta e algumas considerações sobre a doutrina do Direito Penal do Inimigo. Não há aqui nenhuma pretensão de esgotamento da evolução histórica, mas selecionamos pontos relevantes que estarão posteriormente refletidos nos capítulos restantes da dissertação.

2.1. SÉCULO XIX, A INFLUÊNCIA DO ILUMINISMO E DO PENSAMENTO LIBERAL.

Já em 1834, o jurista Português D. Francisco de Almeida, em sua obra *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*, denunciava as "horrorosas" condições das prisões em Portugal, que levavam à degradação da saúde dos condenados e impossibilitava qualquer esforço para ressocializar o preso, ao contrário, diz que as prisões em Portugal eram verdadeiras *escolas do crime*. Este autor criticou a falta de infraestrutura, o tratamento cruel, a falta separação e classificação dos presos, os perigos para a saúde, péssima qualidade da comida e a falta de meios de correção dos criminosos¹⁰.

D. Francisco de Almeida era membro do corpo político de Portugal. Em 1818 e 1819 foi conselheiro de Embaixada em Madrid e Paris, respectivamente. Posteriormente, foi encarregado de negócios nos Estados Unidos, cargo que ocupou em 1824. Em todos estes países já se encontravam em andamento reformas penais no sentido de conferir às prisões um caráter mais humano (o que é devido ao pensamento iluminista), transformando os cárceres de depósitos humanos para instituições com objetivos *correcionalistas*, que também representassem um menor custo para o Estado, com uma estrutura mais eficiente (influência do utilitarismo, cujo expoente neste ramo específico das prisões foi Bentham, a quem comumente associamos a arquitetura de tipo panótipo¹¹).

D. Francisco de Almeida, defensor do liberalismo, não poupou críticas ao regime absolutista. Segundo ele, o Marquês de Pombal, "*de horrorosa memória*" foi

¹⁰ ALMEIDA, Francisco de. *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*. Paris: Off. Typ. de Casimir, 1834, pg. 6.

¹¹ Sobre o panoptismo ver FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir...*, pg. 228-264.

"um dos maiores inimigos da liberdade, e talvez o homem mais cruel do seu século".

Escrevendo, ainda, sobre este contexto histórico, diz que:

"(...) não estão longe de nós os tempos calamitosos em que o cruel marquês de Pombal fez morrer hum grande numero de innocentes, não só sobre o cadafalso, mas em carceres subterraneos, immundos, sem luz, sem ar, sem nenhuma especie de alívio, nem mesmo aquelles que a religião em Portugal e outros paizes tinha o saudavel privilegio de dar¹²".

Interessante notar que, pelo trecho acima, vemos o autor estabelecer uma clara correlação entre as mazelas do sistema carcerário e a crueldade do governante, no caso, o Marquês de Pombal. A passagem acima representa o rompimento ideológico entre o que *era* e o que deveria passar a ser a prisão, e como isso reflete o modelo de Estado que a sociedade pretende construir. Nos faz pensar ser mesmo verdadeira a assertiva que diz ser no processo penal e na forma como são tratados os prisioneiros onde vemos se um Estado é realmente Democrático. Apesar de ser, então, uma característica do antigo regime, dois séculos depois ainda convivemos com prisões *sem luz, sem ar, sem nenhuma espécie de alívio*.

Não era outra a crítica às penas ligadas ao absolutismo. Era denunciada a crueldade, desproporcionalidade, irracionalidade das sanções criminais, não só pelo modo de sua execução, mas também pelo tipo de pena. O processo histórico levaria, gradualmente, à que a sanção criminal, por excelência, se tornasse quase sinônimo de prisão¹³. José Manuel Merêa Pizarro Beleza nos lembra que, no contexto do *vintismo*, o debate sobre a conveniência e reforma da pena de prisão envolvia também a questão da *inutilidade social* que o cárcere representava. Mas isso, porque, vejamos bem, havia uma comparação, uma relação de exclusão, entre a pena de prisão e a de trabalho em obras públicas, além da utilidade do degredo para povoar as colônias. Ora, neste sentido é que se dizia que a pena de prisão não era nem mesmo útil, porque o Estado perdia um "trabalhador" e ganhava apenas despesas com a sua custódia¹⁴. Fazia, portanto, todo sentido que viessem propostas conciliadoras, visando agregar tal utilidade social à pena de prisão.

D. Francisco de Almeida, em sua breve obra sobre a reforma das prisões em Portugal, diz serem dois os fins essenciais das prisões. Primeiro, conferir *segurança* à

¹² ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 10-11.

¹³ Sobre a evolução histórica e a consolidação da pena de prisão, ver BELEZA, José Manuel Pizarro. "A pena de prisão, a reforma das cadeias e o ensayo sobre o plano mais conveniente para a fundação das cadêas" in Manuel da Costa Andrade (org.) (et al) *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003, pg. 365-431.

¹⁴ BELEZA, J. M. P. *A pena de prisão...*, pg. 383-384.

sociedade (sem, contudo, violar a integridade física dos presos), e em segundo lugar, a *correção do delinquente*¹⁵. Sua proposta ainda remete à arquitetura radial (ou radiante)¹⁶, que seria adotada na Penitenciária Central de Lisboa. Nota-se a influência da experiência Norte-Americana, da *Philadelphia, Pennsylvania*, cujo sistema prisional focado na correção do criminoso serviu de inspiração para as reformas que se espalhariam pela Europa¹⁷, tendo sido objeto da obra "*Des prisons de Philadelphie. Par un européen*", escrita pelo Duque de La Rochefoucauld, François Alexandre Frédéric, em 1796, durante seu exílio nos Estados Unidos da América (tendo publicado uma segunda edição em 1799, em Amsterdam, quando de seu retorno à Europa).

A correção do delinquente, segundo a proposta de D. Francisco, deveria ocorrer por meio de quatro espécies: *morais, intelectuais, físicas e mistas*¹⁸. Os meios morais e intelectuais correspondiam à instrução moral religiosa e à alfabetização básica. Os meios físicos seriam prescritos por médicos, com o objetivo de sujeitar o preso a uma modificação orgânica (a ideia do *ser criminoso*), aliados aos trabalhos obrigatórios. Por fim, o que o autor chama de meios mistos, por derivarem da combinação dos anteriores, se desdobram em um método de *isolamento, silêncio e divisão* (separação dos detentos segundo uma classificação)¹⁹. Este método tinha como objetivo proporcionar ao preso a reflexão sobre seus próprios erros. O silêncio não é pensado com o objetivo de tortura ou outra forma acessória de punição, ao contrário (pensavam os autores) era um momento de busca interior do próprio condenado. Diz D. Francisco Almeida que "*findo o trabalho e a instrução que houver de ser dada em comum, cada preso se recolherá ao seu cubículo, aonde deverá observar hum profundo silêncio*"²⁰. "*Toute conversation suivie est interdite aux prisonniers entre eux*"²¹.

Na realidade, havia quem defendesse ou o método do silêncio (*Auburn*), ou o método do isolamento (*Philadelphia*), havendo diversas experiências, em diferentes graus de aplicação, como, por exemplo, na Inglaterra do mesmo período histórico²².

¹⁵ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 7.

¹⁶ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 11.

¹⁷ CASTELO BRANCO, António de Azevedo. *Estudos penitenciários e criminaes*. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1888, pg. 12. Também BELEZA, José M. P. *A pena de prisão...*, pg. 386.

¹⁸ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 15.

¹⁹ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 15-21.

²⁰ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 43.

²¹ LA ROCHEFOUCAULD-LIANCOURT, François-Alexandre-Frédéric, duc de. *Des prisons de Philadelphie. Par un Européen*. Philadelphia, 1796, pg. 17. "Toda conversação é proibida aos e entre os prisioneiros".

²² "Prison reform reached a climax in the 1830s with debates between the advocates of the separate system (wherein convicts were separated from each other in the belief that, in the quiet of their solitary cells, with their Bible, the exhortation of the chaplain, and their work at a hand crank, they would reach a realization of their wrongdoing and consequent repentance) and those of the silent system (wherein a strict discipline of silence would bring the prisoner to a similar recognition)". EMSLEY, Clive. "Crime

Em "*Des prisons de Philadelphie*", o autor nos explica as razões do isolamento: "*parce que dans cet abandonnement total de tout être vivant, il est plus amené à descendre dans lui-même, à réfléchir sur les fautes (...)*"²³. Este isolamento, não só físico em razão das paredes da cela, mas também através do silêncio, com um momento de auto-reflexão (o indivíduo e sua própria consciência²⁴), para a posterior correção, nos parece a aplicação de um processo maiêutico socrático à execução das penas. A ideia de *conhecer-te a ti mesmo*, refletir, duvidar do que já é adquirido, para abandonar tudo o que seja falso e, a partir daí, abraçar a verdade. É interessante notar as palavras de La Rochefoucauld, explicando que o sistema de *Philadelphia* procura fazer com que o preso se esqueça de seus velhos hábitos (criminosos), quando escreve: "*D'où il résulte, que le régime de cette prison a en vue d'amener les prisonniers à l'oubli de toutes leurs anciennes habitudes, à la réflexion sur eux-mêmes et par elle à l'amendement*"²⁵.

Portanto, em última análise, o método esperava que o preso alcançasse a correção por si próprio, pelo apelo à própria *razão*, o que faz sentido dentro uma filosofia humanista (Beccaria e Howard)²⁶. Podemos argumentar que, com todas as ressalvas imagináveis (a imposição deste tipo de isolamento e silêncio é uma forma de tortura), este sistema esperava resguardar o preso enquanto sujeito da pena, já que ele seria o ator principal de sua própria recuperação. Lógica que será completamente invertida, mais tarde, no final do Século XIX, com a Escola Positiva.

Se D. Francisco de Almeida escreve em 1834 e representa um movimento que já vinha de anos anteriores (ele mesmo denuncia o problema dos vários projetos nunca serem levados adiante), e como era de se esperar, o Brasil, com forte influência do cenário Europeu e Norte-Americano, seguia o mesmo ideal de reforma penitenciária:

"(...) em 1833, o governo imperial toma as providências para a construção de uma Casa de Correção na Corte. Adotou-se um projeto elaborado em 1826 por uma sociedade inglesa de melhoramento das prisões, o qual previa

and Crime Control" in Mike Maguire, Rod Morgan, Robert Reiner (eds), *The Oxford Handbook of Criminology*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 1997, pg. 79.

²³ LA ROCHEFOUCAULD-LIANCOURT, F. *Des prisons de Philadelphie...*, pg. 10-11. "Porque neste abandono total de todos os seres vivos, ele é levado à mergulhar em si mesmo, a refletir sobre suas faltas".

²⁴ FOUCAULT, M. *Surveiller et punir...*, pg. 276.

²⁵ LA ROCHEFOUCAULD-LIANCOURT, F. *Des prisons de Philadelphie...*, pg. 9. "Daí resulta que o regime desta prisão tem em vista levar os prisioneiros a esquecer todos os seus velhos hábitos, à reflexão sobre si mesmos e por ela à correção".

²⁶ "*La doctrine du Beccaria et d'Howard à promptement germé dans son coeur tout humain. (...) C'est lui qui a provoqué le changement de régime dans les prisons. (...) est l'agent principal de cette oeuvre respectable de raison et d'humanité*". LA ROCHEFOUCAULD-LIANCOURT, F. *Des prisons de Philadelphie...*, pg. 21.

uma construção “estilo panóptico”, com quatro raios, com duzentos cubículos cada um, totalizando 800 celas²⁷”.

Não é preciso grandes considerações para demonstrar que o modelo era o Europeu-Norte-Americano, tanto em relação à infraestrutura (a cargo da Sociedade Inglesa para o Melhoramento das Prisões) quanto às bases teóricas do método (correcional). Entretanto, pouco tempo depois já eram criticadas as má condições do prédio da Casa de Correção. A construção que deveria servir para romper com a prisão degradante logo seria considerada “*um depósito de presos onde tudo é permitido e desordenado*”²⁸.

Se de um lado havia a influência do pensamento liberal, de outro havia o surgimento e o avanço da corrente filosófica do Positivismo de Comte. Assim, as causas dos crimes e os criminosos passariam a ser objeto de estudo científico, à exemplo das ciências naturais. A aproximação da medicina e da psiquiatria nos estudos criminais acabaria por culminar na ascensão da criminologia positivista.

Vemos que a proposta de execução penal do Século XIX se apoiava na ideia do homem delinquente²⁹, quem possuía um certo desvio de natureza moral ou física, o que seria não só empiricamente observável mas também corrigível (não em todos os casos). D. Francisco cita³⁰ o trabalho de Franz Joseph Gall, a *frenologia*, que consistia na determinação do *ser* criminoso pelo formato da cabeça. O criminoso possuía uma anomalia psíquica ou orgânica que seriam as causas do crime. O método científico levaria os especialistas ao conhecimento das causas e ao método mais eficaz de combatê-las. Em outras palavras, através do método científico chegaríamos à *cura* do criminoso.

Este método, *correcional*, é criticável, ao passo que não é legítimo para o Estado Democrático impor valores, alterar a percepção subjetiva dos indivíduos, de forma coativa, por meio da força da pena estatal³¹. Não devemos buscar, através da pena, construir uma personalidade, o que sereia retirar a liberdade *interna* de autodeterminação do sujeito.

Criar uma concepção de ressocialização através da pena centrada no *homem delinquente* remete ao Direito Penal de autor e não do fato, posto que ninguém deve ser

²⁷ KOERNER, Andrei. “Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do Século XIX” in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 35, jul-set, 2001.

²⁸ KOERNER, A. *Punição, disciplina e pensamento...*, pg. 215.

²⁹ Os conhecidos trabalhos de Lombroso. Também Ferri.

³⁰ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 17.

³¹ DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I. 2.ed. Coimbra: Editora Coimbra, 2007, pg. 57.

punido pelo que *é*, mas pelo que *fez*, e ainda levanta o problema da objetificação da condenado, que deixa de ser considerado como sujeito de direito e passa a ser um objeto da Execução Penal, a ser utilizado como um instrumento pela sociedade para fins de prevenção e segurança pública, ou ainda com o objetivo de preparar mão de obra para a crescente indústria³².

Contudo, independentemente da concepção adotada, um ponto há que ser reconhecido, um problema que aparentemente, mesmo após 180 anos, não se encontra próximo de solução: nenhuma ressocialização seria possível sem que as condições mínimas sanitárias e arquitetônicas fossem alcançadas³³.

Esta obra de 1834 possui um capítulo destinado a um projeto de regulamento para as prisões, cuja sistematização é semelhante à da atual Lei de Execuções Penais Brasileira, com provisões sobre os diferentes tipos de unidades prisionais, formalidades sobre a entrada e libertação do preso, o respeito à presunção de inocência daqueles que aguardam julgamento, regras sobre infraestrutura, composição dos quadros de funcionários, conselhos de fiscalização composto por membros da comunidade, conselhos de administração, regras de tratamento e disciplina dos presos, incluindo as espécies de punições a serem aplicadas pelo Diretor³⁴.

Não pretendemos fazer um mapa completo da história da ressocialização. Este período, marcado pelas primeiras Constituições escritas (1822, 1826, no caso de Portugal, e 1824 para o Brasil) e também de reformas do sistema penal³⁵ e penitenciário, consequência inequívoca da influência do pensamento Iluminista e do Positivismo.

Contudo, somente em 1852 veio o primeiro Código Penal Português, com forte influência do Código Penal Espanhol de 1848 e do Código Criminal do Império do Brasil de 1830³⁶, este último um texto ainda conservador em relação às propostas Iluministas mas, sem dúvida, um avanço em comparação com as Ordenações Filipinas³⁷, que previa penas de banimento, desterro, galés, açoitamento (para escravos), perpétuas e de morte, e não mencionava finalidades correccionais (ressocializadoras) da pena em seu corpo. Já o Código Espanhol de 1848 previa em seu rol de penas o *presidio*

³² EMSLEY, C. *Crime and Crime Control...*, pg. 78.

³³ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 23.

³⁴ ALMEIDA, F. de. *Breves considerações...*, pg. 31-61.

³⁵ EMSLEY, C. *Crime and Crime Control...*, pg. 79.

³⁶ DIAS, J. F. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I... pg. 68-69.

³⁷ "Com efeito, o Código Criminal do Império surgiu como um dos mais bem elaborados, influenciando grandemente o Código Penal espanhol de 1848 e o Código Penal português de 1852, por sua clareza, precisão, concisão e apuro técnico. Dentre as grandes inovações, nosso Código consagrou, como destacavam Régis Prado e Zaffaroni, o sistema dias-multa em seu art. 55, tido, equivocadamente, como de origem nórdica". BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. ed. eletrônica. São Paulo: Saraiva, 2012, pg. 95.

ou *prision correccional*, em seu art. 24. Embora sejam relativamente da mesma época e fruto do mesmo movimento ideológico, as codificações Brasileira e Espanhola possuem diferenças consideráveis, sendo a Europeia de cunho mais liberal, como por exemplo na questão da prescrição das penas: imprescritíveis no Código Brasileiro de 1830 (art. 65), em contraposição com os prazos definidos de prescrição do Código Espanhol de 1848 (art. 126). Também, embora se diga que estes textos representam o triunfo do pensamento iluminista³⁸, vale notar que o Código Penal Espanhol de 1848 ainda traz, como o Brasileiro, penas de morte e perpétuas, e crimes como o de lesa-majestade punidos com a morte do autor do delito, o que é contrário ao pensamento de Beccaria³⁹, por exemplo.

Mas as propostas de reforma do sistema penitenciário Português só viriam com a Lei de 1 de Julho de 1867, que instituiria o sistema de *Philadelphia* de isolamento absoluto e a construção da Penitenciária Central de Lisboa, nos moldes de outras instalações semelhantes espalhadas pela Europa e América, mas especialmente inspirada na unidade Belga de Louvain.

Mais tarde, António de Azevedo Castelo Branco, então *sub-diretor da cadeia penitenciária de Lisboa*, em 1888, visitou e relatou⁴⁰ as experiências de prisões "ressocializadoras" na Bélgica (Louvain e Gand), Holanda e Espanha, construções de arquitetura similar, no formato radial, cujos sistemas celulares, de isolamento, silêncio completo e correção (moral inclusive) são essencialmente iguais àquele comentado por D. Francisco de Almeida, e sintetizam o que foram as primeiras penitenciárias destinadas à ressocialização.

O sistema de *Philadelphia* não resistiu aos péssimos resultados, levando muitos presos à loucura e ao suicídio⁴¹, e seria substituído em 1913, pela Lei de 29 de janeiro⁴².

2.2. PÓS SEGUNDA GUERRA

Nos anos 70, a reforma legislativa dos sistemas penitenciários na Europa (re)iniciou o caminho da busca pela ressocialização dos condenados, através do tratamento reeducativo e ressocializador⁴³, embora o método já fosse alvo de críticas, devido à sua ineficácia empiricamente observada, bem como ao fato de que os juízes

³⁸ DIAS, J. F. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I... pg. 68-69.

³⁹ BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Marcílio Teixeira. Rio de Janeiro: Rio, 2004, pg. 102.

⁴⁰ CASTELO BRANCO, A. A. *Estudos penitenciários e criminaes...*, pg. 11-66.

⁴¹ EMSLEY, C. *Crime and Crime Control...*, pg. 78-81.

⁴² DIAS, J. F. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I... pg. 72.

⁴³ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 376.

teriam fixado penas excessivamente longas para permitir que a finalidade de reabilitação fosse alcançada com sucesso⁴⁴. O posicionamento contrário ao modelo da pena como ressocialização fazia surgir o movimento neoclássico, focado na inocuização e na retribuição⁴⁵.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, nos anos 80, junto com a crise do Estado social cresce a desconfiança generalizada nos programas de tratamento e ressocialização, incentivando teorias *neoclássicas* de retribuição e *neoautoritárias* de inocuização ou neutralização⁴⁶. Contudo, apesar das críticas, o modelo socializador nunca desapareceu, mesmo nestes países⁴⁷.

O Brasil, entretanto, seguiu com o ideal de ressocialização vivo, em parte pelo que se noticiava de uma suposta experiência de sucesso no Estado de São Paulo na década de 70, ligadas a um movimento cristão e a realização de “Jornadas Carcerárias de Evangelização” promovidas pela recém criada Associação de Proteção e Assistência Carcerária⁴⁸ (APAC), lideradas pelo advogado Mario Ottoboni e chanceladas pela Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo⁴⁹. As “jornadas” foram noticiadas pelos meios de comunicação de abrangência nacional, o que conferiu certa notoriedade à experiência, atraindo a atenção do próprio governo (ainda uma ditadura militar, na época, sob a presidência de Ernesto Geisel) que chegou a enviar assessores para estudar o método, o qual seria classificado pelo Ministério da Justiça como “laboratório e modelo”. Em seguida, viria a alteração do Código Penal, das regras comuns às penas privativas de liberdade, pela Lei n.º 6.419/77, reforçando a função do trabalho e do estudo na ressocialização do detento.

Alguns anos mais tarde, já na decadência do regime militar, é promovida no Brasil uma profunda reforma penal em 1984, tanto da parte geral do Código Penal (através da Lei n.º 7.209/84), para adotar a teoria finalista, como criando a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84), que consagrou a finalidade de prevenção e integração social do condenado. Contudo, este caminho nem sempre foi harmônico, mas sim com alguns retrocessos, como a criação da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90), com disposições tornando mais severa a Execução da Pena, como a previsão

⁴⁴ MORGAN, Rod. “Imprisonment: Current Concerns” in Mike Maguire, Rod Morgan, Robert Reiner (eds), *The Oxford Handbook of Criminology*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 1997, pg. 1145-1146.

⁴⁵ RODRIGUES, Anabela Miranda. *Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária*. 2.ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2002, pg. 39.

⁴⁶ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 207.

⁴⁷ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre a...*, pg. 40.

⁴⁸ O nome seria posteriormente alterado para Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

⁴⁹ NETO, Sílvia Marques. “Do Condenado e do Internado” in SILVA, Jane (org.) *A Execução Penal à Luz do Método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011, pg. 27-28.

de cumprimento integral da pena em regime fechado (artigo atualmente revogado), e, mais recentemente, a Lei n.º 10.792/03, a qual alterou a Lei de Execução Penal para instituir o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), a *cela surda*, no regime de *solitary confinement*⁵⁰ nos moldes da *Philadelphia* de 1796.

Em Portugal, a reforma do Código de Processo Penal de 1982 reformulou todo o Título VIII do Livro II, sobre a execução das penas, através do Decreto-Lei n.º 402/82, em cujas considerações iniciais lê-se que paralelamente à criação de novas formas de punição (regime de prova e prestação do trabalho a favor da comunidade), as penas tradicionais (prisão e multa) “*passam a obedecer a uma nova filosofia, quer nos seus fins, quer na sua execução*” para “*reinserir na sociedade os delinquentes, devolvendo-os ao pleno convívio dos seus concidadãos como elementos inteiramente úteis e válidos*”.

2.3. Do conceito atual de ressocialização

Na linha da concepção dos fins preventivos da pena, algumas teorias, derivadas da escola positiva, pregavam que o único modo de se aplicar uma pena eficaz seria através de uma forma de tratamento, abandonando o caráter de castigo e passando a encarar a sanção criminal como uma espécie de *cura*⁵¹.

Essa corrente se sustenta em teorias psicológicas das causas do crime (Figueiredo Dias cita o trabalho de H. J. Eysenk sobre crime e personalidade). Assim, é natural que, de acordo com estas premissas, a resposta penal mais adequada é na forma de tratamento (ou *medidas de terapia do comportamento*)⁵² adequado e específico para cada indivíduo, ou seja, a individualização do tratamento era uma característica essencial para esta forma de pena.

O problema da perspectiva especial-preventiva da pena (partindo de uma ótica *kantiana*⁵³ do indivíduo condenado enquanto detentor de dignidade humana) é a utilização do ser humano como um instrumento⁵⁴ (e não como um fim, se em última instância se visa a segurança da comunidade) e a total falta de parâmetro máximo da intensidade da punição. Quanto de pena é necessário para cumprir integralmente a finalidade de prevenção especial? Dentro de uma lógica de cura, o tratamento deve

⁵⁰ LA ROCHEFOUCAULD-LIANCOURT, F. *Des prisons de Philadelphie...*, pg. 9.

⁵¹ CARVALHO, Américo Taipa de. “Prevenção, culpa e pena” in Manuel da Costa Andrade (org.) (et al) *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003, pg. 319.

⁵² DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*. 3. reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2011, pg. 215.

⁵³ KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. Trad. Edson Bini, Bauru: EDIPRO, 2003, pg. 176.

⁵⁴ Em sentido contrário, rebatendo esta crítica: DIAS, J. F. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I... pg. 50.

perdurar pelo tempo necessário, ou seja, o *quantum* da pena é indeterminado. Contudo, não se coaduna com um Estado Democrático de Direito uma pena de duração indeterminada.

A solução apontada por Figueiredo Dias seria o princípio da culpa, como limite inultrapassável da sanção penal⁵⁵. No mesmo sentido, Anabela Rodrigues, quando considera a culpa como "*limite efetivo da medida da pena*"⁵⁶.

Já o limite mínimo da pena dificilmente guarda relação com a ressocialização. Ora, supondo que o fim da pena seja a reintegração social do condenado, uma vez ressocializado, qualquer tempo de pena adicional é inútil deste ponto de vista, ainda que a pena fixada pelo Juiz ainda não tenha sido cumprida na integralidade. A resposta para este problema é que a pena não pode ser menor do que o *quantum* mínimo exigido para que seja cumprido o fim de prevenção geral, um patamar mínimo, nas palavras de Figueiredo Dias, chamado de *defesa do ordenamento jurídico*⁵⁷.

Nos cabe perguntar qual ideal de liberdade pode fundamentar um objetivo de prevenção especial da pena que nada mais é do que negar a liberdade daquele indivíduo de se autodeterminar. Roxin lembra a objeção de Hegel contra este fim especial-preventivo da pena, que reduziria o ser humano à condição de um cachorro contra o qual se levanta o bastão do castigo⁵⁸. Teresa Beleza lembra que Hegel chegou a formular o entendimento de que a pena seria um *direito do delinquente*:

"(...) direito do delinquente, porque foi através de um ato livre da sua vontade que ele praticou o crime, que ele negou o Direito e que, portanto, através desse ato de vontade ele exigiu que lhe fosse aplicada a pena, que lhe fosse aplicada a consequência necessária desse crime"⁵⁹.

Este tipo de concepção transforma o modo de encarar a pena, deixa de ser um mal e passa a ser um bem, um direito, uma cura. O efeito não seria negativo, no sentido da negação da liberdade, mas positivo.

O problema em ver na pena uma espécie de bem para o futuro guarda relação com a proporcionalidade, pois é exatamente a noção clara de que com a pena infringimos um mal a outro ser humano que nos permite conter o exercício deste poder punitivo, limitar a pena à culpa. Portanto, é possível argumentar que a faceta retributiva

⁵⁵ DIAS, J. F. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I... pg. 47.

⁵⁶ RODRIGUES, Anabela Miranda. "O modelo de prevenção na determinação da medida concreta da pena privativa de liberdade" in *Problemas fundamentais de Direito Penal*. Coord. VALDÁGUA, Maria da Conceição Santana. Lisboa: Universidade Lusíada, 2002, pg. 186.

⁵⁷ DIAS, J. F. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I... pg. 80-81.

⁵⁸ ROXIN, Claus. *Fundamentos político-criminales del Derecho penal. Obras selectas de Claus Roxin*. Coord. CÓRDOBA, Gabriela E; e PASTOR, Daniel. 1.ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2008, pg. 111.

⁵⁹ BELEZA, Teresa Pizarro. *Direito Penal*. v.1. 2.ed. Lisboa: AAFDL, 1984, pg. 289.

seja indissociável da pena, uma característica ontológica, de tal forma que negar a retribuição equivaleria a negar a própria pena⁶⁰.

A penúria faz parte do que se concebe como pena. De acordo com a definição de pena (*punishment*) de H. L. A. Hart, um de seus elementos é a obrigatoriedade de envolver dor ou outra consequência normalmente considerada desagradável⁶¹. Américo Taipa de Carvalho parece reconhecer o mesmo elemento constitutivo da pena quando diz, sucintamente, ao comentar o seu efeito de *dissuasão* que se dá “*através do sofrimento que a pena naturalmente contém*”⁶². Esta natureza da pena também podemos extrair das célebres palavras de Alexander Paterson, “*men come to prison as a punishment, not for punishment*”⁶³, nas quais percebemos uma dicotomia entre a constituição e a finalidade da punição. Teresa Beleza fala em “*um grau de sofrimento legítimo inerente ao sistema penal*” que estaria implicitamente reconhecido na Convenção contra a Tortura da Organização das Nações Unidas⁶⁴.

Assim, qualquer modelo de cumprimento da pena privativa de liberdade deve tomar em conta que a pena é um mal, é uma retribuição, mas apesar disso devemos buscar a ressocialização, apesar da pena⁶⁵. O que é criticável quando falamos em retribuição é a sua concepção enquanto fim da pena. Ora, devemos lembrar que a pena é, em si, um meio, “*les peines ne sont autre chose que des moyens pour arriver à une fin*”⁶⁶, como já ensinava Levy Maria Jordão. Portanto, por vezes se misturam e se confundem os fins com a própria natureza da pena. Na nossa opinião, não é incompatível que a pena possua a retribuição como parte de sua natureza e a prevenção como fim, embora o trabalho não tenha o objetivo de investigar mais a fundo este campo sempre fecundo de debate.

⁶⁰ JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de Derecho Penal. Parte General*. Trad. José Luis Manzaneres Samaniego. 4.ed. Granada: Comares Editorial, 1993, pg. 57. Lê-se: “*Negar que la pena tenga carácter de mal sería tanto como negar el propio concepto de pena*”.

⁶¹ HART, H. L. A. *Punishment and Responsibility. Essays in the Philosophy of Law*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2008, pg. 4.

⁶² CARVALHO, Américo Taipa de. *Prevenção, culpa e pena...*, pg. 325.

⁶³ PATERSON, Alexander *apud* MORGAN, Rod. “Imprisonment: Current Concerns” in Mike Maguire, Rod Morgan, Robert Reiner (eds.), *The Oxford Handbook of Criminology*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 1997, pg. 1145.

⁶⁴ BELEZA, Teresa Pizarro. “A flor negra da civilização” in Tribunal da Relação de Lisboa, Luís Maria Vaz das Neves e Dina Maria Monteiro (coord.), *Tribunal da Relação de Lisboa - Uma casa da Justiça com rosto*. Lisboa: Norprint S.A., 2010, pg. 173-190.

⁶⁵ “*El punto de vista desde el cual afronto el problema de la resocialización, en el contexto de una criminología crítica, es que la cárcel no puede producir efectos útiles para la resocialización del condenado y que, por el contrario, impone condiciones negativas en relación con esta finalidad. A pesar de esto, la finalidad de una reintegración del condenado en la sociedad no debe ser abandonada, sino que debe ser reinterpretada y reconstruida sobre una base diferente*”. (BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 357).

⁶⁶ JORDÃO, Levy Maria. *Cours de droit pénal*. Lisboa: Typographia de Lallemant & Cia, 1858, pg. 32. “As penas não são outra coisa que meios para chegar a um fim”.

Continuando, é importante pensar na ideia de ressocialização quando nos perguntamos que tipo de cidadão se quer construir com a aplicação da pena, e qual o preço a ser pago pela sociedade. Que tipo de estado pode se intitular liberal se age de forma determinista no comportamento de seus cidadãos, tratando-os não como sujeitos, mas como objetos a serem formatados dentro de um padrão aceito pré estabelecido? Estas perguntas são complexas na medida em que a resposta depende de uma série de conceitos dos quais é possível partir. Podemos remontar ao conceito de virtude em Sócrates, ou Aristóteles; podemos passar pela análise sociológica do comportamento desviante e aceitá-lo como parte indissociável da vida em sociedade ou ainda como uma patologia destinada a ser extirpada do corpo social, dentre outros.

É preciso definir, em termos de política criminal, qual o sentido da finalidade preventiva da pena, na medida em que o cidadão ao qual foi aplicada a sanção deve retornar à sociedade como um humano virtuoso e um exemplo a ser seguido, ou como um mero seguidor das leis ou, ainda, como um fiel obediente às imposições de *não-fazer* da lei penal, pouco importando seu comportamento face aos ilícitos civis e administrativos. Queremos um condicionamento da conduta interna do sujeito ou simplesmente a segurança de que suas manifestações externas não se convertam em novos crimes? Advertência individual, segurança ou inocuização?

Sobre a questão do conteúdo da ressocialização, Anabela Rodrigues escreve:

"Dever que se traduz em oferecer-lhe [ao recluso] o máximo de condições para prosseguir a vida sem que pratique crimes, por essa forma prevenindo a reincidência. Só nisto se exprime a exigência de socialização. Não em qualquer imposição coactiva de valores, a dar cobertura a um modelo médico de tratamento ou à negação do direito à diferença"⁶⁷.

Portanto, segundo a autora, não devemos promover uma visão moralizante da prevenção especial, destinada a mudar a atitude interna do delinquente⁶⁸. Na mesma linha, Alessandro Baratta:

"La nueva ley penitenciaria alemana asigna a la ejecución de la pena de detención y a las medidas de seguridad privativas de libertad, el fin de hacer del detenido una persona capaz 'de conducir en el futuro, con responsabilidad social, una vida sin delitos'" (§2º)⁶⁹.

⁶⁷ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre...*, pg. 38. No mesmo sentido: DIAS, J. F. *Direito penal. Parte Geral*. Tomo I..., pg. 57.

⁶⁸ MUNOZ CONDE, Francisco. GARCÍA ARÁN, Mercedes. *Derecho Penal. Parte General*. 6.ed. Valência: Tirant lo Blanch, 2004, pg. 505.

⁶⁹ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 357.

O que resta é saber se esta *vida sem delitos* se refere a uma interiorização, por parte do indivíduo, de valores ou respeito aos valores que antes não respeitava. Pensemos no caso do traficante de drogas e uma nova Lei penal que venha descriminalizar a conduta de vender substâncias entorpecentes (estupefacientes). Neste caso hipotético, a conduta do agente permanece a mesma, não há qualquer mudança de valores e comportamento, mas, na prática, posto que este ex-traficante passa a ser comerciante, há uma ressocialização, no sentido de que ele seguirá sua vida sem cometer crimes, pelo menos este. O que não se admitiria, em termos de finalidade da pena, é que esta pessoa tivesse interiorizado, como valor, o repúdio à venda de drogas, que passou a ser lícita no nosso caso hipotético. Ou, nas palavras de Américo Taipa de Carvalho:

"A função de ressocialização não significa uma espécie de "lavagem no cérebro", isto é, uma substituição da "mundivivência" do condenado pela "mundivivência" dominante na sociedade, mas, sim e apenas, uma tentativa de interpelação e consequente auto-adesão do delinquente à indispensabilidade social dos valores essenciais (bens jurídicos-penais) para a possibilitação da realização pessoal de todos e de cada um dos membros da sociedade. Em síntese, significa *prevenção da reincidência*"⁷⁰.

Portanto, a ressocialização enquanto vida sem crimes é um processo que leva o indivíduo a decidir agir conforme o Direito, independentemente das razões morais que o levam a fazê-lo, mas que deve incluir, sobretudo, uma prestação positiva no sentido de lhe ampliar, tanto quanto possível, as oportunidades legítimas⁷¹ para alcançar os seus objetivos de vida.

Quando o Estado impõe, por meio da pena, os valores que julga adequados, comete uma forma de violência contra seus cidadãos, e dificilmente tal fato se harmoniza com o objetivo de construir uma sociedade pluralista, característica do Estado Democrático. A violência estatal, ainda que neste plano de imposição de valores, é digna de repúdio e é exatamente este tipo de solução que coloca em cheque a própria pena e, em última análise, nos faz preferir a existência do crime à pena, dentro da fórmula de que *é melhor sofrer injustiça do que cometê-la*.

Por essa razão, não devemos desviar o conceito de ressocialização. Isto é especialmente perigoso quando, no afã de melhorar as condições de cumprimento da pena, o Estado proporciona assistência psicossocial e recorre à confecção de diversos

⁷⁰ CARVALHO, A. T. *Prevenção, culpa e pena...*, pg. 325.

⁷¹ Conforme os trabalhos de Merton, cuja síntese encontramos na obra de Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade (DIAS, J. F. e ANDRADE, M. C. *Criminologia...*, pg. 321-342).

tipos de *laudos criminológicos* (ver capítulo 4.2.4). Ora, o papel da assistência psicológica e social, bem como dos exames técnicos realizados, não é moldar o indivíduo, mas reduzir o impacto negativo do cárcere e buscar evitar o fenômeno da *prisionização*⁷², ou seja, a interiorização da (*sub*)cultura da prisão, o que equivaleria ao oposto do que pretendemos com a ressocialização.

A primeira função do princípio de ressocialização é a construção de um método para a execução da pena onde não ocorra a *dessocialização*. Neste sentido, nas palavras de Cezar Roberto Bitencourt:

"Entende-se que o conteúdo da ressocialização não será o tradicionalmente concebido, isto é, com a imposição de forma coativa (arbitrária) da reeducação, mas sim vinculado a não *dessocialização*. A ressocialização do delinquente implica um processo comunicacional e interativo entre indivíduo e sociedade. Não se pode ressocializar o delinquente sem colocar em dúvida, ao mesmo tempo, o conjunto social normativo ao qual se pretende integrá-lo. Caso contrário, estaríamos admitindo, equivocadamente, que a ordem social é perfeita, o que, no mínimo, é discutível"⁷³.

A não *dessocialização*⁷⁴ possui dois sentidos, um *negativo* e um *positivo*. O primeiro diz respeito à obrigação do Estado de não causar mais danos além dos que já são inerentes à privação da liberdade (*nihil nocere*)⁷⁵. Ademais deste sentido de *evitar* a *dessocialização*, incumbe ao Estado o igual dever de *promover* a não *dessocialização*, através da atuação em concreto para assegurar os direitos económicos, sociais e culturais (*omnia prodesse*)⁷⁶.

O que ocorre é que, efetivamente, o conteúdo da ressocialização se manifesta (ou não) com maior força não propriamente na Lei, mas nos manuais práticos e regimes disciplinares dos presídios do que na legislação de nível Federal ou Estadual. São nesses manuais operacionais onde a proposição de uma Execução Penal que visa excluir (ou limitar ao máximo) os efeitos negativos da prisão tomariam forma, ou seja, é no cotidiano das prisões onde devemos investigar se estes objetivos são cumpridos ou não.

Portanto, as proposições e as diversas teorias dos fins das penas, apesar de representarem avanços significativos, não podem se distanciar do plano concreto. O discurso jurídico evoluiu, mas acabou fixando-se excessivamente em questões teóricas e

⁷² SÁ, Alvinio Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 195.

⁷³ BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal...*, pg. 176.

⁷⁴ Conceito já absorvido pelo ordenamento jurídico Português, conforme o art. 3.º, n.º 5 da Lei n.º 115/2009: "A execução, na medida do possível, evita as consequências nocivas da privação da liberdade e aproxima -se das condições benéficas da vida em comunidade".

⁷⁵ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre...*, pg. 47.

⁷⁶ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre...*, pg. 51.

abstratas, ao ponto do legislador expressamente ignorar a produção do conhecimento jurídico-penal “para evitar polêmica”, como podemos ler na exposição de motivos da Lei de Execuções Penais Brasileira (ver capítulo 3.1). Ou seja, ao não adotar claramente uma das diversas “ideologias” sobre os fins das penas, o legislador acaba por transformar o texto legal em um conceito vazio, relegando para a prática a função de definir no quê se traduz a ressocialização. É certo que o discurso penal não pode cair no tecnicismo jurídico⁷⁷, no entanto, é preciso reconhecer que o ordenamento jurídico absorveu muito pouco dos avanços doutrinários na matéria, o que acaba por se refletir nos manuais de administração e gestão das unidades prisionais.

Feitas estas considerações, sabemos que há, portanto, o primeiro objetivo de não dessocialização. Em segundo lugar, a execução da pena deve atender ao objetivo de proporcionar as condições para que o indivíduo incorpore à sua esfera jurídica direitos que antes poderia não ter. Portanto, a possibilidade de estudos, além da instrução básica, a *profissionalizante*, é um exemplo do que falamos, haja vista a considerável ampliação de possibilidades legítimas de auferir renda para a pessoa capacitada.

Também percebemos que de nada adianta capacitar o preso se os efeitos negativos do cárcere sejam de tal forma que a sociedade se recuse a empregar o egresso do sistema prisional. Por essa razão, o primeiro objetivo de *não prisionização* (ou *dessocialização*) tem implicações *extra muros*, o que nem sempre é evidente. A ação positiva do Estado não se limita, portanto, aos limites concretos do estabelecimento prisional. As políticas públicas devem contrabalançar o estigma do prisioneiro, através de normas cujos destinatários não são os agentes penitenciários ou os presos, mas a sociedade à sua volta⁷⁸, incluindo a própria família do condenado⁷⁹.

No mais, o conceito de ressocialização, nestes termos, não implica na aceitação do crime, ou do comportamento criminoso, como dado ontológico⁸⁰. A ressocialização enquanto prevenção da reincidência e ações positivas no sentido de proporcionar ao detento condições para acrescentar à sua esfera jurídica individual o acesso a direitos que antes não possuía (ou não tinha consciência de que os possuía) não tem como

⁷⁷ Sobre as críticas ao tecnicismo jurídico ver CARPENTIERI, José Rafael. *História Crítica do Direito Penal*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2012, pg. 120-137.

⁷⁸ Um exemplo de boas iniciativas neste sentido é o Projeto Regresso (também mencionado no capítulo 3.2.2), no âmbito do Estado de Minas Gerais, que consiste, resumidamente, em incentivos fiscais para empresas que contratarem ex detentos.

⁷⁹ SÁ, Alvinio Augusto de. *Criminologia Clínica...*, p. 94-97.

⁸⁰ “A crítica apontada aos defensores dos movimentos de direitos humanos e civis americanos (como por exemplo os SCHWENDINGERS – v. GREENBERG, 1981) quanto ao carácter idealista das suas reivindicações teóricas é, portanto, parcial e incompleta. Como resolver o problema da existência/inexistência de comportamentos desviados ou criminosos como dado ontológico?” BELEZA, T. P. *A moderna criminologia...*, pg. 60.

objetivo reverter o *comportamento criminoso*, mas combate a *vulnerabilidade* da pessoa ao sistema penal⁸¹. Disto decorre a consequência de que não existe o *indivíduo ressocializado*. A *não-reincidência* não é verificável objetivamente, porque é um estudo que pressupõe o conhecimento de todo um percurso de vida, até a morte, ou um exercício de futurologia.

Por essa razão, não trataremos questões normalmente referidas quando se fala sobre o tema da ressocialização, por exemplo, a dicotomia entre socialização primária e secundária de que falam Berger e Luckmann, porque não resolvem a questão de tratar a ressocialização (e o inverso) como elemento ontológico⁸².

Portanto, qualquer que seja o nome dado (ressocialização, reinserção, reintegração social, etc), trataremos a ressocialização neste sentido, em síntese:

- a) contenção dos danos causados pela vivência no cárcere;
- b) o preso enquanto sujeito de sua própria ressocialização;
- c) prestação de serviços pelo Estado com o objetivo de combater o status de vulnerabilidade;
- d) condições para o aumento de oportunidades legítimas para o decurso da vida fora da prisão.

2.3. DIREITO PENAL DO INIMIGO

Por fim, algumas poucas palavras sobre como a notória teoria é um retrocesso em termos ressocializadores da pena.

É importante apontar que as teorias que tendem a valorizar mais a prevenção geral sobre os outros fins das penas (ou até negá-los) também podem guardar correlação com correntes mais repressivas de Direito Penal. Não é por acaso que a conhecida teoria do Direito Penal do Inimigo de G. Jakobs, a qual tem a roupagem do direito penal de autor (e que remete inevitavelmente ao Estado Nazista), elege como finalidade primordial da pena as exigências da prevenção geral. Em outro momento da história, como é sabido e já comentamos a respeito, o Iluminismo se voltou contra as penas degradantes, de tortura e de morte⁸³ que eram característica de um "*sistema baseado fundamentalmente na intimidação*"⁸⁴. Zaffaroni demonstra como a prevenção geral

⁸¹ ZAFFARONI, E. R. *Criminología: aproximación desde un margen*. Santa Fé de Bogotá: Temis, 1998, pg. 25.

⁸² Cf. BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22.ed. Petrópolis:Vozes, 2002.

⁸³ Cf. BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*.

⁸⁴ MUNOZ CONDE, F. e GARCÍA ARÁN, M. *Derecho Penal...* pg. 504.

positiva e a função simbólica do direito penal são temas encontrados no discurso jurídico desde o séc. XVI, por exemplo em Jean Bodin, ao teorizar sobre a necessidade de punir apenas um entre cada dez crimes de forma a evitar que a população se volte contra os próprios magistrados. A pena simbólica de um criminoso serviria e bastaria para reafirmar a confiança no sistema penal⁸⁵. Em outras palavras, não é preciso encontrar um inimigo, só é preciso criar um.

Ora, é possível dizer que o Estado criado por George Orwell em *1984* tem na vigilância eletrônica uma finalidade de prevenção geral. Não só isso, nesta obra, a propaganda constante de *satanização* dos inimigos (simbolizados na personagem de Emmanuel Goldstein, líder da nação inimiga, em uma situação de guerra permanente) e o medo da guerra constante eram, juntamente com a vigilância, elementos interligados de uma finalidade maior de controle social. Na estória de Orwell há um elo entre a prevalência dos interesses de prevenção geral com uma ideia de Estado de emergência, que por sua vez está ligada à ideia do inimigo, ou o medo incessante do inimigo.

Para não transformarmos a realidade na indesejável distopia de Orwell, é preciso, primeiramente, afastar a ideia de que o condenado é o *inimigo*⁸⁶. O inverso também há de ser rechaçado: rotular o condenado submetido à vigilância como *corrigível* se isto implicar a existência do *incorrigível*, o que seria um jogo de palavras, uma outra forma de denominar o inimigo, posto que ao delinquente "normal" é aplicada a ressocialização, enquanto que ao inimigo só cabe a *eliminação*⁸⁷.

Por fim, nos cabe fazer mais uma crítica à prevenção geral vista como fim primordial da pena. Seja na concepção da intimidação geral, do medo da pena enquanto determinação para a abstenção da prática de delitos, ou na perspectiva positiva, a prevenção geral possui como pano de fundo uma forte influência do estado de natureza de Hobbes⁸⁸ e sua visão acerca do aspecto sancionador das leis, que pode ser expressa em sua famosa frase: "*covenants, without the sword, are but words*"⁸⁹. Essa noção de violência estatal como forma de manter a ordem aliada ao estado de natureza hobbesiano, vai se traduzir, ao fim e ao cabo, numa concepção perversa acerca do homem e, quiçá, também incompatível com a ressocialização. Se o homem é uma

⁸⁵ ZAFFARONI, E. R. *El enemigo...*, pg. 87.

⁸⁶ Cf. ZAFFARONI, E. R. *El enemigo...*, passim.

⁸⁷ ZAFFARONI, E. Raúl. *El enemigo...*, pg. 90.

⁸⁸ Por exemplo, MEZGER, onde lê-se: "*la tendencia a delinquir no se circunscribe al verdadero delincuente. Esta tendencia existe como 'criminalidad latente' (Lehrb., 503) más o menos en todos los hombres.*" in *Derecho Penal: parte geral*. Trad. Conrado A. Finzi. Buenos Aires: Editorial Bibliográfica Argentina, 1955, pg. 372.

⁸⁹ in ARENDT, Hannah. *On violence*. Orlando: A Harvest Book, 1970, pg. 5. Também em HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Ed. digital disponível em "<http://ebooks.adelaide.edu.au/h/hobbes/thomas/h68l/chapter17.html>", acesso em 30/05/2013.

espécie de criminoso latente (o lobo do homem) e se essa é sua condição natural, a ressocialização só pode ter aquela vertente correcional, ou seja, uma imposição moral, artificial de valores.

3. O QUADRO JURÍDICO-NORMATIVO DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL

Quando falamos em Execução Penal, termo que pode soar incomum ao leitor que não seja brasileiro, estamos nos referindo ao ramo do Direito que trata do cumprimento das penas fixadas pelo Juiz criminal, bem como do procedimento próprio (chamado de execução penal), em autos separados do processo-crime. A Execução Penal é, portanto, também o processo que acompanha o cumprimento da pena, mas não nos interessa adentrar nos detalhes de procedimentos, como os recursos, incidentes, etc, mas sim focar nos aspectos que remetem, ainda que indiretamente, ao ideal de ressocialização.

A Execução Penal é regulada pela Lei Federal n.º 7.210/84, mesmo ano da maior reforma que o Código Penal de 1940 sofreu, sendo toda a parte geral atualizada pela Lei 7.209/84. À Execução Penal incidem as determinações da parte geral do Código Penal a respeito da pena, das espécies de pena, dos regimes de cumprimento, sursis, do exame criminológico, do livramento condicional, entre outras.

Em nível Estadual, especificamente em Minas Gerais, a Execução da pena também está vinculada às Leis Estaduais n.º 11.404/94, 12.492/97, 12.936/98 e 13.955/01.

A Lei 7.210/84, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), possui 204 artigos, divididos em nove títulos, que abrangem desde a delimitação do escopo da Lei, passando pelos direitos e deveres do condenado, até disposições de natureza processual. Este é o principal instrumento jurídico a ser utilizado no tratamento da matéria.

Adicionalmente, a Lei Estadual 11.404/94, com 198 artigos, também nove títulos, repete em boa parte as diretrizes da Lei Federal, mas acrescenta disposições referentes à administração das unidades prisionais do Estado. Há diretrizes adicionais estabelecidas na Lei Estadual n.º 12.936/98.

A Lei Estadual n.º 12.936/98 trata de pontos ligados especificamente ao sistema de revistas nos estabelecimentos prisionais do Estado.

Ademais, a Lei Estadual n.º 13.955/01 dispõe sobre o livre acesso de autoridades nas dependências das unidades prisionais, com e sem comunicação prévia.

Como a matéria é afeta aos Direitos Humanos, são aplicáveis os princípios Constitucionais, bem como as normas de Direito Internacional, derivadas dos instrumentos que o Brasil tenha ratificado. Importante mencionar a proibição da *tortura* e do *tratamento desumano ou degradante* (art. 5.º, III da Constituição da República

Federativa do Brasil), a *individualização da pena* (art. 5.º, XLVI), a vedação das penas de morte, perpétuas, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis (art. 5.º, XLVII), o respeito à *integridade física e moral* (art. 5.º, XLIX), o *cumprimento da pena em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado* (art. 5.º, XLVIII), a permanência do filho com a mãe durante o período de amamentação (art. 5.º, L), o tratamento *igualitário* (art. 5.º, *caput*) e o princípio da *dignidade da pessoa humana* (art. 1º, III)⁹⁰.

Por força do art. 5.º, §2º e §3º da Constituição Brasileira, o rol de Direitos Fundamentais não exclui outros derivados de tratados internacionais em que o Brasil seja signatário. Destes, vale mencionar as regras mínimas da Organização das Nações Unidas (ONU) para o tratamento de reclusos (Genebra, 1955), os Pactos Internacionais, tanto o de Direitos Civis e Políticos quanto o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Nova York, 1966)⁹¹ e as Convenções de Direitos Humanos, a Europeia e a Americana (em 1950 e 1969, respectivamente).

A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes da ONU⁹², já referida anteriormente, bem como a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985) merecem especial atenção. A palavra *tortura*⁹³ possui um peso extraordinário e traz à mente imagens que remontam às práticas medievais de suplícios corporais por vezes indescritíveis. O que dificilmente associamos ao conceito de tortura (não só no sentido jurídico tradicional, mas neste contexto amplo de tratamentos desumanos ou degradantes) as pequenas coisas do dia a dia dos detentos, como a comida fria, ou a falta de um colchão para dormir, circunstâncias que não são de forma alguma causadas pelos agentes penitenciários ou Diretores dos presídios. Não há, efetivamente, uma pessoa a ser identificada como culpada pelas situações, geralmente ligadas à falta de infraestrutura, que acabam, por menores que sejam, uma vez acumuladas e presentes, todos os dias, durante anos, caracterizando verdadeiras formas de tortura (ou tratamento desumano,

⁹⁰ A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem (Bogotá, 1948) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Paris, 1948) são bases jurídicas relevantes merecedoras de nota.

⁹¹ Decreto n.º 592/92 e Decreto Legislativo n.º 226/91. Sobre os protocolos facultativos aos Pactos ver o Decreto Legislativo n.º 311/09.

⁹² Ratificada pelo Brasil e incorporada ao ordenamento jurídico através do Decreto Legislativo n.º 4/89.

⁹³ "Embora seja possível e necessário distinguir entre 'tortura' propriamente dita e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, como o faz expressamente a Convenção da ONU (embora proibindo todos) e como repetidamente tem feito a jurisprudência do TEDH, a palavra 'tortura' é por vezes usada como abrangendo (todos) os tratamentos (ou penas) cruéis, desumanos ou degradantes. Como uma espécie de 'abreviatura' da expressão completa, ou como uma sinédoque". BELEZA, Teresa Pizarro. "A morte e a Donzela" in Diogo Freitas do Amaral, Carlos Ferreira de Almeida, Marta Tavares de Almeida (coords.) *Estudos comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*. Coimbra: Almedina, 2008, pg. 694.

degradante), embora sejam casos de violência ilegítima bem menos *espetaculares* do que normalmente se imagina⁹⁴.

Existem outras normas que, de uma forma ou outra, se relacionam com as unidades prisionais, com as carreiras de agentes penitenciários, licitações, trabalho do preso, dentre outros temas, contudo, ficam fora do objeto da presente dissertação, embora possam ser citadas no corpo do texto em pontos específicos.

Resta, por fim, referir ao documento de natureza prática, um manual de procedimentos e “boas práticas” cujo destinatários são os funcionários e agentes que trabalham nas unidades prisionais, comumente chamado de Procedimento Operacional Padrão, Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI), ligada à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais.

Embora seja, na realidade, uma coleção de vários documentos com uma série de procedimentos, cada qual com sua denominação própria, pela facilidade e pela simpatia da sigla, convencionou-se chamar estes vários documentos de Procedimento Operacional Padrão (POP).

O POP regulamenta os procedimentos a serem levados à cabo pelos agentes penitenciários, funcionários e diretoria, e cuidam tanto de assuntos meramente administrativos como questões de segurança e punições disciplinares. Há normas detalhadas sobre todo o processo de entrada do preso na unidade, a obrigação de lhe rasparem o cabelo, retirar seus pertences pessoais, revista pessoal, o fornecimento do vestuário padrão, alimentação, regime das visitas e vários outros.

Entretanto, embora seja um documento importante, não se encontra publicado, nem mesmo como anexo à legislação Estadual, o que seria de grande valia para os aplicadores do Direito. Com efeito, o desconhecimento acerca dos procedimentos internos e este “segredo” acerca dos referidos manuais acaba por corresponder a uma das características das prisões enquanto *instituições totais*⁹⁵, porque é realmente muito fácil para unidades prisionais adotarem práticas demasiado restritivas sem que isso venha a conhecimento público⁹⁶, por vezes tornando inviável o debate e a reformulação daquelas práticas que não sejam consideradas de acordo com os objetivos da legislação.

O oposto ocorre, por exemplo, no âmbito da União Europeia em relação aos gabinetes Sirene, cujo manual de práticas está previsto tanto no Regulamento n.º 378/2004 quanto na Decisão 2004/201/JAI, ambos de 19 de fevereiro. O manual é um

⁹⁴ A expressão é de Teresa Beleza in *A Morte e a Donzela...*, pg. 695. Sobre o tema ver também BELEZA, T. P. *A flor negra da civilização...*, pg. 173-190.

⁹⁵ Cf. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite, São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

⁹⁶ MORGAN, R. *Imprisonment: Current Concerns...*, pg. 1162.

anexo aos referidos diplomas (o mesmo texto é reproduzido em ambos os casos). Eis uma técnica legislativa salutar, dispensada a dualidade de instrumentos jurídicos. O simples ato de se colocar o POP em anexo à cada Lei Estadual que regulamente a matéria lhe daria publicidade, facilitaria o trabalho dos aplicadores do Direito e o escrutínio dos Tribunais.

Em Portugal, a título de ilustração, os procedimentos internos constam de um *Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais*, também emanado do Executivo, mas devidamente publicado e obedecendo à técnica legislativa da publicidade dos atos e através do instrumento adequado para tanto, que no caso é a forma de Decreto-Lei (Decreto-Lei n.º 51/2011).

O POP, que sequer adota a estrutura de um texto legislativo, como contém comandos práticos operacionais, é um *manual* que se enquadra no que comumente se denominaria *soft law*, embora os agentes penitenciários tenham a obrigação de pautar suas condutas de acordo com o manual. O desrespeito ao POP tem implicações na carreira e pode configurar causa de dispensa/exoneração do cargo, portanto, é um *soft law* com aplicação mais estrita do que a legislação Federal e Estadual.

3.1. CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL

Já em seu artigo 1.º, a Lei n.º 7.210/84 estabelece que a execução penal tem por objetivo "*proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado*"⁹⁷. Para alcançar esse objetivo, a Lei entende que é preciso haver prestações positivas do Estado no âmbito da Execução Penal. Uma vez iniciado o cumprimento da pena, não existe mais a possibilidade do Estado se abster e adotar uma lógica de não-intervenção. Com efeito, uma postura destas (abstenção do Estado, ideia que surpreendentemente encontra eco em parcela da sociedade) significaria encarar a prisão como um depósito humano, o que é inaceitável. Esta atuação positiva do Estado é chamada pela LEP de assistência ao preso e ao egresso, cuja obrigatoriedade está no art. 10, cujo texto diz: "*a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade*".

⁹⁷ Em comparação, a Lei Portuguesa de n.º 115/2009, a qual contém o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, estabelecia em seu art. 2.º, n.º 1 que a finalidade das penas é a *reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a protecção de bens jurídicos e a defesa da sociedade*, artigo posteriormente revogado pela Lei n.º 33/2010.

O Considerando n.º 14 da exposição de motivos da Lei de Execuções Penais expõe a ideologia que norteou aquele projeto legislativo:

"14. Sem questionar profundamente a grande temática das finalidades da pena, curva-se o Projeto, na esteira das concepções menos sujeitas à polêmica doutrinária, ao princípio de que as penas e medidas de segurança devem realizar a proteção dos bens jurídicos e a reincorporação do autor à comunidade".

Portanto, com a conjugação do texto do artigo 1.º da Lei, mais o considerando 14, *supra*, fica claro que a execução penal no Brasil se ampara na teoria dos fins da pena com uma prevalência do seu caráter preventivo (prevenção geral positiva e a ressocialização), também em consonância com o artigo 59 do Código Penal Brasileiro, que menciona a aplicação da pena *necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime*. A exposição de motivos ainda nos revela que a ressocialização do condenado está na LEP enquanto princípio. O mistério fica por conta de quais seriam as *concepções menos sujeitas à polêmica doutrinária*.

Na mesma linha é o que verificamos na Lei Estadual n.º 11.404/94, em seu art. 2º: “a execução penal destina-se à reeducação do sentenciado e à sua reintegração na sociedade”. Em seguida, em seu §1º, estipula: “a execução penal visa, ainda, a prevenir a reincidência, para proteção e defesa da sociedade”. Já no art. 5º, esta Lei diz que: “o sentenciado deve ser estimulado a colaborar voluntariamente na execução de seu tratamento reeducativo”⁹⁸. Aqui já observamos o aparecimento do termo *tratamento*⁹⁹, que remonta às concepções da criminologia positivista sobre o crime enquanto patologia do homem delinquente. De outro lado, o apelo à colaboração voluntária denota preocupação em não reduzir o condenado a *objeto*, mas garantir sua posição enquanto *sujeito* da ressocialização.

⁹⁸ A questão da voluntariedade, como forma de impedir a aplicação coativa de qualquer modalidade de tratamento também se espelha na Lei Portuguesa, a qual menciona a participação do recluso no planejamento e na execução do tratamento: “A execução promove o sentido de responsabilidade do recluso, estimulando-o a participar no planeamento e na execução do seu tratamento prisional e no seu processo de reinserção social, nomeadamente através de ensino, formação, trabalho e programas” (art. 3.º, n.º 6 do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade Português, doravante Código da Execução das Penas).

⁹⁹ O termo *tratamento* também é utilizado pela legislação Portuguesa, por exemplo no art. 5.º do Código da Execução das Penas, no n.º 2: “O tratamento prisional consiste no conjunto de actividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes, e prover às suas necessidades após a libertação”.

Destas disposições legais transcritas percebemos que há uma multiplicidade de termos, que representam ou podem representar conceitos distintos, a respeito do tema da ressocialização. Vejamos.

O ordenamento jurídico Brasileiro fala em: *harmônica integração social do condenado, reprovação e prevenção do crime, reeducação do sentenciado, reintegração na sociedade e tratamento reeducativo*¹⁰⁰.

O *tratamento reeducativo*, no entanto, ganhou uma definição mais precisa no âmbito da legislação Mineira, pois a Lei Estadual n.º 11.404/94 reservou todo o Título II (art. 8º ao 70) para estruturar o que se entende e como se dá este tratamento no contexto da Execução Penal.

Como já dissemos, a ressocialização só é possível se proporcionadas algumas *condições* mínimas (art. 1º da LEP). Interpretando a Lei, podemos dizer que a assistência ao preso (art. 10 e 11) é uma destas condições. Nos termos da legislação federal, a assistência será: *material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa*. A LEP reserva todo o capítulo II, do Título II, ao detalhamento do conteúdo de cada espécie de assistência (ver capítulo 3.2).

Ao analisar sistematicamente, percebemos que a legislação brasileira fragmenta em dois momentos a efetivação dos fins das penas: a *fixação* da pena e a *execução* da pena, expressos nos artigos 59 do Código Penal Brasileiro e no artigo 1.º da Lei n.º 7.210/84, respectivamente.

A prática judiciária guarda muito da noção de intimidação geral, do efeito *erga omnes* da aplicação da pena para um caso. Isso porque a sentença penal é pública, já a execução da pena não ocorre mais em praça pública, mas no interior dos muros das prisões, longe dos olhos da sociedade. Portanto, procura-se o efeito intimidador contra terceiros no ato da publicação da sentença, e não propriamente no cotidiano da execução penal. A ameaça concreta, que podemos traduzir nas palavras "você será preso", proferidas não só para que o acusado saiba o resultado de seu processo, mas também para que toda a generalidade de pessoas tenham que o mesmo lhes aconteça, caso cometam algum crime. A busca deste efeito pode ser observada em cada sentença penal proferida no Brasil, em cuja parte final serão encontradas as palavras "*lancem-lhe o*

¹⁰⁰ A título de exemplo, a legislação portuguesa, formalmente, não diverge em grande medida do que a legislação brasileira diz, mas ao invés de utilizar de forma desmedida uma multiplicidade de termos e conceitos, esclarece que o sentido preventivo da pena é a proteção de bens jurídicos e a reintegração do indivíduo, como se lê no texto legal: "*a aplicação de penas e medidas de segurança visa a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade*", conforme o artigo 40.º do Código Penal Português. Já no âmbito das Execuções, o *tratamento prisional* é definido conceitualmente, como visto na nota anterior.

nome no rol dos culpados", mais um elemento de publicidade desta fase de fixação da pena, regida pelo artigo 59 do Código Penal Brasileiro.

As palavras usadas na sentença na prática possuem, portanto, uma função mais do que de resolução do caso, mas também de *advertência* (reprovação) da conduta do condenado. Para ilustrar, pesquisamos no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais acórdãos contendo a palavra "bárbaro", adjetivo que não é utilizado nenhuma vez pelo Código Penal Brasileiro, mas que o Tribunal utiliza para qualificar o crime¹⁰¹, os meios¹⁰² utilizados na prática do delito e até em função da personalidade do agente¹⁰³. O resultado da pesquisa é que foram encontrados 786 acórdãos com a palavra "bárbaro", termo sem correspondência legal.

Após a fixação da pena e com a entrada do condenado no estabelecimento prisional deveria ser iniciado o processo o qual a lei brasileira de execuções penais chama de *harmônica integração social do condenado ou internado*.

Por *harmônica* deve ser entendido que esta (re)integração se dará por um processo que guarda continuidade, sem traumas, ou seja, um caminho suave, lógico, previsível que vai da vida no cárcere para a vida em liberdade, passando pelos estágios do cumprimento da pena, os regimes inicialmente fechado, semiaberto e aberto.

No art. 3º, a LEP estabelece a regra básica de que a pena privativa de liberdade não significa a privação de todo e qualquer direito. O art. diz: "*ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei*"¹⁰⁴.

Isso significa e reforça que a Execução da pena não se fará em violação do direito à saúde, à integridade física, à vida, enfim, o que se resume na ideia do cumprimento da pena de forma digna e minimizando os potenciais efeitos dessocializadores da prisão.

Como já exposto anteriormente, devido ao caráter principiológico da ressocialização, admite-se que há um certo nível de afetação dos Direitos Fundamentais do detento que são inevitáveis, embora isso seja prejudicial à própria ideia de

¹⁰¹ MINAS GERAIS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Apelação Criminal 1.0026.02.003774-8/001, Relator(a): Des.(a) Flávio Leite, 1ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 01/10/2013, publicação da súmula em 11/10/2013

¹⁰² MINAS GERAIS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Apelação Criminal 1.0382.12.014376-5/001, Relator(a): Des.(a) Cássio Salomé, 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 03/10/2013, publicação da súmula em 11/10/2013

¹⁰³ MINAS GERAIS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Agravo em Execução Penal 1.0231.11.017228-6/002, Relator(a): Des.(a) Alberto Deodato Neto, 1ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 24/09/2013, publicação da súmula em 04/10/2013

¹⁰⁴ No mesmo sentido dispõe a legislação Portuguesa: "*a execução respeita a personalidade do recluso e os seus direitos e interesses jurídicos não afectados pela sentença condenatória ou decisão de aplicação de medida privativa da liberdade*". (Art. 3.º, n.º 2 do Código da Execução das Penas).

ressocialização. A ressocialização só terá efeito se o ambiente do cárcere for, tanto quanto possível, similar à vida do lado de fora¹⁰⁵. Por isso a importância da legislação afirmar o óbvio, que os direitos não atingidos pela condenação penal se mantêm na esfera jurídica individual do detento.

3.2. DA ASSISTÊNCIA AO PRESO E AO EGRESSO

Por força da legislação Federal (art. 11 da LEP e art. 195, incisos V a VIII, da Lei Estadual n.º 11.404/94), a assistência será: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Por assistência material (art. 12 e 13 da LEP) entende-se que o Estado deve providenciar alimentação, vestuário e instalações higiênicas aos detentos¹⁰⁶. Elementos obviamente mínimos, sem os quais não há respeito pela dignidade humana. O vestuário é composto pelo uniforme padrão determinado pela SUAPI: calças, bermudas, camisas de malha, blusa de lã, sandálias (PG.GP.01.01, cláusula 6.1.19).

O estabelecimento prisional ainda deverá possuir instalações apropriadas às necessidades pessoais dos presos. Isso significa que sem infraestrutura adequada, nenhuma assistência é possível. A higiene se estende aos itens pessoais que também devem ser fornecidos aos custodiados (escova de dentes, tubo de pasta de dentes, papel higiênico, absorventes femininos, barra de sabão, toalha, cobertor). Embora a legislação não especifique, deve ser fornecida roupa de cama e objetos de uso diário: copo e colher de plástico. Tudo isto encontra respaldo no POP (PG.GP.01.01, cláusula 6.1.18).

Em relação à infraestrutura, a legislação Estadual determina algo que dificilmente se encontra em unidades prisionais. Diz o art. 72 da Lei Estadual n.º 11.404/94:

"Os estabelecimentos penitenciários disporão de casa, sistema de energia, reservatório de água, quadras poliesportivas, locais para a guarda militar e para os agentes prisionais, dependências para administração, assistência médica, assistência religiosa, gabinete odontológico, ensino,

¹⁰⁵ A. Baratta comenta o projeto legislativo de reforma penitenciária na Alemanha de 1973: "*El proyecto legislativo para la nueva ley alemana no encuentra superfluo acompañar las innovaciones con una cláusula general, dirigida a controlar los efectos nocivos de la cárcel, que son dados como un presupuesto, y por la cual se pide a las autoridades competentes 'limitar lo más posible aquellas particularidades de la vida del instituto, que pueden tornar al individuo inhábil para la vida, de modo que la diferencia entre una vida en el instituto y la vida en el exterior no sea más fuerte de cuanto es inevitable'*". BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 358.

¹⁰⁶ "*Os espaços de alojamento respeitam a dignidade do recluso e satisfazem as exigências de segurança e de habitabilidade, designadamente quanto a higiene, luz natural e artificial, adequação às condições climáticas, ventilação, cubicagem e mobiliário*" (art. 26.º, n.º 4 do Código da Execução das Penas). Instalações, vestuário e alimentação formam o Título VI do referido Código, arts. 26.º a 31.º.

serviços gerais, visita de familiares e visita íntima, bem como de almoxarifado, celas individuais, alojamento coletivo, biblioteca e salas equipadas para a realização de videoaudiências e prestação de assistência jurídica".

Adicionalmente, deverão possuir salas e gabinetes para advogados, estagiários, autoridades e equipes interdisciplinares (art. 72, §1º da Lei Estadual n.º 11.404/94). O art. 83 da LEP ainda exige áreas destinadas à recreação e prática esportiva.

Estas condições materiais de infraestrutura dificilmente são atingidas. Um problema que persiste desde o Século XIX, quando, como vimos, D. Francisco de Almeida já dizia que não haveria dinheiro para construir prisões perfeitas, portanto o melhor seria adaptar mosteiros. Ora, é exatamente esta a realidade do presídio de Poços de Caldas, trata-se de um prédio adaptado¹⁰⁷.

A assistência à saúde consiste (art. 14 da LEP¹⁰⁸) em atendimento *médico* (e específico à mulher no período pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido, conforme §3º do mesmo artigo), *farmacêutico* e *odontológico*.

Dado à previsível dificuldade em manter estabelecimentos prisionais com instalações adequadas, bem como os profissionais necessários para prestar a assistência à saúde dentro das prisões, a Lei autoriza que tal seja feito exteriormente (permissão de saída, art. 120, II da LEP), o que, no entanto, gera novo problema, uma vez que os deslocamentos envolvem recursos e pessoal para escolta. Em presídios com má situação de higiene, a ocorrência de doenças e problemas de saúde em geral serão frequentes, o que acaba por gerar uma demanda por assistência à saúde maior do que aquela que o estabelecimento é capaz de fornecer.

Com efeito, a jurisprudência já vinha admitindo a substituição da detenção pela prisão domiciliar para fins de tratamento e acompanhamento médico, quando necessário e diante da falta de condições dos presídios¹⁰⁹. Isto culminou com a alteração do art. 318 do Código de Processo Penal Brasileiro (pela Lei n.º 12.403/11) para incluir entre as hipóteses de concessão de prisão domiciliar quando o agente estiver *extremamente debilitado por motivo de doença grave* (inciso II) e para a *gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco* (inciso IV).

Em 2003, o Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Justiça editaram a Portaria n.º 1.777, de 9 de Setembro, visando organizar e solucionar a

¹⁰⁷ Sobre o presídio de Poços de Caldas, veremos com mais detalhes no capítulo 4.

¹⁰⁸ A legislação Portuguesa trata a matéria de forma mais detalhada no Título VII do Código da Execução das Penas de Portugal, arts. 32.º a 37.º, pormenorizando situações como a de necessidade de aplicação de cuidados de saúde coativamente impostos aos presos, por exemplo; também com regras destinadas ao pessoal clínico e casos de atendimentos em ambientes não prisionais.

¹⁰⁹ MARCÃO, Renato. *Curso de Execução Penal*. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2012, pg. 51-52.

questão de dar atendimento à grande população carcerária (a Portaria fala em mais de 200 mil pessoas, no entanto, atualmente este número já subiu para mais de 500 mil presos).

Dentre os diversos pontos importantes da Portaria n.º 1.777/03, destacamos o art. 8º, que estabelece a equipe mínima, integrada por médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo, auxiliar de enfermagem e auxiliar de consultório dentário, cujos profissionais terão uma carga horária de 20 horas semanais. Entretanto, a realidade é que grande parte das unidades prisionais do país ainda não possuem os referidos profissionais¹¹⁰.

Pelo que observamos, a Portaria Interministerial n.º 1.777/03 agrega como assistência à saúde também os serviços de psicologia e assistência social, embora a Lei se refira apenas aos atendimentos médico, farmacêutico e odontológico. Em todo caso, é importante entendermos que os diversos tipos de serviços que compõem a assistência ao preso são interdependentes, inter-relacionados e indivisíveis (conceitos já bem delineado no estudo dos Direitos Humanos¹¹¹ – veja-se a Declaração de Viena de 1993 – mas aparentemente negligenciados quando a matéria é transportada para o ambiente prisional). Na mesma linha, prescreve a norma do art. 14 da Lei Estadual n.º 11.404/94: *a observação médico-psicossocial compreende os exames biológico, psicológico e complementares e o estudo social do sentenciado*.

Disto resulta que não é apropriado falar em assistência material como algo diferente ou dissociado da assistência à saúde, e esta, por sua vez, como um universo isolado das prestações sociais e psicológicas. Portanto, a Portaria 1.777/03 não vai além, e não modifica, o disposto na Lei.

A assistência social, em suas funções definidas no art. 23 da LEP¹¹², visa preparar o preso para o seu retorno à liberdade. Esta preparação deve ser entendida em um sentido mais estrito do que o objetivo de ressocialização, sob pena de fazermos um argumento cíclico. De fato, a assistência social exerce uma função importante no que toca à condição de vulnerabilidade do preso. Muitos sentenciados não possuem sequer documentos de identificação, não possuem cadastro no sistema de previdência social, fiscal, dentre outros, o que lhes restringe significativamente o acesso a direitos básicos de cidadania. Portanto, a assistência social deve tomar conhecimento de resultados de exames e diagnósticos (art. 23, I). Caso o custodiado esteja com AIDS (SIDA), câncer,

¹¹⁰ MARCÃO, Renato. *Curso de Execução Penal*..., pg. 50.

¹¹¹ Cf. PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

¹¹² Corresponde ao Título IX, “apoio social e econômico”, do Código da Execução das Penas.

para citar exemplos graves, o assistente social deve orientá-lo e inclusive preparar a documentação, requerimentos, etc, para que essa pessoa possa ter acesso aos serviços prestados pelo Estado para aqueles que possuem esta condição de saúde específica, o que pode incluir fornecimento de remédios, tratamentos, etc. No mesmo sentido é o que dispõem os incisos V e VI do mesmo artigo: *promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena e providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho*¹¹³.

As demais incumbências do assistente social se relacionam com questões psicossociais, como a recreação (art. 23, IV da LEP¹¹⁴), a colheita, e encaminhamento à Direção, das queixas sobre problemas e dificuldades dos presos (embora deva ser privilegiado o contato pessoal com o Diretor do presídio), e o acompanhamento do resultado das saídas (incisos II e III). Em nenhum momento o assistente social deve atuar como fiscal ou agente penitenciário, ou ainda como intermediário que visa limitar a comunicação direta entre o preso e a Direção. Em outras palavras, a assistência social não deve ser um meio adicional de controle do preso, mas uma atividade libertária, visando minorar os efeitos estigmatizantes da prisão, resolvendo problemas ligados à sua situação jurídica de condenado (por exemplo nos casos comuns de perda de emprego¹¹⁵, preparando ou orientando o pedido de auxílio-reclusão para o segurado da previdência social) e proporcionando condições para o acesso à direitos que o preso, antes, talvez não tivesse.

O art. 65 da Lei Estadual n.º 11.404/94 ainda dá competência para o assistente social programar o contato do preso com o mundo exterior, inclusive com a família (art. 66, §1º)¹¹⁶. Novamente, insistimos que esta atividade deve ser no sentido de ampliar o contato. Programar, aqui, não deve ter a conotação de limitação (só se tem direito ao que está programado) mas de proporcionar mais oportunidades de contato do que haveria sem este serviço.

A assistência jurídica é normalmente prestada pelos advogados constituídos pelos próprios presos. Aos que não possuam condições financeiras para tanto, será garantida a assistência por meio da Defensoria Pública (a deficiência do

¹¹³ “A situação de reclusão não afecta o direito aos benefícios de segurança social previstos na lei” (art. 52.º, n.º 1 do Código da Execução das Penas).

¹¹⁴ “São organizadas nos estabelecimentos prisionais actividades desportivas, sob orientação técnica adequada, a fim de assegurar o bem-estar físico e psíquico do recluso e de favorecer o espírito de convivência social ordenada” (art. 49.º, n.º 2 do Código da Execução das Penas).

¹¹⁵ “A situação de reclusão não obsta à inscrição do recluso nos centros de emprego, devendo esta ser promovida pelos serviços prisionais até, pelo menos, aos três meses anteriores à data previsível da libertação” (art. 52.º, n.º 2 do Código da Execução das Penas).

¹¹⁶ “O apoio social visa, designadamente, contribuir para a resolução de problemas pessoais ou familiares decorrentes da situação de reclusão” (art. 54.º, n.º 2 do Código da Execução das Penas).

acompanhamento jurídico por parte de Advogados e Defensores é uma das queixas dos presos de Poços de Caldas, como veremos no capítulo 4). Novamente, a falta de infraestrutura é um dos principais limitadores à adequada assistência jurídica. Por vezes, a falta de uma sala simples, que proporcione ao preso o direito de entrevista pessoal e reservada com seu Advogado ou Defensor (art. 41, IX da LEP¹¹⁷) impede a prestação do serviço. Como veremos, os procedimentos de trânsito interno do preso (saída da cela e percurso até a sala ou local da entrevista) com o objetivo de garantir a segurança e a ordem interna, regulam de tal forma este acontecimento, aparentemente simples, que tudo acaba por levar muito mais tempo do que se poderia imaginar à primeira vista. São comuns as queixas à OAB sobre tempo excessivo de espera, de uma ou duas horas, do momento em que o Advogado se apresenta na unidade até o efetivo atendimento¹¹⁸.

A legislação Brasileira prevê a assistência religiosa, que deve ser entendida como a liberdade de culto, dentro do paradigma do Estado laico, com um local apropriado para tal fim (art. 24 da LEP; art. 60 da Lei Estadual n.º 11.404/94¹¹⁹). Não há qualquer obrigatoriedade para os presos em participar de atividades de caráter religioso.

Por fim, pode ser considerada uma espécie de assistência o lazer, que consiste em atividades de recreação e prática esportiva¹²⁰. Embora não mencionado expressamente no art. 11 da LEP, o lazer decorre de outras disposições, principalmente do rol de direitos do art. 41, V da LEP e arts. 37 e 195 da Lei Estadual n.º 11.404/94 e está implícito como forma de assistência social, à saúde e também educacional.

3.2.1. Da instrução

O art. 17 da LEP fala da assistência educacional. Esta consiste na educação básica de primeiro grau (ensino fundamental) e formação profissional de nível técnico (art. 19 da LEP). A Lei Estadual n.º 11.404/94 confirma a dualidade educação/trabalho, estabelecendo-os como os dois primeiros pilares do tratamento penitenciário (Seção I, arts. 25 e seguintes; Seção II, arts. 39 a 59, respectivamente)¹²¹.

¹¹⁷ Art. 7.º, n.º 1, 'n' do Código da Execução das Penas.

¹¹⁸ Para minimizar o problema, foi estabelecido por meio de acordo entre a Direção do Presídio de Poços de Caldas e a Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB da mesma Comarca, um sistema de agendamento prévio, por telefone, de forma que os agentes penitenciários iniciem o procedimento de trânsito com antecedência. Isto, contudo, não ataca o cerne da questão, que é o exagero quase ritualístico do procedimento interno.

¹¹⁹ Arts. 56.º e 57.º do Código da Execução das Penas.

¹²⁰ Art. 49.º, ns. 1 e 2 do Código da Execução das Penas, respectivamente.

¹²¹ Também neste sentido encontramos as disposições do Código da Execução das Penas. Ensino e formação profissional estão no Capítulo I do Título VIII (arts. 38.º a 40.º).

A instrução também pressupõe um mínimo de infraestrutura e material a ser fornecido pelo Estado. A Lei Estadual n.º 11.404/94 estipula que o estabelecimento penitenciário disporá de classes, normal e especial, com limites de trinta e quinze alunos, respectivamente (art. 28). Além disso, é previsto o trabalho em oficinas de aprendizagem industrial, agrícola e artesanato (art. 30). A estrutura contará, ainda, com uma biblioteca adequada à formação cultural, profissional e espiritual do sentenciado (art. 36)¹²².

O ensino fundamental é obrigatório para todos os presos que não o tiverem concluído (art. 26 da Lei Estadual n.º 11.404/94¹²³). Já o ensino superior é “estimulado” (art. 32). Existe a previsão, imperativa, de aulas de música e educação física (art. 38).

Existe a possibilidade de frequência a cursos telepresenciais ou a realização por correspondência (art. 33 da Lei Estadual n.º 11.404/94¹²⁴). A LEP, ao dispor sobre as saídas temporárias no regime semiaberto, estabelece como uma das hipóteses de concessão da medida a necessidade de *frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução* (art. 122, II).

Nesta parte, o descumprimento da legislação é praticamente absoluto. Além da falta de professores, dificilmente se consegue espaços para aulas e bibliotecas. O que se faz de forma ainda precária é alguma formação profissional, ou pequenos trabalhos de artesanato, com material geralmente doado pela comunidade.

De qualquer forma, é importante que o ensino não se traduza em doutrinação moral, mas com o foco na empregabilidade¹²⁵. Contudo, reconhecemos existir grandes dificuldades teóricas e práticas em separar a educação básica da imposição de valores. Ora, a obrigatoriedade da instrução é, por si só, uma imposição de um valor genericamente aceito na sociedade (todos devem estudar). O mesmo vale para a profissionalização (todos devem trabalhar), sendo o ócio algo reprovável, por vezes até criminalizado. Esta imposição de valores é algo que não suscita grandes problemas em outros contextos, como na escola ou na universidade¹²⁶. Por isso, devido à especificidade do ambiente do cárcere e à situação de sujeição inerente aos indivíduos

¹²² “São organizadas nos estabelecimentos prisionais actividades sócio-culturais e recreativas, designadamente através da existência de bibliotecas, de serviço de leitura, de videotecas e de programas diversificados de animação cultural (...)” (art. 49.º, n.º 1 do Código da Execução das Penas).

¹²³ “A escolaridade obrigatória é assegurada com carácter prioritário a reclusos jovens ou iletrados” (art. 38.º, n.º 2 do Código da Execução das Penas).

¹²⁴ Art. 38.º, n.º 3 do Código da Execução das Penas.

¹²⁵ Neste sentido é a determinação da legislação Portuguesa, conforme o art. 38.º, n.º 1 do Código da Execução das Penas.

¹²⁶ Por exemplo, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais tem como objetivo declarado o de promover uma formação humanista.

que ali estão, é preciso ter redobrado cuidado nessa matéria, quiçá com a preparação específica para os profissionais que eventualmente forem dar aulas nestas condições.

Vale ressaltar que a legislação permite a formação de convênios com entidades públicas e privadas e o auxílio de voluntários (art. 34 da Lei Estadual n.º 11.404/94).

O estudo dá direito à remição de pena, de um dia por cada doze horas de estudo, divididas, no mínimo, em três dias. Este tempo a remir será aumentado de um terço em caso de conclusão de curso do ensino fundamental, médio ou superior (art. 126 da LEP).

3.2.2. Do trabalho

O trabalho do preso não é tecnicamente uma forma de assistência. Com efeito, a *prisão com trabalho* já chegou a ser uma pena em si (como no Código Criminal do Império, do Brasil de 1830) e ainda é tido como pena alternativa à privativa de liberdade, sob a denominação de prestação de serviços à comunidade.

No entanto, como o desemprego e a falta de capacitação profissional estão ligadas às causas de criminalidade, uma vez que a falta de oportunidades legítimas para que o indivíduo possa perseguir os objetivos de vida em sociedade é um dos fatores que leva ao comportamento desviante, o trabalho e a profissionalização são considerados elementos chave no processo de ressocialização.

O art. 39 da Lei Estadual n.º 11.404/94 determina que *o trabalho é obrigatório para o sentenciado*, constituindo infração disciplinar *a resistência ao trabalho ou a falta voluntária* (art. 41¹²⁷). Contudo, o objetivo, supostamente, é procurar aperfeiçoar *as aptidões de trabalho e a capacidade individual do sentenciado*. Ainda, diz o art. 52 da mesma Lei que *a prestação de serviço pelo sentenciado será de cunho exclusivamente pedagógico, com vistas a sua reintegração na sociedade*.

O art. 28 da LEP dispõe que *o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva*¹²⁸.

Trata-se, portanto, de um direito-dever do preso. Direito, porque se prende com as exigências de ressocialização (ou serão de mão de obra barata para a indústria?); dever, porque é uma imposição das regras de disciplina da execução da pena, sendo

¹²⁷ Esta obrigatoriedade não encontra correspondência no Código da Execução das Penas. Os princípios gerais do trabalho (art. 41.º) mencionam o dever do Estado em assegurar ao recluso o trabalho. Também não há previsão de infração disciplinar para a falta ao trabalho, mas existe a infração por resistência às ordens legítimas dos funcionários (art. 103.º, 'n' e art. 104.º, 'h'). De outro lado, a assiduidade e o empenho no trabalho é fator a ser considerado para fins de flexibilização da pena (art. 41.º, n.º 6).

¹²⁸ “O trabalho visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma actividade laboral após a libertação” (art. 41.º, n.º 1 do Código da Execução das Penas).

obrigatório. Por essa razão, o trabalho consta tanto do rol de direitos do preso (art. 41, II da LEP) quanto do rol de deveres (art. 39, V da LEP).

Ao trabalho do preso, é importante lembrarmos que incidem as regras sobre remição da pena (art. 126 da LEP) na proporção de um dia de pena para cada três trabalhados. A frase “*Arbeit macht frei*” não deixa de vir à mente.

O trabalho ainda pode ser interno (dentro da unidade) ou externo, realizado sob supervisão do serviço social penitenciário (art. 46 da Lei Estadual 11.404/94). A legislação não fala em escolta policial, mas refere-se à condição de serem *tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina* (art. 36 da LEP).

O trabalho externo é possível aos presos condenados ao regime fechado, após o cumprimento de no mínimo um sexto da pena, e somente em serviços ou obras públicas, ainda que executadas por entidades privadas, cujo número de detentos é limitado a dez por cento do total de empregados da obra (art. 36 da LEP). O trabalho externo ainda depende de autorização da Direção do presídio.

Em qualquer caso, o trabalho será sempre remunerado (arts. 29 e 41, II da LEP; art. 51 da Lei Estadual n.º 11.404/94; ver também o Decreto Estadual n.º 44.184/09, que estabelece normas e procedimentos para a remuneração do trabalho dos sentenciados em cumprimento de pena privativa de liberdade nos estabelecimentos penais do Estado de Minas Gerais)¹²⁹.

Por ser uma das questões sensíveis da pena de prisão, o trabalho do detento foi objeto de diversos diplomas legislativos.

A Lei Estadual n.º 18.401/09 demonstra a preocupação do Governo de Minas Gerais com o problema da dificuldade que o egresso do sistema prisional pode encontrar para conseguir um emprego. Por meio desta Lei e do Decreto posterior, ficou instituído o Projeto Regresso, destinado ao incentivo econômico às pessoas jurídicas que contratarem egressos do sistema prisional, sejam os que já finalizaram o cumprimento da pena, como os que estão em livramento condicional e em suspensão condicional da pena.

Também há um avanço significativo na Lei Estadual n.º 15.457/05, ao instituir a Política Estadual de Desporto, incluiu um incentivo à *produção de material esportivo por detentos nos estabelecimentos do sistema penitenciário estadual*. Há aqui uma iniciativa louvável se bem aproveitada. No entanto, em unidades como o presídio de Poços de Caldas, tal não é possível por falta de infraestrutura. Contudo, um pequeno investimento Estadual poderia trazer bons frutos, se concordarmos que o desporto é uma

¹²⁹ A garantia de remuneração está prevista no art. 41.º, n.º 5 do Código da Execução das Penas.

atividade importante para crianças e jovens, e faz parte do que consideramos uma política pública de inclusão, dentro do grande quadro da prevenção da criminalidade.

O enfoque do trabalho do preso deve mover-se daquele conceito de pena de trabalho para o labor no contexto maior das finalidades educativas (art. 28 da LEP). Assim, não devemos falar tão somente do trabalho do preso, mas do *ensino profissionalizante*, (art. 17 da LEP), *com vistas à sua ressocialização e formação profissional* (art. 42 da Lei Estadual 11.404/94) o que significa, dentro do paradigma da ressocialização, que o trabalho executado (assim como em um estágio comum) visa o aperfeiçoamento de qualidades que irão resultar em maiores oportunidades de emprego durante a vida em sociedade.

Como referimos anteriormente, o ideal de ressocialização possui implicações que vão além dos muros do cárcere. Toda a preocupação a respeito do trabalho e do ensino profissionalizante perdem sentido se o estigma causado pela prisão acabe por impedir que o ex-custodiado encontre emprego. Por essa razão a LEP, em seu art. 32, determina que o tipo de trabalho a ser executado deve observar, além dos aspectos individuais, as *oportunidades oferecidas pelo mercado*.

Neste ponto também são importantes as políticas públicas de inclusão, como o exemplo dos incentivos fiscais para empresas que contratarem egressos do sistema penitenciário, e de abertura para a sociedade. Neste ponto, vale ressaltar a alteração da LEP promovida pela Lei n.º 10.792/03, que acrescentou o §2º ao art. 34, abrindo a possibilidade dos Governos Federal, Estadual e Municipal celebrarem convênios com a iniciativa privada para a implantação de oficinas de trabalho para os detentos.

3.2.3. Breves considerações sobre o regime jurídico das assistências

Do exposto acima extraímos aqueles que são considerados os elementos mínimos da Execução Penal: infraestrutura, preservação da saúde, instrução, profissionalização, trabalho, prestação de serviço social.

Estes elementos devem ser trabalhados de acordo com o conceito de ressocialização, com um cuidado especial ao que *não* se entende como ressocialização. Em outras palavras, a preservação da saúde não deve se tornar o controle e a correção do corpo; a instrução deve ter por fim a empregabilidade e não a doutrina moral, a profissionalização deve funcionar como um meio de libertação e não como fonte de mão de obra barata; o trabalho deve ser voluntário e ter a função de proporcionar a aplicação prática de conhecimentos adquiridos através da instrução e profissionalização,

e não o mero aproveitamento da força de trabalho dos presos; o serviço social deve atuar positivamente para combater a situação de vulnerabilidade, promover a regularidade da vida do detento, e não servir como meio extra de controle sobre a vida e família do condenado.

Não é nosso dever fazer qualquer proposta de alteração legislativa, mas, especialmente após conhecer a Lei Portuguesa sobre a matéria, podemos asseverar que há espaço para melhoras. É preciso reconhecer que, essencialmente, não há diferenças axiológicas relativamente ao funcionamento do cumprimento das penas entre a legislação Brasileira e Portuguesa. Esta última, contudo, relativamente mais nova, regulamenta questões negligenciadas pela Lei Brasileira, espaço que acaba sendo preenchido posteriormente pelos manuais de procedimentos internos.

Por exemplo, observamos disposições sobre o *tempo livre* dos presos, afastando o caráter depreciativo do ócio (art. 50.º do Código da Execução das Penas).

Há distinções mais claras entre a *profissionalização* (art. 40.º), o *trabalho* (art. 41.º a 44.º) e as *atividades ocupacionais* (art. 45.º).

Todo o Título XI (arts. 58.º a 85.º) trata dos *contatos com o exterior*, ponto essencial para se evitar as consequências nocivas do encarceramento. Neste título estão abrangidos temas como as *visitas* (arts. 58.º a 66.º), *correspondência e outros meios de comunicação* (arts. 67.º a 73.º), *comunicação social* (arts. 74.º a 75.º), além das hipóteses de *saída* (arts. 76.º a 85.º). Percebemos que, com exceção do último tema, os demais são tratados apenas em nível operacional (procedimentos internos) no Brasil.

De fato, a legislação Brasileira traz muitos conceitos abertos, o que permite à prática uma certa discricionariedade na definição do *modus operandi* das diversas formas de assistências e atendimentos ao preso, por vezes, convertendo-as em novas formas de controle e repressão.

4. ESTUDO DE CASO: A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E O PRESÍDIO DE POÇOS DE CALDAS, MINAS GERAIS

No Estado brasileiro de Minas Gerais, as unidades prisionais comuns são administradas pelo Poder Executivo Estadual, através de uma Subsecretaria especializada, chamada Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI), ligada à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), organizada pelo Decreto Estadual 45.870/11, cujo art. 2º, II dispõe que lhe compete:

"Elaborar, coordenar e gerir a política prisional, por meio da custódia dos indivíduos privados de liberdade, promovendo condições efetivas para sua reintegração social, mediante a gestão direta e mecanismos de cogestão".

Consta da mesma Lei a atribuição de competências da SUAPI (artigo 53), dentre as quais: participar do planejamento e execução da política prisional do Estado (inciso I); assegurar a aplicação da legislação e diretrizes vigentes referentes à administração da execução penal e ao tratamento do indivíduo privado de liberdade (inciso II); responsabilizar-se pelas atividades de segurança e disciplina nas unidades prisionais sob sua responsabilidade (inciso III); executar e coordenar atividades de gestão administrativa, financeira e patrimonial de suas unidades prisionais e centrais (inciso IX); coordenar e executar atividades de administração de pessoal de suas unidades centrais e prisionais (inciso X).

A SUAPI é composta por três Superintendências: Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária, Superintendência de Coordenação de Guarda Penitenciária e a Superintendência de Atendimento ao Sentenciado. Completa o chamado *nível tático* a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário. Dentro do fluxograma da SEDS, as Superintendências estão em um nível acima das unidades prisionais, as quais compõem, juntamente com as diversas Diretorias, o *nível operacional*.

Como base desta dissertação, utilizaremos o exemplo de Poços de Caldas, Minas Gerais, município localizado na região sul do Estado, próximo à fronteira com o Estado de São Paulo. A cidade possui cerca de 160 mil habitantes onde, de acordo com as estatísticas divulgadas pela própria SEDS¹³⁰, o Índice de Crimes Violentos (ICV)

¹³⁰ BRASIL. MINAS GERAIS. *Informativo dos Índices de Criminalidade em Minas Gerais para o ano de 2012*. Belo Horizonte, Dezembro, 2012. Disponível em:

apurado em 2012 fica abaixo da média estadual (349,4 para todo o Estado, 122,5 para Poços de Caldas), conforme os gráficos 1 e 2, abaixo:



Gráfico 1.

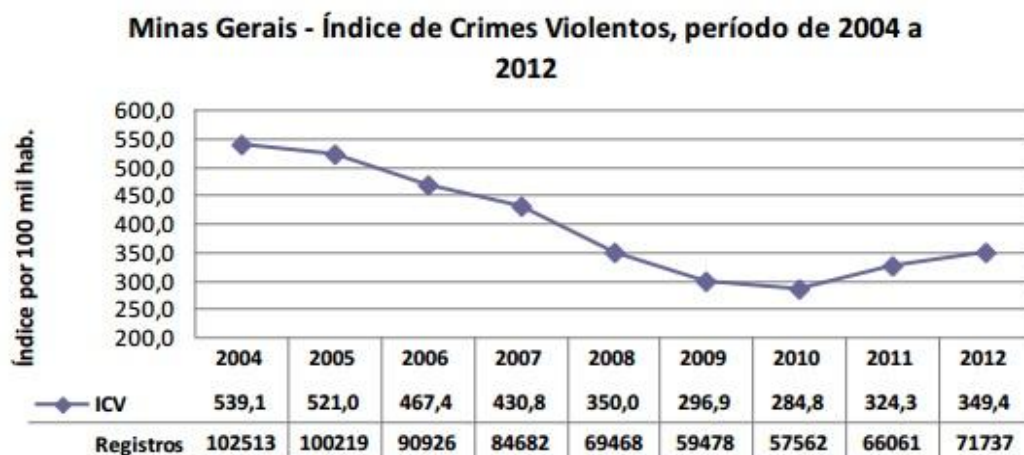


Gráfico 2.

Em Poços de Caldas, Minas Gerais, o presídio local é composto por uma Diretoria (normalmente o Diretor e um adjunto), responsáveis por dar cumprimento às ordens da Subsecretaria, do Poder Judiciário, bem como zelar pela disciplina e administração do local, dentro dos limites de sua competência. Atualmente, o modelo é bastante centralizado, matérias sensíveis como a construção de melhorias, novas vagas, transferências de presos, dentre outras, estão sempre sujeitas às decisões da Subsecretaria em Belo Horizonte, capital do Estado.

A segurança e vigilância do local são feitas pelos agentes penitenciários, funcionários públicos civis, não ligados à Polícia Militar, nem à Polícia Civil.

O corpo de funcionários é completado por um enfermeiro, um assistente social, e um psicólogo.

A capacidade atual do presídio de Poços de Caldas, Minas Gerais, é de aproximadamente 90 presos. O valor é aproximado porque o número é variável em razão de uma série de fatores, tais como problemas estruturais que tornem impossível o uso de uma cela qualquer, construção de novas celas, inclusão/remoção de leitos, dentre outros.



Figura 1.



Figura 2.

O prédio é composto por 15 celas¹³¹, sendo uma reservada para menores, uma para mulheres, uma "solitária" e uma de segurança reforçada. Esta última é chamada de "o seguro". Também há 6 salas utilizadas pela administração e outros serviços; e uma sala destinada aos advogados para entrevistas particulares com os detentos, mas onde nunca há o contato direto: a comunicação é por telefone, o detento é separado por uma parede com vidro.

O acesso às celas é feito através de um corredor estreito. Onze celas estão distribuídas por dois andares. No andar superior, é preciso sair por um segundo corredor para chegar ao "seguro". Esta cela é adjacente ao prédio principal.

O prédio ainda conta com um pátio logo à entrada para acesso de veículos e um outro nos fundos, que é utilizado para o banho de sol e outras atividades ao ar livre, como ocorre, por exemplo, nos dias de visitas de familiares. Este pátio é cercado por uma grade alta de arame, sendo o acesso através de um portão, no mesmo corredor do "seguro".

As salas de administração e outros serviços estão situadas próximas ao pátio de entrada. Por fim, existem duas celas, de construção mais recente, adjacentes ao pátio de entrada, reservadas temporariamente para os presos provisórios.

Há uma cela feminina em um corredor paralelo ao que dá acesso ao "seguro". Este corredor que passa pela entrada da cela feminina e também dá acesso ao pátio dos fundos é delimitado pelo muro externo do presídio.

Conforme observado *in loco*, algumas celas possuem infiltração de água. Como a lotação das celas é superior ao número de leitos, os colchões colocados no chão ficam úmidos. Em razão dessas condições e outros fatores, é comum o aparecimento de larvas, insetos e ratos nas celas.

O número de vagas (90 como referido anteriormente) já foi ultrapassado pelo número de detentos. São aproximadamente 240 presos (190 provisórios)¹³².

Juridicamente, as diretrizes relacionadas ao cumprimento das penas está regulada em nível Federal na Lei Ordinária nº. 7.210/84 e em nível Estadual pela Lei nº. 11.404/94, bem como os demais diplomas já referidos no capítulo 3. Os procedimentos internos são regulados pelo POP, que relembramos, não está publicado em nenhum meio oficial do Estado.

¹³¹ Com as mesmas ressalvas anteriores. O dado é aproximado e pode sofrer alterações.

¹³² Conforme documento da 25ª Subseção da OAB/MG - anexo.



Figura 3.

As condições gerais do local são precárias. O prédio não foi construído para ser um presídio, foi apenas adaptado. No segundo semestre de 2011, nos meses de junho e dezembro, houve amotinação de presos, ou "rebelião" como o fato ficou conhecido na cidade. Na última ocasião, as paredes das celas foram destruídas pelos presos somente com a força de braços e pernas. Pedacos das camas foram usados como ferramentas para destruição das trancas e grades.

Os eventos levaram as entidades civis que acompanham o presídio (OAB e Conselho da Comunidade) a elaborar uma visita e um relatório final, apontando as possíveis causas das rebeliões, com o registro das versões dos presos e dos agentes penitenciários. O documento foi protocolizado perante o Juiz da Vara de Execuções Criminais (VEC). O referido relatório concluiu que os principais fatores para as rebeliões foram: a) Superlotação; b) Condições precárias de infraestrutura; c) Sentimento de humilhação provocado por alguns procedimentos previstos no POP; d) Falta de visita íntima; e) Falta de atendimento por parte dos psicólogos e assistente social aos presos; f) Punição extensiva à toda a cela quando, na verdade, são identificados os presos autores das faltas disciplinares; g) Falta de atenção das autoridades (Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, OAB e Executivo Municipal e Estadual).

Portanto, o que vemos na realidade destoa (muito) daquilo que é previsto na legislação Federal, Estadual e também no POP, embora este último não esteja a salvo de críticas (ver capítulo 4.1). A ação declarada no discurso oficial e na legislação nos

parece não corresponder às práticas institucionalizadas. Com, efeito, o que observamos *in loco* confirma o que escreveu Goffman:

"Quase sempre, muitas instituições totais parecem funcionar apenas como depósitos de internados, mas, como já foi antes sugerido, usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. Já se sugeriu também que um frequente objetivo oficial é a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal. Esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente"¹³³.

O mesmo vale para toda a estrutura hierárquica da Administração Pública acima do Diretor do Presídio: Subsecretaria de Administração Prisional, Secretaria de Estado de Defesa Social, e o próprio Governo Estadual, entidades das quais não se espera qualquer auto-crítica que leve à perda de votos.

Vale mencionarmos, no que diz respeito às condições de infraestrutura, que, ainda segundo o relatório da OAB e Conselho da Comunidade, "*a estrutura está integralmente comprometida*" causando uma "*situação constante de risco de vida daqueles que trabalham no Presídio, bem como de seus custodiados*".

Os próprios agentes penitenciários declararam à Comissão Assuntos Penitenciários da 25ª Subseção da OAB/MG e ao Conselho da Comunidade de Poços de Caldas/MG que o número de agentes lotados no presídio é suficiente para o controle de 120 presos, no máximo. Declaração esta que é confirmada pelo fato de que, quando da ocorrência da rebelião em dezembro de 2011, a SUAPI deslocou agentes de outras comarcas para ajudar a controlar a situação, bem como contou com o apoio das Polícias Civil e Militar do Estado de Minas Gerais.

Dizer que as condições do presídio de Poços de Caldas representam o fracasso da política de ressocialização é uma indução indevida. Não devemos exagerar nas críticas e alegar que o presídio de Poços de Caldas não merecia existir nem mesmo no Século XIX, sob pena de, fazendo uso de uma expressão coloquial, deitar fora a água suja junto com o bebê.

¹³³ GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos...*, pg. 69-70.

4.1. OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E A LEGISLAÇÃO: INTRODUÇÃO

De início importa definir qual a natureza jurídica destes regulamentos. É importante observar que estas regras de procedimento interno são atos de competência da Secretaria de Estado de Defesa Social (no caso, do Estado de Minas Gerais), portanto, do Poder Executivo Estadual.

Pois bem, este procedimento elaborado pela Secretaria é um ato normativo que visa pormenorizar a execução da pena, com ordens de natureza prática, direcionadas aos agentes penitenciários.

O POP, ato normativo do Executivo estadual, é hierarquicamente inferior à Lei Ordinária que trata das Execuções Penais, editada em nível Federal.

Portanto, o denominado POP deve obrigatoriamente estar em conformidade com a Lei Ordinária n.º 7.210/84. No caso do Estado de Minas Gerais, ainda há que se harmonizar com a Lei Estadual n.º 11.404/94. No entanto, na prática o que se tem visto é que há uma relação muito mais de tensão do que de harmonia entre os dois dispositivos legais. Apesar disso, o ambiente fechado, de acesso restrito favorece o cumprimento dos comandos administrativos, ainda que em conflito com a lei federal. A impossibilidade de fiscalização eficaz do cumprimento da lei resulta no enfraquecimento da LEP.

A dificuldade de acesso e falta de publicação dos procedimentos torna praticamente impossível o controle jurisdicional de legalidade e constitucionalidade do POP.

Outro fator a ser considerado é que o POP possui diretrizes procedimentais bastante claras, precisas quanto à obrigação do agente penitenciário em relação a como proceder no dia-a-dia. Já a LEP e as Leis Estaduais possuem uma técnica legislativa bem diferente, axiológica, abstrata. O conflito surge, pois, exatamente na passagem do abstrato ao concreto. De acordo com esta característica axiológica, a legislação concebe que a ressocialização pode ocorrer em diversos graus e não necessariamente dentro de um critério qualitativo máximo. A ressocialização, portanto, tem natureza jurídica normativa diferente das demais regras da execução. Essa distinção é claramente observada quando em contraste com as disposições do POP, voltadas para situações concretas bem delimitadas.

É o que ocorre, por exemplo, quando a LEP diz em seu artigo 40 que: "*Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios*". Logo se percebe a inevitabilidade de conflito ao transportar do plano axiológico a questão da integridade física e moral dentro da lógica da gestão do presídio e da segurança do local.

De um lado a LEP prevê como direito do preso a "*visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados*" (artigo 41, X); já o POP prevê um isolamento de trinta dias para o preso recém chegado, para classificação (PG.GP.01.01 – cláusula 6.1.21 e seguintes):

"O preso deverá ser encaminhado a local apropriado, no qual permanecerá isolado, por um período de trinta dias para classificação.

O preso neste período, estará impedido de receber visitantes, estudar, trabalhar e tomar banho de sol.

O prazo poderá ser estendido, caso a área técnica não disponha de tempo para realização dos procedimentos necessários".

Na época da ditadura militar no Brasil, o isolamento era prática comum nos porões das Delegacias, mas tinha outros objetivos: a tortura, como forma de forçar a revelação do nome e localização de comparsas comunistas, subversivos, por vezes também para "dar uma lição" em jornalistas, professores e artistas ousados demais. O fato é que, nem nessa época o isolamento durava tanto, as vítimas da ditadura ficavam isoladas por 10 dias.

Observamos que não há aqui qualquer punição disciplinar. É um mero procedimento de entrada da pessoa no presídio e a necessidade de "classificação", que é um comando da Lei n.º 7.210/84: "*Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal*" (artigo 5º).

O conflito, portanto, se encontra na execução do procedimento de classificação, com um isolamento de trinta dias (prazo que poderá ser estendido), incompatível com os valores da LEP, de ressocialização, de direito de visita de familiares, de integridade física e moral dos presos.

O mesmo pode ser verificado nas disposições que tratam das revistas, das fiscalizações nas celas, da higienização, entre outras.

Dentro do âmbito dos presídios do Estado de Minas Gerais, sob a administração da SUAPI, o condenado ao chegar na unidade passa pelo procedimento de revista, higienização (leia-se: raspagem do cabelo), é vestido com as citadas roupas

vermelhas padronizadas e, então, é colocado em "triagem", o que significa que ficará em isolamento, sem direito a visitas de familiares, por trinta dias, conforme previsto no POP.

O que causa preocupação é que tais procedimentos causem a interiorização da identidade de delinquente. Em outras palavras, é a materialização da resposta ritualizada e da estigmatização. Este processo de retirada das vestes, raspagem do cabelo e isolamento do convívio familiar, a dicotomia entre preso/agente penitenciário, tudo isto contribui para que o condenado assuma a identidade, o estereótipo, de criminoso. Nas palavras de Figueiredo Dias e Costa Andrade:

"já porque a experiência no interior das instituições funciona simultaneamente como a desaculturação em relação à vida exterior e socialização em formas subculturais de vida. Em segundo lugar e no que respeita ao delinquente, provoca a conformação às expectativas estereotipadas da sociedade, a auto-representação como delinquente e o respectivo *role-engulfment* que, muitas vezes, será irreversível"¹³⁴.

É importante percebermos que em uma unidade prisional como a de Poços de Caldas, onde os presos raramente saem e permanecem em regime fechado (ainda que condenados ao semiaberto), dentro do sistema baseado em sanções ou recompensas, de acordo com a evolução do comportamento carcerário do indivíduo, o que acaba por prevalecer é a socialização (e interiorização) da cultura e dos valores que regem a vida dentro da prisão. A recompensa por bom comportamento, por exemplo, por submissão à disciplina (sair de costas da cela, ponto mencionado no próximo capítulo) é algo que não guarda correspondência com a vida fora do cárcere. Portanto, a ritualização através dos procedimentos estabelecidos no POP, sem que os objetivos sejam claros (e revistos, nos casos em que chegam a ser desumanos), ou ainda, quando não há realmente objetivos, mas a mera perpetuação de alguma prática sacralizada pelo tempo, herança do Século XIX, é algo que contribui para a *prisionização* do detento, e não para o seu retorno ao convívio pacífico com a sociedade.

Como visto, o fim da pena privativa de liberdade não pode ser (ainda que se queira falar em ressocialização em práticas degradantes) impor ao indivíduo a interiorização de valores (no caso, de ser submisso e não questionar ordens). Ao contrário, e há condições para fazê-lo, a pena privativa de liberdade em ambiente fechado deve permitir que o sentenciado aprimore qualidades pessoais (como o nível de instrução e conhecimento de técnicas profissionais), de forma que, ao sair da prisão e

¹³⁴ DIAS, J. F. e ANDRADE, M. C. *Criminologia...*, pg. 352-353

retornar à vida exterior, possua oportunidades legítimas para alcançar seus objetivos de vida, desta forma percorrendo seu caminho sem cometer novos crimes.

4.2. OS PROCEDIMENTOS INTERNOS

4.2.1. Entrada do preso

A primeira providência adotada em relação à pessoa que chega no presídio é a sua correta identificação, sua condição de saúde, bem como de sua situação jurídica, inclusive com cópia da sentença, denúncia, se houver. Isto reflete a necessidade de certeza quanto à pessoa que sofrerá a execução da pena, para que não ocorram entradas indevidas no presídio de inocentes. A verificação da saúde do recém chegado previne que haja contaminação do ambiente por doenças infectocontagiosas. É dever da escolta apresentar todos os documentos de identificação, sob pena do preso não ser admitido na unidade prisional.

Em seguida, o preso será submetido à revista de seu corpo e seus pertences, os quais serão apenas objetos ou materiais de higiene e beleza, roupas, calçados e similares. Qualquer lesão encontrada no corpo do detido deverá ser registrada e o preso encaminhado para exame de corpo delito. O documento POP.GP.01.02, cláusula 5, diz que o objetivo da revista é apenas *eliminar a entrada de objetos proibidos dentro da penitenciária durante o ingresso do preso*. Esta disposição revela a preocupação com a vigilância e segurança do local, e nenhuma com o objetivo de ressocialização. Portanto, há que se reconhecer verdadeiramente uma dupla função nesta revista pessoal e de objetos: a) impedir a entrada de objetos ilegais¹³⁵ ou que afetem a segurança do local e; b) zelar pela integridade física do custodiado.

Após a apresentação e revista, o preso será entrevistado para completar seu cadastro no sistema (INFOPEN) com seus dados básicos e também com informações a respeito de sua constituição física, alcunha, comparsas, inimizadas, outras identificações, para citar alguns. Nesta fase lhe será entregue o kit pessoal composto por

¹³⁵ Em 6 de agosto de 2009 foi promulgada a Lei n.º 12.012, que acrescentou o artigo 349-A ao Código Penal Brasileiro, criminalizando a conduta de ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional, com previsão de pena de detenção de três meses a um ano. Trata-se de uma preocupação recente com o uso destes aparelhos de comunicação pelos presos com o objetivo de organizar rebeliões e coordenar atos criminosos, conforme se lê da justificativa do Projeto de Lei 7.030/2006 da Câmara dos Deputados do Brasil, de autoria do Deputado Moroni Torgan. Além dos telefones, há uma série de objetos proibidos, como máquinas fotográficas, gravadores, armas, munições, cheques, joias, relógios, combustíveis, alimentos em embalagem que não seja transparente, e alguns casos peculiares, como bolos com recheio ou cobertura (PG.GP.01.01 - cláusulas 6.3.16 e seguintes).

itens de higiene pessoal e roupa de cama, e objetos de uso diário: calças, bermudas, camisas de malha, blusa de lã, sandálias, copo e colher de plástico.

Admitido o preso, será imediatamente comunicado o Juiz das Execuções Penais.

Então, segue-se o isolamento de trinta dias (prazo que poderá ser estendido) para classificação, com proibição de visitas de familiares, estudo, trabalho e banho de sol. A classificação, de acordo com a Lei Estadual 11.404/94, artigos 19 e seguintes, e também conforme o POP (documento PG.GP.01.02) é da competência da Comissão Técnica de Classificação, a qual elaborará um Programa Individualizado de Ressocialização (PIR), na linguagem do POP, ou Programa Individual de Tratamento, pela letra da Lei Estadual. Uma vez classificado, de acordo com seus antecedentes, tipo de crime, pena, regime e periculosidade, o preso será encaminhado para a cela correspondente (ver os próximos capítulos, sobre o procedimento de revista e trânsito interno), para que, então, se inicie o seu processo de reintegração na sociedade.

O artigo 8º da LEP ainda dispõe sobre a realização de exame criminológico com vistas à individualização da execução.

O artigo 9º-A da LEP prevê que os condenados por crime doloso contra a pessoa com violência grave, ou crimes hediondos, "*serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor*".

Por fim, o POP prevê o *procedimento de acolhida*, segundo o documento (PG.GP.01.02, cláusula 6.8). Nesta fase, o preso será informado sobre seus direitos e deveres, as normas, os procedimentos internos e o funcionamento dos atendimentos. Segundo o POP, tal procedimento deverá ocorrer na primeira semana após a chegada do preso, período que coincide com o isolamento.

4.2.2. Revista no preso e seus pertences

O procedimento de revista merece especial atenção, em razão de ser um momento em que o preso terá a primeira experiência e percepção que seus direitos fundamentais, para além da liberdade, foram atingidos pela condenação. O preso é submetido àquilo que será a tônica de todo o seu percurso pelo sistema prisional: a contradição entre o objetivo de assegurar a segurança do local e o de ressocialização.

A mera descrição do procedimento é suficiente para nos apercebermos de que dificilmente algo assim irá contribuir com o reingresso do preso na sociedade. Assim

determina a cláusula 6 (POP.GP.01.02): Vestir a máscara e as luvas; determinar que o preso fique de frente para a parede e realizar a busca manual; determinar que o preso se dispa; Realizar revista manual e com o detector de metais nas roupas e calçados do preso; boca: determinar que o preso abra a boca, levante a língua e retire a prótese dentária, caso utilize; ânus: determinar que o preso realize 03 ou mais agachamentos de frente e de costas, caso haja suspeita de irregularidade, determinar que o preso dê alguns passos agachado. Caso haja suspeita de irregularidade, realizar a busca íntima, porém acompanhado de uma pessoa habilitada: enfermeiro ou médico; barba: para os casos em que o preso possua uma barba excessiva, realizar a vistoria manual; (...) vagina: determinar que a sentenciada realize 03 ou mais agachamentos de frente e de costas. Caso haja suspeita de irregularidades, determinar que a sentenciada dê alguns passos agachada. Realizar a vistoria local com o detector de metais. Caso a sentenciada não tenha condições de realizar o agachamento, solicitar que deite na maca, em posição ginecológica, e realizar a vistoria local, visualmente e com o detector de metais. Caso não haja uma maca disponível, determinar que a sentenciada apoie um dos pés no vaso sanitário ou cadeira e realize 03 ou mais agachamentos. Para o caso de sentenciada grávida, não será realizado o agachamento, porém a gravidez deverá estar devidamente comprovada com atestado médico; seios: determinar que a sentenciada levante os seios. Realizar a vistoria visual; determinar que o preso se vista; Algemar o preso conforme descrito no POP.PG.01.21.

Após a especificação detalhada de todos os passos a serem seguidos pelos agentes durante a revista, o POP prevê: *"caso seja verificada a existência de hematomas, escoriações, ferimentos, fraturas ou outros tipos de irregularidades físicas, encaminhar o preso para a execução do exame de corpo de delito"*.

Importa observar que a Lei Estadual n.º 12.492/97 prevê a realização de revistas pessoais, inclusive da revista íntima, mas exclui certas pessoas de qualquer tipo de revista. O procedimento de revista não se aplica a (artigo 2.º parágrafo único):

"Chefe de Poder, Secretário de Estado, magistrado, parlamentar, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, a advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB -, ao Superintendente, ao Corregedor-Geral e ao Corregedor Adjunto da Superintendência dos Serviços Penitenciários".

Ora, as pessoas referidas acima estão isentas de se submeterem à revista pelo fato de que o procedimento é excessivamente invasivo, e portanto, degradante demais para os ocupantes dos cargos elevados.

Sem embargo quanto ao objetivo de segurança interna, o procedimento de revista tem uma conotação (pelo menos do ponto de vista do preso) ritualística, que simboliza a passagem da vida de cidadão (do exterior dos muros) para a vida de detento, confinado do lado de dentro da prisão.

"No momento da admissão, os bens de uma pessoa são retirados e indicados por um funcionário que os enumera e prepara para armazenamento. O internado pode ser revistado até o ponto – muitas vezes descrito na literatura – de um exame retal. Posteriormente, durante sua estada, pode ser obrigado a sofrer exames em sua pessoa e em seu dormitório, seja de forma rotineira, seja quando há algum problema. Em todos esses casos, tanto o examinador quanto o exame penetram a intimidade do indivíduo e violam o território de seu eu"¹³⁶.

Por esse processo lhe é retirado tudo aquilo que simboliza a sua vida como cidadão livre, suas roupas, pertences, cabelo, sua identidade visual é trocada pelo uniforme padrão e cabeça raspada do condenado¹³⁷. É icônico que logo em seguida venha o procedimento de cadastro no INFOPEN, completando o processo com a retirada de seu nome, substituído pelo nº identificador do sistema informático. Nas palavras de A. Baratta:

"Las ceremonias de degradación al comienzo de la detención (Morris, 1963, 164), en las cuales el encarcerado es despojado también de los símbolos exteriores de la propia autonomía (los vestidos y los objetos personales), son el polo opuesto de todo esto"¹³⁸.

A situação é mais grave nos casos em que o procedimento é aplicado como meio de punição do detento. Neste sentido, ouvimos pessoalmente denúncias de tais práticas, ilegais, e podem ser consideradas como atos de tortura. De qualquer forma, parece óbvio que a revista, tal como é prevista hoje no POP, e apenas neste manual, é claramente orientada à preservação da segurança interna do presídio, ainda que incompatível com os objetivos de ressocialização.

Mas o que fazer então? Há qualquer coisa de indiscutível quando se afirma que a segurança do presídio deve vir em primeiro lugar. Mas, se assim é, então não estaria a legislação indo contra o que seria uma *ordem natural das coisas* ao dizer que a Execução Penal se pauta no ideal de ressocialização? Não parecem existir maiores evidências de que a revista íntima, minuciosa, invasiva, que ocorre já quando o preso

¹³⁶ GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos...*, pg. 35.

¹³⁷ "No entanto, ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despidido de sua aparência usual (...)" GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos...*, pg. 28.

¹³⁸ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 368.

está sob custódia das autoridades, gere maior segurança e que a sua não realização vá causar, ao contrário, um déficit dessa segurança interna, assim como a legislação não considera inseguro que determinadas pessoas (de elevado *status*) não se submetam à revista.

4.2.3. Trânsito interno

O POP, como já dissemos antes, é detalhado. Portanto, até mesmo situações aparentemente simples, como entrar e sair da cela, estão devidamente reguladas e seguem um procedimento específico, cujo objetivo declarado no documento é *conduzir e retirar o preso da cela com segurança visando o atendimento e a reintegração do mesmo*. Novamente podemos notar os conceitos chave que aparecem mais uma vez no texto: segurança e reintegração.

Não é difícil perceber qual dos objetivos é alcançado pelo primeiro passo: *algemar o preso* (POP.GP.01.04, cláusula 6.1.2).

Percorrido o caminho até a cela, após a entrada do preso na mesma e trancada, ainda é realizada nova revista (cláusula 6.1.9). O mesmo vale para a saída do preso da cela. Procedimento de revista obrigatório, algemas, e só então segue-se em frente, com a única diferença que é expressamente determinado que o preso saia de costas (cláusula 6.2.6).

O documento lista, por fim, os cuidados indispensáveis na realização do trânsito interno de presos. Não se deve parar, estabelecer contato com outros presos, o agente deve evitar conversar com o preso e solicitar ajuda de outros agentes caso seja necessário.

E assim termina este procedimento. Ora, não há a mínima consideração à objetivos de reintegração do detento. O que vemos, com toda clareza, é um procedimento de segurança. E se olharmos atentamente, os elementos que podemos identificar nisto tudo são: o *silêncio*, claramente determinado, já que o preso não pode estabelecer contatos, seja com outros presos ou mesmo com o agente que o conduz. É de se imaginar que no dia-a-dia, esta situação seja de grande tensão, já que por mais que o preso tenha perguntas sobre para onde vai, sobre o que está acontecendo, etc, o agente cumpridor do POP não lhe responderá a nenhuma pergunta; outro elemento é a *disciplina*, pois como vimos, o preso deve se submeter às revistas e demais procedimentos (ainda que já tenha sido revistado na entrada do presídio, e mesmo que tenha sido conduzido apenas dentro do estabelecimento), que ocorrem tanto na chegada

quanto na saída da cela. Já outras questões, como a posição do corpo (sair de costas) tem um significado para além da segurança. Podemos identificar estes processos com cerimônias de humilhação e destruição da imagem que o preso tem de si mesmo (já profundamente afetada pelas cerimônias de ingresso). Nas palavras de Goffman:

"Depois da admissão, a imagem que apresenta de si mesmo é atacada de outra forma. No idioma expressivo de determinada sociedade civil, alguns movimentos, algumas posturas e poses traduzem imagens inferiores do indivíduo e são evitadas como aviltantes. Qualquer regulamento, ordem ou tarefa, que obrigue o indivíduo a adotar tais movimentos ou posturas, pode mortificar seu eu"¹³⁹.

Silêncio, disciplina, o cabelo raspado, o uniforme de detento, resquícios do modelo correccionalista que apresentamos no capítulo 2.1.

Novamente é importante esclarecermos que não se prega que o preso deva andar livremente pelas dependências do presídio, sem qualquer medida para garantir a segurança, no entanto, nada justifica repetir as fórmulas que estão muito mais próximas do correccionalismo do que do atual entendimento acerca da ressocialização, principalmente do que decorre da legislação.

Não há qualquer justificativa para exigência de silêncio absoluto do preso, tampouco isso decorre da Lei. Por exemplo, se o art. 142 da Lei Estadual 11.404/94 estabelece como *infração disciplinar*, em seu inciso V, a *linguagem injuriosa*, é forçoso extrair que a lei só veda a comunicação injuriosa, permitindo toda aquela que não o seja, ainda que o preso esteja em procedimento de trânsito interno. Ainda, o inciso IX prevê a infração disciplinar de comunicação proibida somente no caso de isolamento (sanção disciplinar de isolamento, prevista no art. 143, V e VI da mesma Lei Estadual).

De outro lado, o silêncio do agente em relação ao preso (não conversar) não parece advir de nenhuma exigência de segurança, sendo apenas contraproducente no que toca à ressocialização do condenado.

Há uma sensível diferença nos termos utilizados na legislação em comparação com o POP. O art. 62 da Lei Estadual n.º 11.404/94 (das Atividades Culturais, Recreativas e Esportivas) fala em *bem estar físico e mental*. No entanto, o que ocorre, na prática, é que ainda que o preso esteja em trânsito para realizar uma atividade recreativa, o caminho será sob a regra do silêncio. Ou seja, pratica-se o *mal estar* para atingir o *bem estar*.

¹³⁹ GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos...*, pg. 29.

Devemos ter em mente que os procedimentos de trânsito possuem sempre um objetivo determinado. Não se retira o preso de sua cela sem que exista um motivo devidamente especificado no POP. E estes são: solicitação emergencial, solicitação de saúde, solicitação de atendimento técnico, solicitação de escola, solicitação de trabalho e solicitação de horário de lazer (POP.GP.01.06, cláusula 6.6.1.4). A visitação está no documento POP.GP.01.07.

No cumprimento dessas solicitações reconhecemos que há a preocupação com elementos de ressocialização, o que se encontra em sintonia com a legislação, nomeadamente o art. 11 da Lei n.º 7.210/84 (assistência ao preso), bem como o rol de direitos do preso do art. 41 da mesma Lei.

4.2.4. Disposições específicas sobre ressocialização nos procedimentos internos

Há um documento (PG.GP.01.02) destinado especificamente ao tema da ressocialização. A finalidade já é descrita logo em sua cláusula primeira, que é *estabelecer princípios gerais para o atendimento ao preso*. Desde o início, portanto, já é importante notarmos que, ao contrário das demais normas do POP, este documento estabelece princípios gerais.

Há também uma definição própria de ressocialização. Trata-se da cláusula 6.1, cujo texto é:

"Considera-se Ressocialização o resultado esperado pelos atendimentos oferecidos ao preso por meio da custódia, da prestação de assistência jurídica, psicossocial, à saúde, educacional e trabalho, religiosa, bem como da garantia da visitação e do lazer".

Pela definição acima (e repetindo-a em outras palavras), a ressocialização é o resultado dos atendimentos. É um conceito equivocado, como vimos no capítulo 1, toda a evolução do pensamento penal a respeito do fim de ressocialização levou à criação da assistência ao preso (que é o conteúdo destes atendimentos de que fala a cláusula citada acima), como elementos mínimos necessários à ressocialização. Ora, o POP nada mais faz do que transformar o que seriam condições mínimas no próprio conceito de ressocialização. Em última análise, o POP, ao reduzir a ressocialização aos atendimentos, informa seus agentes que todo o resto não é ressocialização. Assim, percebemos porque há tamanho distanciamento entre os fins ressocializadores e os procedimentos de entrada, revista, trânsito, etc.

Outro ponto é a individualização da execução da pena. Para tanto, o POP prevê a elaboração de um Programa Individualizado de Ressocialização (PIR), a cargo da Comissão Técnica de Classificação (CTC)¹⁴⁰ (cláusula 6.4). "*O preso deverá ser classificado segundo seus antecedentes e personalidade para orientar a individualização da execução da pena*" (cláusula 6.9.1).

No entanto, vale lembrar que é em razão desta classificação que o POP prevê o isolamento de trinta dias (nos quais é impedido de receber visitas, estudar, trabalhar e tomar banhos de sol) imediatamente após sua entrada. O que nos faz questionar qual o sentido das disposições do POP acerca do *procedimento de acolhida*, conforme a cláusula 6.8 (ver capítulo 4.2.1, sobre a entrada do preso na unidade).

A questão, novamente, é que o objetivo de preservar a segurança interna é incompatível, por vezes, com os princípios de ressocialização. Em eventual conflito, prevalece o primeiro. Não é outro o posicionamento do POP a respeito. No mesmo documento em que trata da ressocialização, estabelece (cláusula 6.7):

"A realização dos atendimentos ao preso deverá observar o disposto na norma PG.GP.01.01 – Diretrizes de Custódia, quanto aos procedimentos de segurança a serem adotados".

Neste sentido, a aplicação prática, o compromisso real das unidades prisionais e seus agentes é obnublada pelo quase paranoico mantra da segurança, característico do modelo tecnocrático que impera no sistema atual¹⁴¹.

Com razão, afirma Anabela Rodrigues:

"A ênfase na segurança, no prevenir a fuga e no controle regular e contínuo da vida do preso convertem a prisão, em si mesmo dessocializadora como «instituição total», num *habitat* que expõe o recluso a uma grande violência, factor a considerar na dessocialização progressiva do seu comportamento (...)"¹⁴².

Novamente, vale ressaltar que não defendemos o abandono das medidas que visam garantir a segurança, mas apontamos para o fato de que, se é esta a lógica que deve presidir a custódia dos sentenciados, então tem razão a crítica que diz serem as

¹⁴⁰ Segue anexo um relatório elaborado pela referida comissão, extraído de um processo real, cujos nomes e dados pessoais foram suprimidos. Como este trabalho não é feito no presídio de Poços de Caldas, este documento se refere à penitenciária de Três Corações, Minas Gerais.

¹⁴¹ "En el modelo tecnocrático el lugar de la solución del problema carcelario es, desde cuando la cárcel nació, la cárcel misma: sus instrumentos siguen siendo, con las 'mejoras' de última hora, las técnicas tradicionales de la disciplina y del tratamiento, en las que la función de 'resocialización' es siempre sacrificada o instrumentalizada a favor del orden interno y de la 'seguridad' externa". BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 393.

¹⁴² RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre...*, pg. 46.

disposições sobre ressocialização um mero exercício de retórica, que constam dos manuais apenas para tranquilizar os organismos fiscalizadores, mas que tanto os agentes como os administradores das prisões os sabem, são impossíveis de serem cumpridas adequadamente, mantendo algumas práticas somente em nível paliativo e simbólico¹⁴³.

A segurança, apesar de ser uma necessidade secundária¹⁴⁴, passa a ser o objetivo principal do estabelecimento penal, uma vez que todo e qualquer “procedimento de ressocialização” está subjugado aos interesses maiores de segurança. Urge compreendermos que este conceito de segurança do presídio está diretamente ligado ao conceito de *periculosidade* (perigosidade) do detento. Dentro da lógica da administração prisional, se o detento é um indivíduo em estágio de recuperação (mas ainda não recuperado), logo é um *criminoso em potencial*. Esta conclusão, por sua vez, dá lugar à normatização como vemos no POP, as quais acabam por direcionar a Execução Penal para uma vertente muito mais próxima da neutralização do que da ressocialização. Não é por outra razão que Alessandro Baratta sugere que a ótica seja diametralmente oposta, ou seja, da presunção de periculosidade para uma presunção de normalidade do detento¹⁴⁵.

Segundo o POP, haverá o acompanhamento penal (cláusula 6.12), que consiste no atendimento jurídico ao preso com vistas à concessão de benefícios e assegurar o cumprimento da execução dentro dos parâmetros legais. A observação do presídio de Poços de Caldas mostra que este acompanhamento é efetivamente realizado por um funcionário da unidade. Este atendimento não institui uma advocacia pública em favor do preso, nem substitui o atendimento prestado por advogado particular. O que este atendimento visa é evitar o encarceramento além do tempo previsto na sentença, o atraso na concessão de progressão de regime e livramento condicional, problemas notórios no sistema penitenciário Brasileiro (basta vermos os mutirões carcerários do CNJ¹⁴⁶). Portanto, ainda que o preso possua advogado constituído lhe será prestada a assistência. Mas, deixamos o alerta para o fato de que este atendimento não deve ultrapassar este limite, que acaba por não ser claro, sob pena do funcionário incorrer na prática do delito de advocacia administrativa, tipificado no art. 321 do Código Penal Brasileiro.

¹⁴³ Neste sentido: “King and Morgan claimed that ‘treatment and training’ was a rhetorical doctrine that had never squared with the reality of prison life. Rule 1 was so vague that it had never been operationalized. It was inspired by aspirations incapable of fulfilment, something that prison staff had always known”. MORGAN, R. *Imprisonment: Current Concerns...*, pg. 1145.

¹⁴⁴ Cf. BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 201-205

¹⁴⁵ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 384.

¹⁴⁶ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/sistemas/sistema-carcerario-e-execucao-penal/21236-sistema-do-mutirao-carcerario>

Além de agilizar o processo de concessão de benefícios, o acompanhamento penal ainda é importante para dar ao preso conhecimento da sua situação jurídica.

Em relação aos atendimentos de saúde (cláusula 6.13), estes devem ocorrer, em regra, dentro das unidades prisionais. Como citamos brevemente no capítulo 3.2, a falta de pessoal e infraestrutura ainda é o maior desafio a ser enfrentado pela Administração Pública para implementar esta assistência na forma como prevista, tanto na legislação quanto no POP.

Segundo o POP, excepcionalmente (o que, na prática, virou regra) os atendimentos são direcionados para o Sistema Único de Saúde (SUS). Há a distinção de três fases de atendimentos: classificação, atendimentos rotineiros e atendimento para reintegração (cláusula 6.13.7), sempre em observância das políticas nacionais e estaduais de saúde. A classificação tem o objetivo de filtrar quais presos necessitam de atendimento rotineiro além do número padrão (uma vez por ano, conforme cláusula 6.13.9.2).

Já o atendimento para reintegração é aquele realizado antes da saída do preso (considerado pré-egresso, por estar a menos de seis meses da data de saída esperada, conforme a cláusula 6.11.1) e consiste em uma suposta preparação do preso para o retorno à sociedade com ênfase em aspectos “bio-psico-social” (cláusula 6.11.2). Este atendimento para reintegração suscita um certo estranhamento, porque não há claramente nenhuma razão para um atendimento de saúde diferenciado para o preso que esteja com saída prevista para menos de seis meses. Quais são os aspectos “bio-psico-sociais” (termo que não é auto-explicável e o POP não traz qualquer pista a respeito) a serem observados é algo difícil de precisar. Na nossa opinião, o que o POP não diz (pelo menos não expressamente) é que a prisão é um conhecido meio de contaminação de doenças como a hepatite e a AIDS (SIDA), e por isso se justificaria um atendimento de saúde às vésperas da saída do estabelecimento, como uma tentativa de evitar o contágio de pessoas no exterior e orientação sobre os cuidados e tratamentos que deverá buscar.

O atendimento psicossocial (cláusula 6.14) visa o *profiling* (identificação do perfil psicológico), bem como *a adaptação do preso à situação prisional, o auxílio à compreensão do caráter de suas ações e capacidade de agir de modo diferente*. As determinações a respeito do atendimento são da Superintendência de Atendimento ao Sentenciado e sua execução é da competência de um psicólogo e um assistente social. É preciso que este atendimento psicológico não se deturpe em qualquer tipo de doutrina moral para os presos, pois como vimos anteriormente, não caracteriza a finalidade

ressocializadora da pena a intervenção nos domínios da *psique* do condenado, para lhe impor valores e padrões socialmente aceitos.

A função do assistente social também passa pela identificação do perfil do preso, mas um perfil “sociológico”, que leva em conta informações a respeito da família, do contexto socioeconômico onde estava inserido, como uma tentativa de identificar possíveis causas sociais do delito cometido, como é expresso na cláusula 6.14.6.

Um outro trabalho importante da assistência social é promover a expedição de documentos pessoais, necessários ao exercício da cidadania, como identidade, identificação fiscal (CPF), certidões de diversas naturezas, dentre outros. É, de fato, uma situação comum entre os presos de Poços de Caldas, a falta de documentos pessoais, algo aparentemente simples, mas com muita relevância no que diz respeito à limitação das oportunidades legítimas durante o percurso de vida de uma pessoa. Este é um exemplo positivo do que, na prática, significa proporcionar condições para a ressocialização do sentenciado.

De outro lado, como observamos claramente no POP, os atendimentos realizados em suposto benefício e interesse na ressocialização do preso possuem um outro efeito. Os registros, laudos, relatórios, enfim, toda a documentação produzida acabam por formar um dossiê de informações a respeito do condenado, uma produção constante de conhecimento a respeito da pessoa do condenado, em um exercício de observação e controle contínuo e total sobre a vida dessas pessoas. Integram um sistema de *documentação individualizante e permanente* que remete ao panoptismo¹⁴⁷.

A cláusula 6.15 trata do polêmico laudo criminológico. A LEP, como citamos anteriormente, prevê o exame criminológico em seu art. 8º, para a adequada classificação do preso e individualização da execução da sua pena. As implicações dessa execução individualizada projetam-se diretamente no que toca à progressão de regime. Assim, o art. 112 da LEP previa a faculdade do Juiz das Execuções valer-se de exame criminológico para decidir sobre o incidente de progressão de regime (portanto, do fechado para o semiaberto, ou do semiaberto para o aberto), o que foi revogado pela Lei n.º 10.792/03. A partir de 2003, o laudo criminológico foi substituído pela certidão de *bom comportamento carcerário* assinada pelo Diretor da unidade prisional¹⁴⁸.

Sintetizando a celeuma, transcrevemos as palavras da Ministra do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, Maria Thereza Rocha de Assis Moura:

¹⁴⁷ FOUCAULT, M. *Surveiller et punir...*, pg. 291.

¹⁴⁸ MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis e CASTANHEIRA, Éricka Silva Gomide. "Breves considerações acerca do exame criminológico" in *Boletim IBCCRIM*, n. 206, Janeiro/2010.

"Após quase vinte anos de vigência da referida norma, muitas vezes se voltaram contra o exame criminológico, notadamente em razão de sua subjetividade, falta de cientificismo e autoritarismo. Sustenta-se que os laudos não adotam critérios objetivos e carecem de padronização, baseando-se em meras presunções acerca da possibilidade ou não de o condenado reiterar a prática delitiva"¹⁴⁹.

Após a reforma legislativa, no entanto, os Tribunais Superiores do Brasil pacificaram o entendimento de que os Juízes não estão proibidos de requerer o exame criminológico. Ora, o POP foi emitido em novembro de 2004, no auge da (primeira) controvérsia acerca do referido exame, portanto, é natural que contenha a disposição prevendo sua realização, *quando solicitado* (cláusula 6.15.1) pelo Juiz.

Estes atendimentos técnicos e o exame criminológico ainda não romperam com o paradigma daquela “*criminologia, nascida com foros de ciência prática e positiva que iria explicar o crime, causalmente, e determinar os remédios necessários*”¹⁵⁰. É imprescindível que os técnicos do presídio movam o foco das atenções das causas do crime para as causas da interiorização da (*sub*)cultura prisional. Em outras palavras, não é papel do enfermeiro, do psicólogo ou do assistente social prevenir a ocorrência de crimes. É claro que se espera que o trabalho bem feito dentro da unidade reflita, no futuro na menor criminalidade na sociedade (como investigamos no capítulo 2 sobre o fim preventivo especial da pena), mas para isto é preciso que o objetivo destes profissionais seja o de minimizar os efeitos nefastos que o cárcere produz¹⁵¹.

A cláusula 6.16 registra o atendimento religioso, garantindo a liberdade de culto limitada por imposição da disciplina e da segurança.

Em seguida, este documento do POP trata do atendimento educacional, apenas repetindo os termos legais e reforçando a obrigatoriedade da formação básica (ensino fundamental) e de existência de biblioteca, o que sabemos ser inexistente na unidade objeto desta dissertação.

A cláusula 6.18 trata do trabalho do preso. Determina a obrigatoriedade do trabalho e traz algumas limitações, como no exemplo da cláusula 6.18.4, onde se estabelece que apenas o preso com curso fundamental completo, ou neste matriculado, poderá candidatar-se ao trabalho nas oficinas da penitenciária. Todo o gerenciamento do trabalho é de competência da Diretoria de Atendimento e Reintegração Social, em conjunto com os pareceres da CTC.

¹⁴⁹ MOURA, M. T. R. A. e CASTANHEIRA, E. S. G. *Breves considerações acerca do exame criminológico*.

¹⁵⁰ BELEZA, T. P. *A moderna criminologia...*, pg. 52.

¹⁵¹ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 367.

Como é uma constante em todo o documento, o trabalho interno também deverá observar as normas sobre procedimentos de segurança (o que implica em revista pessoal, disposição de agentes de vigilância, planejamento de trajetos de trânsito interno, etc). Existem as disposições sobre a possibilidade de convênios, de acordo com o que já prevê a legislação (ver capítulo 3.2.2), bem como sobre a regularidade da remuneração do trabalho.

Como sabemos, a legislação também se refere ao lazer (art. 37 da Lei Estadual n.º 11.404/94; art. 41, V, da LEP), muitas vezes como atividade acessória ao estudo. O POP disciplina o lazer na cláusula 6.19 do documento analisado neste capítulo, cuja disposição textual diz muito sobre o que esta atividade representa dentro dos muros. Vejamos, a cláusula em comento diz: *durante o horário de lazer, profissionais da área de atendimento ao preso poderão realizar observações que acharem necessárias quanto ao comportamento dos mesmos*. A ideia passada aos agentes penitenciários e demais funcionários é que a atividade recreativa dos detentos é uma espécie de laboratório social, onde o objetivo é fazer avaliações de comportamento. Na prática, isto representa a anulação do efeito que se espera de uma atividade de lazer dentro da unidade, o qual está ligado ao alívio da tensão, tranquilidade dos ânimos, interação em grupo, senso de responsabilidade, respeito, capacidade de seguir regras (de jogo), enfim, um série de objetivos que acabam invertidos na lógica de vigilância contida no POP.

A cláusula 6.20 trata da visitação aos presos. De forma geral, o POP estabelece que cabe à Diretoria avaliar a conveniência da recepção de visitas. É preciso lembrar que o direito às visitas (art. 41, X da LEP) é um dos que podem sofrer limitações em razões de faltas disciplinares (art. 41, parágrafo único). De outro lado, este é um ponto extremamente importante em relação às condições de ressocialização, uma vez que representa um momento de contato do preso com o mundo exterior, especialmente com aquelas pessoas que lhe são mais prezadas (cônjuge, companheiro, familiares, amigos). Como veremos no capítulo a seguir, novos modelos de execução penal chegam a considerar a participação da família e da comunidade como um dos pilares da recuperação do condenado, traduzido na fórmula da *abertura do cárcere à sociedade*¹⁵².

Os maiores problemas encontrados na prática em relação à visitação relacionam-se com as exigências de cadastros prévios, para os quais é exigida uma longa lista de documentos (até mesmo folha de antecedentes criminais – cláusula 6.20.6), muitos deles autenticados em cartório, o que dificulta em muito a efetivação

¹⁵² BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 380. Também: RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre...*, pg. 48.

deste cadastro por parte das famílias mais carentes de recursos. Outro fator é a distância. Muitos presos não cumprem pena na Comarca onde residem suas famílias (as transferências de presos entre unidades do sistema penitenciário são coordenadas em nível estratégico pela SEDS). Logo, são comuns os casos de familiares serem obrigados a deslocarem-se centenas de quilômetros a fim de visitarem o detento¹⁵³.

Estes dois fatores combinados (distância e exigência de cadastro prévio) implica em uma situação real que é evidente para as famílias mas imperceptível no plano político da SEDS, que é a necessidade nada razoável destas famílias serem obrigadas a fazer uma dispendiosa viagem somente para entregar documentos, já que o POP exige que a documentação seja entregue à assistente social (cláusula 6.20.5) pelo menos uma semana de antecedência (cláusula 6.20.4), e quinze dias de antecedência para o caso de visita íntima.

As visitas também são submetidas ao procedimento de revista pessoal e revista íntima (ver capítulo 4.2.2). A humilhação do procedimento, a dificuldade burocrática, a distância, todos estes fatores levam, em muitos casos, ao final abandono do preso, que passa a não receber mais visitas, não por punição disciplinar, mas simplesmente porque o sistema não contribuiu em nada para que os visitantes o façam. A repercussão negativa no processo de ressocialização é óbvia.

¹⁵³ Por exemplo, há casos de presos de Poços de Caldas que foram transferidos para a penitenciária de Teófilo Otoni, Minas Gerais, a 900km de distância.

5. ESTUDO DE CASO: A APAC DE POUSO ALEGRE, MINAS GERAIS

5.1. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

As Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) são instituições civis, sem fins lucrativos, coordenadas pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), fundada em 1995, na continuidade de um projeto de assistência aos presos iniciado em 1972 pelo advogado e jornalista Mário Ottoboni. Naquela altura, a sigla APAC tinha outro significado (Amando o Próximo Amarás Cristo), já que o trabalho, inicialmente, tinha o objetivo de evangelizar e dar apoio moral aos presos, sendo apenas uma equipe de uma Pastoral Penitenciária. Em 1974 foi criada a entidade jurídica, organização sem fins lucrativos, quando passou a adotar o nome de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados¹⁵⁴.

O conceito evoluiu e passou a ser um método de execução da pena, centrado na ressocialização e no cumprimento integral da legislação.

Embora a APAC seja, verdadeiramente, um método estritamente de nível operacional, e portanto podendo ser aplicado nos estabelecimentos penitenciários existentes, o modelo que utilizamos como fonte de investigação, a unidade APAC de Pouso Alegre, Minas Gerais, possui infraestrutura própria na zona rural do Município.

Esta unidade conta com prédios de administração, alas com dormitórios do regime semiaberto e aberto, pavilhão para o regime fechado, oficinas de trabalho e espaço para agricultura e pecuária. Há efetiva separação entre os três regimes de cumprimento da pena.

¹⁵⁴ OTTOBONI, Mário. *Ninguém é irrecuperável. APAC, a revolução do sistema penitenciário*. São Paulo: Cidade Nova, 1997.



Figura 4.



Figura 5.

Em relação à estrutura, notamos que todos os itens exigidos pela legislação (ver capítulo 3.2) estão presentes, com exceção de quadra poliesportiva. Portanto, existem em boas condições, na APAC de Pouso Alegre, dependências para administração, assistência médica, local para culto religioso, sala para atendimento odontológico, salas de aula, pátios para visita de familiares, quartos para visita íntima, almoxarifado, celas individuais, alojamento coletivo, biblioteca e salas equipadas para a realização de videoaudiências e prestação de assistência jurídica.

Além disso, esta unidade conta com cantina para atendimento dos presos e familiares. Aqueles podem comprar os produtos com o dinheiro que recebem pelo trabalho, conforme estipula a legislação vigente.

São aproximadamente 200 detentos atualmente na APAC de Pouso Alegre, divididos pelos três regimes de cumprimento da pena. Na APAC adota-se o nome de “recuperando” ao invés de preso, detento, condenado, etc.

Não há agentes penitenciários, policiais ou qualquer tipo de vigilância armada. Os próprios recuperandos cuidam da vigilância e dos serviços administrativos, juntamente com trabalhadores voluntários. Estes constituem elementos fundamentais do método APAC, a substituição da polícia pelo conceito de “recuperando ajudando o recuperando” e a participação da comunidade, estreitando os laços de confiança mútua. Em verdade, são doze os elementos do método APAC: participação da comunidade, recuperando ajudando o recuperando, trabalho, religião, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização humana, família, voluntário e curso para sua formação, centros de reintegração social, mérito e a jornada de libertação com Cristo¹⁵⁵.

De fato, observamos que na APAC de Pouso Alegre, os recuperandos com mais tempo na unidade se mostram comprometidos com o método (são vários os casos de recuperandos que passam a ser voluntários e ajudam a propagar o método em outros municípios). Estes grupos de recuperandos acabam por trabalhar no sentido inverso da *(sub)cultura* carcerária, assimilando os recuperandos recém chegados e, porventura, mais resistentes à cooperação. Devemos dizer que nenhum preso é transferido para a APAC contra sua vontade, sendo que esta é uma iniciativa que somente a ele cabe.

A numerosa presença de voluntários é um dos pontos diferenciais do “método APAC” e também requisito para o bom funcionamento da unidade e alcance dos objetivos de ressocialização. O trabalho dos voluntários, além de reduzir os custos da execução penal, contribui para a abertura do cárcere à sociedade¹⁵⁶. Por isso, a implantação de uma APAC deve ser precedida de um trabalho de convencimento da comunidade acerca da importância de sua participação na ressocialização dos condenados. Este voluntariado revela um processo que, por um lado, conscientiza a comunidade de que aqueles detentos também fazem parte do corpo social (ou seja, a

¹⁵⁵ OTTOBONI, Mário *apud* SANTOS, Luiz Carlos Rezende e. “Da Assistência – Os Artigos 10 e 11 da LEP. O Método APAC e seus Doze Elementos” in SILVA, Jane (org.) A Execução Penal à Luz do Método APAC. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011, pg. 41.

¹⁵⁶ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 380.

sociedade reconhece *como seus os reclusos*¹⁵⁷), de outro, contribui para o sentimento dos presos de que pertencem à comunidade¹⁵⁸.

Sobre o tema, escreveu o Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos:

"A força do voluntariado tem trazido ótimos resultados, uma vez que recebido pelos presos e internos como um gesto de amor, de dedicação e carinho, e não como cumprimento de uma jornada – por vezes – burocrática de trabalho"¹⁵⁹.

Vale ressaltar que além da presença constante da comunidade, o Juiz da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Pouso Alegre chega a realizar audiências dentro da unidade, em uma sala própria para o ato. A proximidade do Juiz é um fator que contribui para a garantia dos direitos dos recuperandos, bem como para a prestação adequada da assistência jurídica.

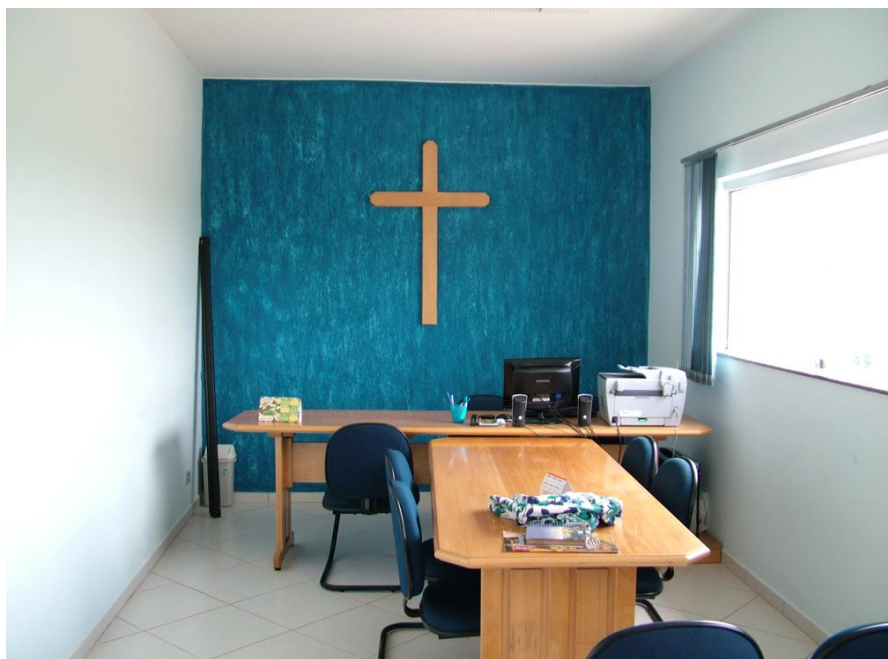


Figura 6.

Com efeito, as boas condições de infraestrutura, existência de equipamentos e salas adequadas, facilitam o recrutamento de trabalhadores voluntários, permitindo que a assistência ao recuperando seja promovida tal qual prevê a legislação. Como a APAC considera que a família do condenado é indispensável no processo de ressocialização, a

¹⁵⁷ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre ...*, pg. 42.

¹⁵⁸ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre ...*, pg. 42.

¹⁵⁹ SANTOS, Luiz Carlos Rezende e. "Da Assistência – Os Artigos 10 e 11 da LEP. O Método APAC e seus Doze Elementos" in SILVA, Jane (org.) *A Execução Penal à Luz do Método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011, pg. 41.

assistência se estende aos mesmos, bem como às vítimas. No que tange a estes dois grupos de pessoas, é especialmente importante o trabalho dos psicólogos e assistentes sociais.



Figura 7.

A FBAC atua na preparação dos voluntários, realizando cursos periodicamente e disponibilizando amplo material de consulta em sua página na internet (<http://www.fbac.org.br>).

Com relação à estrutura, o que notamos na APAC de Pouso Alegre é que as dependências são limpas e possuem uma estética diferente da prisão comum. Não se trata de mera opção da administração, mas isto se dá pelo fato de que os recuperandos estão em constante trabalho de renovação da própria unidade, com trabalho constante de conservação e ampliação do estabelecimento.



Figura 8.

Como a APAC funciona paralelamente ao sistema prisional comum, o problema de *superlotação* fica reservado para este último, já que a transferência de um preso para a APAC depende da autorização do Juiz da Vara das Execuções Criminais da Comarca, que controla o número de vagas juntamente com a Corregedoria do Tribunal de Justiça e a SEDS de Minas Gerais. De fato, a redução da população carcerária já foi apontada como uma das condições para o bom funcionamento do sistema prisional¹⁶⁰, o que a APAC comprova.

Inicialmente, é preciso que o preso do sistema comum queira ser transferido para a APAC. Após, é feita uma entrevista com um voluntário da APAC especificamente designado para esta tarefa. A função da entrevista é conhecer o homem que se candidata à vaga, não importando a natureza do crime cometido ou o tempo de condenação. Isto porque o método APAC utiliza o sistema de *apadrinhamento*, ou seja, existem voluntários intitulados *padrinhos*, “*preparados para atuar dentro e fora dos estabelecimentos penais como pais substitutos*”¹⁶¹.

O processo de ressocialização na APAC guarda muitas semelhanças com o que se pregava no final do Século XVIII e no Séculos XIX (ver capítulo 2.1), por exemplo, em relação à disciplina rígida. O cotidiano dos recuperandos é totalmente programado, com horários estritos para o exercício de cada atividade, sempre intercaladas com o

¹⁶⁰ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre ...*, pg. 49.

¹⁶¹ PINTO, Felipe Martins. “Do Objeto e Aplicação da Lei de Execução Penal” in SILVA, Jane (org.) *A Execução Penal à Luz do Método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011, pg. 34.

trabalho. Neste aspecto, a APAC não deixa de ser uma instituição total, mas possui o diferencial de que a disciplina é aplicada, fiscalizada e, eventualmente, modificada (através de sugestões), pelos próprios recuperandos. Houve um cuidado especial em nomear os órgãos gestores, um eufemismo que ajuda a minimizar o impacto da instituição total. Assim, ao invés de uma “comissão de disciplina”, “fiscalização” ou “monitoria”, optou-se por um *Conselho de Sinceridade e Solidariedade* (CSS), um órgão auxiliar da Diretoria da APAC, sem poder de decisão, formado por recuperandos, com o objetivo de valorizar aquelas pessoas, conferindo-lhes certas responsabilidades e funções dentro da unidade em relação à disciplina interna. Um mecanismo que, em outras palavras, equivale à busca de *“optimizar las relaciones personales con el fin de mejorar el clima social en la cárcel y de obtener espacios amplios de discusión colectiva de conflictos y problemas, que eviten soluciones violentas y autodestructivas”*¹⁶².

Essa é uma constatação empírica, conforme observamos em Pouso Alegre. No mesmo sentido:

"Desde os primeiros instantes em que adentra um estabelecimento que adota o método APAC, o visitante percebe que os internos, guardadas as diferenças de personalidade, detêm a consciência da oportunidade de uma nova vida. Demonstram clara noção de vida em comunidade, pautada em tolerância, concessões e colaboração, além de uma autoestima elevada, especialmente em função das circunstâncias em que se encontram, sem, entretanto, perderem a consciência da falta que lhes rendeu a condenação"¹⁶³.

Outros órgãos da execução penal, como previsto em Lei, por exemplo a Comissão Técnica de Classificação, estão presentes e são formados por voluntários que participam da rotina cotidiana dos recuperandos, cujos relatórios levarão em conta o mérito deste, o que refletirá na concessão (ou não) de benefícios previstos na legislação.

O resultado que observamos na unidade de Pouso Alegre é que o ambiente é limpo, organizado, todos os recuperandos usam crachá com nome (não é permitido o tratamento por alcunhas ou números). Roupas padronizadas somente para tarefas específicas (como na padaria e cozinha, por exemplo).

A confiança é um elemento presente. Os recuperandos possuem, literalmente, as chaves do presídio e são responsáveis, inclusivamente, pelo controle de entrada e

¹⁶² BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 386.

¹⁶³ PINTO, F. M. *Do Objeto e Aplicação da Lei...*, pg. 18

saída de pessoas. Trata-se da superação do mantra da segurança, no sentido do que comentava Alessandro Baratta sobre a *presunção de normalidade do detento*¹⁶⁴.



Figura 9.

Disto tudo resulta que no método APAC não há qualquer tipo de isolamento de trinta dias, revistas pessoais humilhantes, estigmatização do corpo do sentenciado (como a raspagem de cabelo), todos procedimentos previstos no POP (como visto no capítulo anterior).

Não dizemos aqui que não há qualquer tipo de revista. Como já exposto, a disciplina interna existe, decorre não só do método operacional aplicado (POP ou APAC) mas da própria LEP (art. 44 e seguintes), bem como da legislação Estadual (art. 24 da Lei Estadual n.º 11.404/94). Portanto, em dias de visitas de familiares, é feita uma revista nas pessoas que adentram o pátio da unidade, sendo que a legislação que estabelece como crime o ingresso de determinados objetos (como os telefones móveis) não é, obviamente, revogada em relação à APAC. Encontrados tais objetos, deve ser comunicada a autoridade policial. O mesmo vale para outras condutas, como o tráfico de drogas.

O que não ocorre, e nem deve ocorrer, segundo o método APAC, é que este tipo de procedimento não se torne uma ferramenta burocrática de vigilância automática e desprovida de caráter humano. Ao contrário, familiares que se mostrem comprometidos com o método e com a recuperação do interno podem receber o

¹⁶⁴ BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. pg. 384.

benefício de não serem revistas (afinal, a própria lei permite tais isenções para determinadas “autoridades”, como vimos no capítulo 4.2.2. Trata-se da exceção prevista na Lei Estadual nº. 12.492/97, no parágrafo único de seu art. 2º), sem que isso se traduza em qualquer déficit de segurança.

O cotidiano da APAC é composto, portanto, por uma estrutura de horários rígida, contudo, com tratamento correspondente à dignidade humana. Há o horário de trabalho, de estudos, palestras e atendimentos. O trânsito interno é livre, não há qualquer tipo de escolta, algemas ou vigilância eletrônica. A filosofia é sempre da disciplina através do conceito de recuperando ajudando o recuperando, é um exercício de vigilância mútua, mas com o cuidado de que o recuperando tenha consciência que este é um poder/dever, assim como o trabalho, fazendo parte da sua ressocialização.

O nosso objetivo não é detalhar as atividades diárias dos recuperandos, o ponto principal a ressaltar é a participação constante da família e da comunidade no processo de ressocialização, cujos doze elementos já foram citados, dentro de uma lógica operacional completamente distinta da prisão comum, muito embora regidos pelas mesmas disposições legais, o que reforça a constatação de que o princípio de ressocialização encontra seus maiores obstáculos (e eventualmente falha) na sua aplicação prática, em concreto, e não na forma como a execução está regulamentada.

Ousando um pouco mais, podemos dizer que a estrutura e o funcionamento da APAC não constituem propriamente uma revolução do sistema prisional como é expresso no título da obra de Mario Ottoboni, criador do método APAC. Há neste método muito do que já era defendido pelos correcionalistas do final do Século XVIII e início do XIX, mas, é claro, com a devida atualização de conceitos e filtros inerentes ao contexto histórico atual, e principalmente à evolução do discurso jurídico no âmbito dos Direitos Humanos. Como vemos, a linguagem é praticamente a mesma, se levarmos em conta aquelas demandas por infraestrutura, condições humanas, preservação da saúde, trabalho, instrução e moralidade (a moral cristã, no caso da APAC). Todos os pontos, devidamente filtrados (a correção não é do corpo, o condenado não é mais objeto da execução, o sentido da ressocialização é procurar evitar a reincidência e não a modelagem moral, e todos os outros pontos que já discutimos) estão presentes tanto no passado como na APAC. Nas palavras de Anabela Rodrigues, “*a intervenção social propriamente dita continua a socorrer-se de meios tradicionais: formação, educação, trabalho*”¹⁶⁵.

¹⁶⁵ RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre ...*, pg. 55.

A APAC não é uma revolução propriamente dita, mas um novo olhar sobre a ressocialização, uma interpretação do correccionalismo à luz dos conceitos contemporâneos de Estado Democrático e dos Direitos Humanos, embora haja pontos onde é possível um aprimoramento, como o caso de uma certa imposição da religiosidade cristã. A assistência religiosa também é prevista, como já narrado, pela legislação Brasileira, e a sua aplicação prática no caso das APACs pode ser revista dentro do paradigma do Estado laico e da liberdade de crença¹⁶⁶.

5.1.1. Relação com a Administração Pública

Em Minas Gerais, a legislação autoriza o Executivo a firmar convênios com organizações da sociedade civil (APACs constituídas juridicamente pela associação, sem fins lucrativos, de pessoas da comunidade) para a implantação e co-gestão de unidades prisionais.

Como já mencionado anteriormente, o Decreto que organiza a SEDS criou a Diretoria de Políticas de APAC e Co-gestão, cujas atribuições são, dentre outras, *propor a celebração de convênios com entidades privadas* que adotem a metodologia APAC *para a custódia e atendimento ao preso* (art. 69 do Decreto Estadual 45.870/11).

A Lei Estadual n.º 15.299/04 dispõe sobre a realização de convênio entre o Estado e as APACs. Consta de seu art. 3º que o Poder Executivo poderá firmar convênio com APACs para a administração de unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade no Estado, nos termos do art. 157 da Lei Estadual nº 11.404/94. Este art. 157 lista os órgãos da execução penal, cujo inciso VIII (acrescentado pela referida Lei de 2004) menciona as *entidades civis de direito privado sem fins lucrativos que tenham firmado convênio com o Estado*.

Este convênio pode ser firmado desde atendidas as seguintes condições: a) ser entidade civil de direito privado sem fins lucrativos; b) adotar o trabalho voluntário nas atividades desenvolvidas com os recuperandos; c) adotar como referência para seu funcionamento as normas do estatuto da APAC de Itaúna; d) ter suas ações coordenadas pelo Juiz de Execução Criminal da comarca, com a colaboração do Ministério Público e do Conselho da Comunidade; e) ser filiada à FBAC.

Portanto, a associação civil se compromete a cumprir os termos do convênio e passa a gerenciar os regimes de cumprimento de pena e administrar a unidade prisional,

¹⁶⁶ “Definitivamente ultrapassado está que a socialização se identifique com a «hygiene moral» que sustentou o correccionalismo. O Estado contemporâneo, de natureza laica e secular, não se encontra legitimado para impor aos cidadãos códigos morais”. RODRIGUES, A. M. *Novo Olhar sobre ...*, pg. 53.

responsabilizando-se pelo controle, pela vigilância e conservação do imóvel e todos os bens que o guarnecem (art. 176-A da Lei Estadual n.º 11.404/94). Além disso, a APAC deve prestar contas mensalmente dos recursos recebidos do Fundo Penitenciário Estadual (criado pela Lei Estadual n.º 11.402/94), e sujeitar-se a prestar informações e à avaliação do Poder Executivo, sob pena de descontinuidade do convênio.

O art. 176-B da Lei Estadual n.º 11.404/94 estende à Diretoria da APAC todos os poderes conferidos para a Diretoria dos estabelecimentos penitenciários comuns (art. 172).

5.1.2. Parcerias com outras entidades públicas e empresas privadas

A APAC de Pouso Alegre garante o oferecimento de trabalho e instrução aos recuperandos com a ajuda de empresas e entidades privadas, as quais formam parcerias com a instituição. Esse meio de colaboração vai desde a implantação de oficinas de trabalho, participação na formação profissionalizante até a efetiva contratação dos recuperandos para execução de trabalho dentro da unidade ou nas dependências da empresa, conforme seja a exigência do regime de cumprimento de pena.



Figura 10.

Entidades públicas, como a Polícia Civil e Militar, também estabelecem formas de parceria com a APAC, aproveitando a mão-de-obra dos recuperandos para, por

exemplo, reformar viaturas avariadas na oficina mecânica existente dentro da unidade prisional.



Figura 11.



Figura 12.

No caso dos recuperandos em regime fechado, são privilegiados os trabalhos manuais. Em concreto, observamos que os internos preparam peças de plástico para tubos e conexões, produzidos por uma empresa local.

O regime jurídico segue o mesmo do trabalho do preso conforme referimos no capítulo 3.2.2.

Além de proporcionar os meios materiais para a execução do trabalho, dentro do método APAC, as parcerias institucionais com entidades públicas e privadas também ajudam a transmitir à sociedade a imagem produtiva da unidade prisional, ou seja, a ideia de que o estabelecimento corresponde a um benefício, e não um fardo, à sociedade.

6. CONCLUSÕES

O conceito de ressocialização não é unívoco, portanto, é preciso optar pela corrente que traduza este princípio de forma adequada ao Estado Democrático. A concepção da ressocialização enquanto o prosseguimento da vida sem reincidir na prática de crimes implica adotar uma política ressocializadora no âmbito da Execução da Pena.

Contudo, só é possível proceder coerentemente ao manter no discurso a natureza da pena como um mal causado ao condenado. Só assim fundamentamos de maneira suficientemente sólida a ideia de minimização dos efeitos negativos do cárcere, os quais agem de forma contrária aos objetivos de ressocialização.

Todas as dificuldades conceituais e de fundamentação, tanto dos fins da pena em si quanto do próprio sistema penal, refletem uma legislação mais principiológica do que reguladora de condutas em concreto, relegando esta última tarefa para Regulamentos ou manuais de práticas direcionados aos funcionários das unidades prisionais e de pouco conhecimento da população em geral, como o caso do POP, especificamente no Estado de Minas Gerais, cuja aplicação observamos no estudo de caso do presídio de Poços de Caldas. Os problemas identificados guardam relação com a regulação das condutas em concreto, na versão encontrada no POP. Ainda, o fato deste documento não ser acessível ao público prejudica a fiscalização, já naturalmente dificultada em face do ambiente fechado da prisão.

Embora exista um certo esforço político em transferir os ideais normativos de ressocialização para o plano operacional, a tensão entre o objetivo de manter a segurança (interna e externa) e criar efetivas condições para a ressocialização do condenado não é bem resolvida pelas unidades prisionais de modelo tradicional.

De outro lado, o estudo de caso do método APAC revelou a possibilidade de aplicação prática do ideal ressocializador, mesmo com toda a problemática questão da imposição da disciplina, do controle inerente às instituições totais. A participação dos presos em atividades ligadas à própria gestão da unidade, bem como a valorização destes enquanto sujeitos do programa de tratamento penitenciário, aliada a um trabalho que envolve a inclusão da família e da comunidade no espaço de cumprimento da pena, foram experiências bem sucedidas.

Mesmo conhecendo e vendo razão nas duras críticas existentes ao sistema prisional, não só no Brasil, mas em geral, há um espaço entre a deslegitimação completa

do sistema e a repressão pura e simples onde é possível resgatar um pouco de humanidade e trabalhar com avanços significativos na matéria.

Podemos considerar um sistema prisional onde coexistam estabelecimentos penitenciários com diferentes objetivos no que toca ao cumprimento da pena. Com isso, alia-se aos modelos chamados *alternativos* (como a APAC, exemplo paradigmático) um formato paralelo que, sem abrir mão de proporcionar o cumprimento da pena de forma digna e condições para evitar a *dessocialização*, não atua na vertente positiva, ou seja, não participa da missão ressocializadora e não propõe qualquer tratamento penitenciário a que sabidamente não conseguirá realizar minimamente. Desta forma, promove-se um ajustamento do discurso. O sistema penal continua com sua missão preventiva, na proteção de bens jurídicos e na ressocialização, com programas adequados tal como a legislação já prevê, mas apenas naquelas unidades penitenciárias aptas para tanto. É claro que isso pressupõe a existência de APACs (ou outro modelo semelhante) em todos os municípios onde haja uma prisão comum.

O que observamos, na verdade, é que um dos grandes problemas reside justamente no fato do discurso oficial das instituições prisionais não corresponder ao que ocorre na prática. Os Diretores são obrigados a cumprir determinados comandos legais, mas o seu compromisso jamais será com a efetiva ressocialização de condenados, uma vez que sua infraestrutura, seus recursos, além de todo o contexto histórico da instituição apontam para um objetivo primordial de segurança, sendo que a tônica deste modelo tradicional é a segurança, cujo ponto de partida é a presunção de periculosidade das pessoas ali custodiadas. O restante é secundário, aceita-se que é improvável a ressocialização. A partir daí o ciclo é vicioso. Se não é possível a ressocialização neste ambiente, e se este é criminógeno, então estas pessoas são de fato criminosos em potencial, inimigos latentes, o que justifica mais medidas de segurança.

Mas vimos que é possível romper o ciclo. A evolução histórica nos mostrou que na seara da Execução Penal tem-se utilizado o método da tentativa e erro. Tentamos os sistemas americanos da *Philadelphia* e *Auburn*, buscamos a correção moral, física, biológica, corremos para buscar o apoio da medicina, da racionalidade e objetividade das ciências naturais. Levamos para o lado da sociologia e da psicologia, o próprio Direito Penal evoluiu, mudaram os conceitos, pensamos nos problemas dos fins das penas, incluímos a dignidade da pessoa humana e começamos a pensar dentro dos limites do Estado Democrático. É verdade que na história de tentativas e erros, erramos mais do que deveríamos, mas apesar de tudo há razões para sermos otimistas.

Ainda que, ao final, o leitor tenha convicção de que a ressocialização é uma utopia, acreditamos ser inevitável que temos caminhado nesta direção, e se utopia é, como já disse o escritor Uruguiaio Eduardo Galeano, nunca diremos que ela não nos serve de nada, pois sua serventia é exatamente essa: nos fazer caminhar.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco de. *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*. Paris: Off. Typ. de Casimir, 1834. Ed. digital disponível em:

<http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1264.pdf> acesso em: 16/11/2012.

ARENDT, Hannah. *On violence*. Orlando: A Harvest Book, 1970.

BARATTA, Alessandro. *Criminología y Sistema Penal*. Buenos Aires: Julio César Faira Editor, 2004.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Marcílio Teixeira. Rio de Janeiro: Rio, 2004.

BELEZA, José Manuel Pizarro. "A pena de prisão, a reforma das cadeias e o ensayo sobre o plano mais conveniente para a fundação das cadêas" in Manuel da Costa Andrade (org.) (et al) *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

BELEZA, Teresa Pizarro. *Direito Penal*. v.1. 2.ed. Lisboa: AAFDL, 1984.

_____. "A moderna criminologia e a aplicação do direito penal" in *Separata da Revista do Ministério Público*. n. 32. Lisboa: Editorial Minerva, 1987.

_____. "A morte e a Donzela" in Diogo Freitas do Amaral, Carlos Ferreira de Almeida, Marta Tavares de Almeida (coords.) *Estudos comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*. Coimbra: Almedina, 2008.

_____. "A flor negra da civilização" in Tribunal da Relação de Lisboa, Luís Maria Vaz das Neves e Dina Maria

Monteiro (coord.), *Tribunal da Relação de Lisboa - Uma casa da Justiça com rosto*. Lisboa: Norprint S.A., 2010.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de direito penal: parte geral*. ed. eletrônica. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. MINAS GERAIS. *Informativo dos Índices de Criminalidade em Minas Gerais para o ano de 2012*. Belo Horizonte, Dezembro, 2012. Disponível em: https://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/estatistnovo/informativo_criminalidade_2012.pdf acesso em: 29/01/2014.

CARVALHO, Américo Taipa de. “Prevenção, culpa e pena” in Manuel da Costa Andrade (org.) (et al) *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

CARPENTIERI, José Rafael. *História Crítica do Direito Penal*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2012.

CASTELO BRANCO, António de Azevedo. *Estudos penitenciários e criminaes*. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1888. Ed. digital disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/2224.pdf> acesso em: 16/11/2012.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal: parte geral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito penal. Parte Geral. Tomo I*. 2.ed. Coimbra: Editora Coimbra, 2007.

_____. *Direito penal português. Parte Geral. II.* 2ª reimpressão. Coimbra: Editora Coimbra, 2005.

DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena.* 3.reimpressão. Coimbra: Editora Coimbra, 2011.

EMSLEY, Clive. "Crime and Crime Control" in Mike Maguire, Rod Morgan, Robert Reiner (eds.), *The Oxford Handbook of Criminology.* 2.ed. New York: Oxford University Press, 1997.

FARIA, José Eduardo. "O artigo 26 da declaração universal dos direitos do homem: algumas notas sobre suas condições de efetividade in Justiça & história". *Revista do centro de memória do judiciário.* V. 1. nºs. 1 e 2. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir. Naissance de la prison.* Paris: Gallimard, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* Trad. Dante Moreira Leite, São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

HART, H. L. A. *Punishment and Responsibility. Essays in the Philosophy of Law.* 2.ed. New York: Oxford University Press, 2008.

HOBBS, Thomas. *Leviathan.* Ed. digital disponível em: "<http://ebooks.adelaide.edu.au/h/hobbes/thomas/h68l/chapter17.html>", acesso em 30/05/2013.

JESCHECK, Hans-Heinrich. *Tratado de Derecho Penal. Parte General.* Trad. José Luis Manzanares Samaniego. 4.ed. Granada: Comares Editorial, 1993.

JORDÃO, Levy Maria. *Cours de droit pénal*. Lisboa: Typographia de Lallemand & Cia, 1858. Ed. digital disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1002.pdf> acesso em: 05/12/2013.

KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. Trad. Edson Bini, Bauru: EDIPRO, 2003.

KOERNER, Andrei. “Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do Século XIX” in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 35, jul-set, 2001.

LA ROCHEFOUCAULD-LIANCOURT, François-Alexandre-Frédéric, duc de. *Des prisons de Philadelphie. Par un Européen*. Philadelphia, 1796.

MARCÃO, Renato. *Curso de Execução Penal*. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEZGER, Edmund. *Derecho Penal: parte geral*. Trad. Conrado A. Finzi. Buenos Aires: Editorial Bibliográfica Argentina, 1955.

MORGAN, Rod. “Imprisonment: Current Concerns” in Mike Maguire, Rod Morgan, Robert Reiner (eds), *The Oxford Handbook of Criminology*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 1997.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis e CASTANHEIRA, Éricka Silva Gomide. "Breves considerações acerca do exame criminológico" in *Boletim IBCCRIM*, n. 206, Janeiro/2010.

MUNOZ CONDE, Francisco. GARCÍA ARÁN, Mercedes. *Derecho Penal. Parte General*. 6.ed. Valência: Tirant lo Blanch, 2004.

NETO, Sílvio Marques. “Do Condenado e do Internado” in SILVA, Jane (org.) *A Execução Penal à Luz do Método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

OTTOBONI, Mário. *Ninguém é irrecuperável. APAC, a revolução do sistema penitenciário*. São Paulo: Cidade Nova, 1997.

PINTO, Felipe Martins. "Do Objeto e Aplicação da Lei de Execução Penal" in SILVA, Jane (org.) *A Execução Penal à Luz do Método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Anabela Miranda. "O modelo de prevenção na determinação da medida concreta da pena privativa de liberdade" in *Problemas fundamentais de Direito Penal*. Coord. VALDÁGUA, Maria da Conceição Santana. Lisboa: Universidade Lusíada, 2002.

_____. *Novo olhar sobre a questão penitenciária*. 2.ed. Coimbra, Coimbra Editora, 2002.

ROXIN, Claus. *Fundamentos político-criminales del Derecho penal. Obras selectas de Claus Roxin*. Coord. CÓRDOBA, Gabriela E; e PASTOR, Daniel. 1.ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2008.

_____. "Sobre a evolução da ciência juspenalista alemã no período posterior à guerra" in *Problemas fundamentais de Direito Penal*. Coord. VALDÁGUA, Maria da Conceição Santana. Lisboa: Universidade Lusíada, 2002.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007

SANTOS, Luiz Carlos Rezende e. "Da Assistência – Os Artigos 10 e 11 da LEP. O Método APAC e seus Doze Elementos" in SILVA, Jane

(org.) *A Execução Penal à Luz do Método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*. 3.ed. Rio de Janeiro, Revan, 1998

_____. *El enemigo en el derecho penal*. Madrid: Dykinson, 2006.

_____. *Criminología: aproximación desde un margen*. Santa Fé de Bogotá: Temis, 1998.

COMISSÃO ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS

Termo de Fiscalização

Visita periódica ao presídio para avaliação das condições gerais

Por delegação do Presidente da 25ª Subseção da OAB/MG, a Comissão Assuntos Penitenciários, no cumprimento de suas atribuições, relata as informações pertinentes, colhidas *in loco*, na forma transcrita abaixo.

FOI RELATADO PELO DIRETOR - ADJUNTO QUE EM BREVE SERÃO CONSTRUÍDAS NOVAS CELAS, NO LOCAL ONDE HOJE HÁ O ESTACIONAMENTO. O PROJETO SERÁ APRESENTADO POR ENGENHEIROS VOLUNTÁRIOS E AS VERBAS VIRÃO DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS/MG; TAMBÉM INFORMOU QUE HÁ PLANOS PARA A MELHORIA DO LOCAL RESERVADO PARA A TRAGEM DOS ALIMENTOS.

SOBRE O ISOLAMENTO DE 30 DIAS (SEM DIREITO A VISITA DE FAMILIARES, MAS COM DIREITO A VISITA DE ADVOGADO), CORTE DO CABELO DOS PRESOS, O DIRETOR-ADJUNTO INFORMOU QUE TAIS MEDIDAS ESTÃO PREVISTAS NO POP (PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO) E DEVEM SER OBEDECIDAS.

ATUALMENTE, O PRESIDIO CONTA COM 240 PRESOS, SENDO 190 PROVISÓRIOS, APROXIMADAMENTE.

FOI APRESENTADO P/ A COMISSÃO UM MODELO DE OFÍCIO CONTENDO O PEDIDO P/ O JUIZ PARA O USO DE ALGEMAS (EM AUDIÊNCIA). DOCUMENTO SEGUE ANEXO.

PELA COMISSÃO FORAM APRESENTADAS SUGESTÕES P/ MELHORIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE PRESOS E ADVOGADOS.



Poços de Caldas, 22/10/2010

(Local, data)

Atenderam ao local e participaram da presente:

Nome	Assinatura	Identificação
JULIANO VIEIRA ZAPPA		OAB/MG 103.678
DEUSIMAR PEREIRA		OAB/MG 107.707
ADOLFO MARTINS		OAB/MG 101.790
TADU RODRIGUES		OAB/MG 118.787
EDGAR CUSTÓDIO DA SILVA		MOSP 1214563-7

edgard.silva@defensoria.mg.gov.br.
marcelo.noura@defesa.....



1. OBJETIVOS

Estabelecer princípios gerais para a segurança das penitenciárias.

2. FUNDAMENTOS LEGAIS

- **Lei Federal n. 7.210, de 11 de julho de 1984**, que institui a Lei de Execução Penal.
- **Lei n. 11.404, de 25 de janeiro de 1994**, que contém normas de execução penal.
- **Lei n. 12.492, de 16 de abril de 1997**, que dispõe sobre o sistema de revista nos estabelecimentos prisionais do Estado e dá outras providências.
- **Lei n. 12.936, de 08 de julho de 1998**, estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências.
- **Lei n. 13.054, de 23 de dezembro de 1998**, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou preso e dá outras providências.
- **Lei n. 13.955, de 20 de julho de 2001**, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários.
- **Portaria Conjunta n. 05, de 27 de dezembro de 2002**, que dispõe sobre procedimentos de matrícula e transferência de presos.
- **Resolução Conjunta n. 6.175, de 13 de novembro de 2003**, que dispõe sobre o cumprimento de alvará de soltura dos presos custodiados nas Penitenciárias.

3. ABRANGÊNCIA

Esta Norma se aplica a todas as penitenciárias.

4. DEFINIÇÕES

- 4.1 Penitenciária:** Estabelecimento subordinado à Secretaria de Estado de Defesa Social e vinculado diretamente à Subsecretaria de Administração Penitenciária destinada à custódia de presos presos.
- 4.2 Área interna:** Terreno e prédios existentes no interior das penitenciárias, sendo este considerado o espaço delimitado pela muralha e pela portaria.
- 4.3 Área externa:** Terreno e prédios existentes nas áreas pertencentes à penitenciária a partir da muralha e da portaria até o limite da propriedade estatal.
- 4.4 Muralha:** Muro que circunda a área interna da penitenciária, contendo passadiços e guaritas para vigilância.
- 4.5 Preso preso:** Preso custodiado em penitenciárias que, tendo condenação transitada em julgado, encontram-se em execução de pena, ainda que provisória.
- 4.6 Execução provisória:** Execução da pena baseada no trânsito em julgado da sentença condenatória para o órgão acusador, estando pendente recurso da defesa.
- 4.7 Guia de Recolhimento:** Documento encaminhado pelos órgãos judiciários para a Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária em que se solicita vaga em penitenciária para o indivíduo preso, de acordo com o artigo 106 da Lei de Execução Penal. Será provisória nos casos de execução provisória.



4.8 Cadastramento de visita ao preso: Ato de registrar informações da pessoa que deseja visitar preso em unidade penitenciária.

4.9 Credenciamento de visita ao preso: Ato de liberar a visita à pessoa que a solicitou e que tenha sido anteriormente cadastrada.

5. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

5.1 Subsecretário de Administração Penitenciária: Gerenciar diretamente as superintendências a ele subordinadas e as penitenciárias, orientando-se pelas diretrizes e normas gerais da SEDS.

5.2 Diretor da Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária: Autorizar as matrículas e transferências de presos tendo em vista a capacidade das penitenciárias, o perfil destas e as características dos presos.

5.3 Diretor da Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária: Ditar os procedimentos de trabalho dos agentes penitenciários e tratar dos procedimentos de segurança das unidades.

5.4 Diretoria de Segurança da Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária: Auxiliar na avaliação de locais de construção de unidades penitenciárias, conforme a demanda por vagas apresentada.

5.5 Diretoria de Cadastro e Movimentação Penitenciária/SSMP: Controlar a capacidade de presos das penitenciárias, gerenciando as vagas disponíveis e ocupadas, providenciando a movimentação externa dos presos entre unidades prisionais, autorizadas pelo Superintendente de Segurança e Movimentação Penitenciária.

5.6 Direção da Penitenciária: Composta pelos diretores geral, de segurança, administrativo, e de atendimento e reintegração social; observar fielmente as orientações e normas relativas à segurança e procedimentos dos agentes penitenciários.

6. DESCRIÇÃO

6.1 Ingresso do preso

6.1.1 Para os presos em execução de pena, ainda que provisória, a autorização de matrícula sempre será antecedida do envio de Guia de Recolhimento pelo Juiz à Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária, contendo:

- nome completo do preso, com sua qualificação civil e o número de registro geral no órgão oficial de identificação;
- cópia da denúncia, sentença e acórdão, se houver;



- certidão de trânsito em julgado, pelo menos para o órgão acusador;
- folha de antecedentes criminais, fornecida pela Polícia Civil;
- atestado carcerário emitido pela autoridade policial onde se encontra detido o preso, contendo tempo de pena cumprido no local, bem como datas de entrada e saída, datas de fugas e recapturas e, se houver, o tempo de trabalho;
- atestado médico, certificando se o preso é ou não portador de doença infecto-contagiosa.

6.1.1.1 Caso o indivíduo não possua identificação junto ao órgão oficial de identificação do Estado, a Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária devolverá a Guia de Recolhimento à comarca de origem, cientificando o Juiz competente da impossibilidade de atendimento do pedido.

6.1.2 As solicitações de transferências feitas pelo Juiz da execução penal devem ser precedidas de novas guias de recolhimento que contenham o motivo pelo qual se pede a transferência.

6.1.3 As autorizações de transferências solicitadas pelo Diretor Geral da penitenciária ou pelo preso devem conter o motivo da solicitação.

6.1.4 O atendimento às solicitações de vagas respeitará a ordem de antiguidade do pedido, bem como orientar-se-á pela região em que a família do preso se encontra, região de condenação, sexo, idade e regime de cumprimento de pena.

6.1.4.1 Nos casos de rebeliões, motins, inadaptação às normas da penitenciária, doenças ou enfermidades graves, prisão de policiais, ex-policiais, e servidores da administração da justiça criminal, ou outros casos excepcionais, a critério da Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária, não será observada a ordem de antiguidade.

6.1.4.2 A admissão em penitenciária próxima ao local de residência da família do preso, região de condenação, sexo, idade, regime de cumprimento de pena e tempo de pena não serão observadas nos casos em que não existir penitenciária que possa atender a esses critérios, bem como nos casos em que o perfil do preso ou a manutenção da segurança do sistema penitenciário indicar a admissão em penitenciária diversa.

6.1.5 A Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária, sempre que solicitada por autoridade competente, apresentará a lista de espera elaborada segundo os critérios de antiguidade do pedido e região de residência da família do preso, bem como relatório dos pedidos atendidos



em que conste, também, as solicitações atendidas sem observância das regras supracitadas.

- 6.1.6** O preso foragido de penitenciária não tem garantia de manutenção da vaga no sistema penitenciário após 48 (quarenta e oito) horas sem que tenha sido recapturado ou se apresente espontaneamente. A autoridade interessada deverá fazer nova solicitação de vaga, e o preso será novamente cadastrado na lista de espera, seguindo os procedimentos descritos no item 6.1.4.
- 6.1.7** As matrículas e transferências autorizadas serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e a apresentação do preso na penitenciária de destino deve se efetuar em no máximo vinte dias, a contar da data da publicação.
- 6.1.8** A penitenciária não receberá preso após a data limite para a matrícula ou transferência, conforme o item 6.1.7.
- 6.1.9** O preso não será admitido na penitenciária antes da publicação das referidas autorizações, salvo os casos de rebelião, motim, inadequação às normas da penitenciária ou enfermidade grave, em que o Diretor Geral consultará à Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária que, então, ratificará as autorizações, se for o caso.
- 6.1.10** A Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária comunicará a autorização de matrícula ou transferência para o juiz da execução, autoridade policial, penitenciária de destino e, em se tratando de transferência, à penitenciária de origem.
- 6.1.11** Ao apresentar o preso na unidade de destino, a escolta deverá exibir documento em que conste a identificação e qualificação completa do preso, sem o que, a penitenciária não deverá recebê-lo.
- 6.1.12** Nos casos de transferência entre unidades prisionais da SEDS, o preso será apresentado à unidade de destino junto com o seu Prontuário Geral Padronizado de Saúde e Prontuário Geral Padronizado Jurídico.
- 6.1.13** A penitenciária não receberá presos provisórios, exceto em casos excepcionais ou emergenciais por prazo determinado, a critério e com autorização da Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária.
 - 6.1.13.1** O preso provisório é apresentado na unidade penitenciária junto com a respectiva Folha de Antecedentes Criminais fornecida pela Polícia Civil de Minas Gerais.



6.1.14 A penitenciária que possuir presos provisórios deverá mantê-los em locais diversos daqueles destinados aos presos definitivamente condenados, sendo vedado o contato entre eles.

6.1.15 O preso apresentado à penitenciária terá o corpo revistado e os pertences vistoriados.

6.1.15.1 O preso que apresentar lesões em qualquer parte do corpo será levado a exame de corpo delito, antes de sua admissão na unidade.

6.1.15.2 A situação apresentada pelo preso ao ser recebido na unidade de destino será inscrita em cópia do ofício de encaminhamento do preso.

6.1.15.3 Todo objeto ou pertence irregular encontrado com o preso será guardado em local próprio.

6.1.15.4 A irregularidade que constitua crime dará ensejo à elaboração de boletim de ocorrência policial, sendo o preso encaminhando para a Polícia Civil.

6.1.15.5 Toda irregularidade é registrada em comunicado interno da unidade.

6.1.16 O preso apresentado à penitenciária deverá ter apenas pertences de uso pessoal: objetos ou materiais de higiene e beleza, roupas, calçados e similares.

6.1.16.1 Os uniformes, peças de vestuário e roupa de cama fornecidos pela penitenciária de origem permanecerão nesta.

6.1.17 Após o procedimento do item 6.1.16, o preso será submetido a uma entrevista inicial, devendo ser observado o seguinte procedimento:

- confrontar os dados pessoais constantes em documento de encaminhamento do preso, bem como o declarado pelo mesmo com os dados constantes no Sistema INFOPEN;
- registrar admissão do preso no Sistema INFOPEN;
- colher e registrar as características físicas, medidas, tatuagens, sinal particular e peculiaridades;
- atualizar, no Sistema INFOPEN, dados básicos do preso (profissão, estado civil, religião, grau de instrução e procedência).
- registrar alcunha, caso possua;
- registrar outra identificação, caso possua;
- registrar endereço;
- registrar documento, caso possua;
- registrar comparsas e inimizades, caso haja conhecimento;
- emitir memorando de admissão em três vias, sendo uma cópia para arquivar no núcleo de segurança, uma cópia para ser arquivada no Prontuário Geral



Padronizado Jurídico (PGPJ) e uma cópia para ser arquivada no Prontuário Geral Padronizado de Saúde (PGPS).

6.1.18 Nesta fase, será entregue ao preso kit pessoal composto de:

- um tubo de pasta de dentes;
- uma escova de dentes;
- um rolo de papel higiênico;
- uma barra de sabão;
- um lençol;
- uma fronha;
- uma toalha de banho;
- um cobertor.

6.1.18.1 Os itens acima relacionados serão fornecidos periodicamente pela penitenciária, conforme a necessidade.

6.1.19 Também nesta fase serão disponibilizados para o preso, e durante a permanência deste, os seguintes objetos:

- a) duas calças;
- b) duas bermudas;
- c) duas camisas de malha;
- d) uma blusa de frio de lã;
- e) uma sandália tipo havaiana;
- f) um copo plástico;
- g) uma colher plástica.

6.1.19.1 Os objetos indicados no item anterior, em *a, b, c, d e e*, compõem o uniforme do preso.

6.1.19.2 Os objetos dispostos acima poderão ser acrescidos em itens ou em quantidade, nos casos em que o preso exerça algum trabalho na unidade.

6.1.20 Após o procedimento de admissão, a penitenciária comunicará o ato ao Juiz da Comarca da execução penal do preso e ao Juiz da execução penal local.

6.1.21 O preso deverá ser encaminhado a local apropriado, no qual permanecerá isolado, por um período de trinta dias para classificação.

6.1.21.1 O preso neste período, estará impedido de receber visitantes, estudar, trabalhar e tomar banho de sol.

6.1.21.2 O prazo poderá ser estendido, caso a área técnica não disponha de tempo para realização dos procedimentos necessários.



6.2 Trânsito interno do preso

6.2.1 Enquanto permanecer na penitenciária, o preso poderá manter em sua cela os objetos relacionados nos itens 6.1.18 e 6.1.19 e mais:

- um par de tênis;
- um par de sapatos;
- uma televisão simples de 14 polegadas;
- um rádio elétrico, sem gravador, com dimensões máximas de 15 por 25 centímetros;
- valor em moeda corrente de no máximo 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

6.2.1.1.1 No caso de celas coletivas e alojamentos será permitida a permanência de apenas um aparelho de televisão e um aparelho de rádio. Para o rádio, serão observadas as especificações mencionadas no item anterior; a televisão, nesse caso, poderá ter, no máximo, vinte polegadas.

6.2.1.1.2 Qualquer valor em dinheiro que ultrapasse o limite aqui estabelecido ficará retido, mediante recibo, no núcleo de finanças da penitenciária.

6.2.2 Não será permitida qualquer negociação ou comercialização entre presos no interior da penitenciária.

6.2.3 Objetos e materiais excedentes ou não permitidos ficarão sob custódia da Diretoria de Segurança da Penitenciária até que pessoa autorizada pelo preso os recolha, mediante recibo.

6.2.4 É obrigatório o uso de uniforme pelo preso, exceto quando da realização de visitação. No horário de lazer o traje deve ser adequado à atividade realizada.

6.2.4.1 Excepcionalmente, caso a SEDS não forneça o uniforme ao preso, este poderá utilizar diariamente as peças de vestuário que lhe são permitidos manter em sua cela ou alojamento, conforme instruções do Diretor Geral da Penitenciária.

6.2.5 Qualquer deslocamento de preso de sua cela para as áreas internas e externas da penitenciária e destas para a sua cela será acompanhado por pelo menos dois agentes penitenciários. O preso deverá permanecer algemado durante todo o deslocamento.



- 6.2.6** O preso deverá permanecer recolhido à sua cela sempre que não estiver trabalhando, estudando ou no horário de lazer, e não estiver em atendimento, em entrevista com diretores da penitenciária ou advogados particulares.
- 6.2.7** No período das 22:00 (vinte e duas) horas a 06:00 (seis horas), deverá ser obedecido e mantido por presos e servidores o horário de silêncio na penitenciária.
- 6.2.8** As salas destinadas ao atendimento do preso, as salas de aula e as oficinas de trabalho devem permitir a visão, pelo lado de fora, do que acontece em seu interior, para vigilância por parte do agente penitenciário.
- 6.2.8.1** Não sendo possível essa vigilância, a porta permanecerá aberta, ficando o preso obrigatoriamente algemado e o agente penitenciário acompanhará o atendimento da entrada da sala.
- 6.2.8.2** Fica a critério de quem estiver atendendo ao preso, deixá-lo ou não algemado durante o atendimento. No caso de deixá-lo sem algemas, a porta deve ser trancada por fora e assim permanecer durante todo o atendimento.
- 6.2.8.3** Nos casos de atendimento à saúde em que o preso não puder ter as mãos algemadas, o mesmo deverá ser algemado na cama, maca ou cadeira em que estiver sendo atendido.
- 6.2.9** O preso será atendido em áreas ou prédios distintos daqueles destinados à administração da unidade.
- 6.2.10** No local de atendimento ao preso não poderá haver objetos e materiais desnecessários e dispensáveis para a realização do atendimento, incluindo, quadros, peças de decoração, materiais de escritório, pesos de papel, porta lápis, clips, grampos, grampeadores, tesouras, documentos oficiais e papéis timbrados.
- 6.2.11** Sempre que possível os pavilhões deverão ter horários diferenciados para atendimento ao preso, assim como horário diverso do estabelecido para o trabalho e banho de sol.
- 6.2.12** A assistência ao preso será realizada apenas no horário de 08:00 (oito) às 17:00 (dezessete) horas.
- 6.2.12.1** O horário pode ser diferente do indicado acima nos casos de assistência educacional, quando permitida pela autoridade competente; de atendimento à saúde, que será realizado sempre que necessário; e de horário destinado ao trabalho do preso, que será determinado de acordo com a natureza do serviço a ser executado.



6.2.12.2 Não são realizados atendimentos nos horários destinados às refeições e lanches dos presos, excetuando-se os casos de saúde.

6.2.13 Materiais e equipamentos não poderão ser retirados das oficinas de trabalho e o preso somente trabalhará na cela ou alojamento se sua atividade e os materiais envolvidos não comprometerem a segurança da unidade.

6.3 Visitação ao preso

6.3.1 A visitação ao preso, que poderá ser social e íntima obedece às seguintes regras, aplicáveis, também, ao atendimento religioso e jurídico não oferecido pela penitenciária.

6.3.2 As pessoas que queiram visitar preso devem requerer seu cadastramento prévio, em dias úteis e em horário comercial.

6.3.2.1 Cabe à Diretoria de Atendimento e Reintegração Social o cadastramento e o credenciamento de visitantes do preso.

6.3.2.1.1 A avaliação da conveniência da recepção de visitas pelo preso e quais pessoas poderão visitá-lo, será feita em conjunto com a Diretoria de Segurança, ouvindo-se o preso.

6.3.2.1.2 Conforme a necessidade do serviço, o trabalho de cadastramento de visitantes deverá ser realizado, também, por pessoal da Diretoria de Segurança da Penitenciária.

6.3.2.1.3 Os procedimentos para o cadastramento de visitas sociais e religiosas devem ser iniciados, pelo menos, uma semana antes do dia previsto para a primeira visita. Para as visitas íntimas, deve ser observado um prazo de, pelo menos, quinze dias. Para os atendimentos jurídicos não oferecidos pela penitenciária, o cadastramento será feito no momento em que for necessário.

6.3.3 A Diretoria de Segurança da Penitenciária não poderá permitir a entrada de visitantes não credenciados.

6.3.4 A visitação social ou religiosa ao preso será permitida aos sábados ou aos domingos e tem seu número limitado a duas pessoas, excluindo-se os filhos menores de doze anos que serão permitidos em qualquer número.

6.3.4.1 O horário para visitação será de 08:00 (oito) às 17:00 (dezessete) horas, sendo permitida a entrada do visitante até as 14:00 (quatorze) horas, devendo o Diretor da penitenciária respeitar o mínimo de três horas para visitação.



- 6.3.4.2** Os menores serão sempre acompanhados por um adulto, sendo necessário, ainda, autorização judicial, caso o adulto não seja representante legal do menor.
- 6.3.5** A visita íntima é realizada das 18:00 (dezoito) às 06:00 (seis) horas durante a semana, em local apropriado ou, na falta deste, em cela individual.
- 6.3.5.1** Não se realizam visitas íntimas durante os finais de semana.
- 6.3.5.2** Durante a visita íntima, a visitante não deverá estar acompanhada, salvo crianças recém-nascidas que estejam sendo amamentadas.
- 6.3.6** É proibida a visita íntima por menor de 18 anos, salvo se o visitante for casado ou viver com o preso em união estável.
- 6.3.6.1** A união estável deverá ser comprovada de acordo com os preceitos norteadores do Código Civil Brasileiro, no momento do cadastramento.
- 6.3.7** É vedado ao servidor/prestador de serviço da penitenciária intermediar qualquer tipo de visita.
- 6.3.8** Para o credenciamento e efetiva visita do advogado somente será exigida Carteira da OAB, sendo seus dados cadastrados mediante declaração do mesmo.
- 6.3.9** O horário para visita do advogado será de 8:00 às 17:00 horas, em dias úteis.
- 6.3.10** Será garantida a preferência de ingresso às visitantes gestantes, aos visitantes com mais de 65 anos e aos visitantes portadores de deficiência.
- 6.3.11** As visitas íntimas e sociais entre presos admitidos no sistema prisional, somente serão permitidas mediante autorização do Juiz da Vara de Execução Penal, ouvindo os diretores das unidades envolvidas.
- 6.3.12** Os presos que estiverem cumprindo alguma sanção disciplinar serão impedidos de receber visitantes, salvo atendimento por advogado particular.
- 6.3.13** Irregularidades cometidas pelos visitantes dão ensejo ao credenciamento definitivo ou à suspensão por prazo determinado.
- 6.3.14** Se o visitante possuir alguma pendência referente à documentação ou mesmo por solicitação do preso, será impedido de adentrar a penitenciária, até que cessem as referidas pendências.



6.3.15 Os visitantes não podem adentrar na penitenciária trajando roupas das Forças Armadas e das polícias Militar e Civil, bem como coletes de agentes penitenciários ou de segurança em geral, mini-saia, shorts, decotes acentuados e roupas transparentes ou sob o efeito de álcool ou drogas ilícitas. O visitante deverá entrar na penitenciária calçando apenas chinelos.

6.3.16 Todos os visitantes devem passar por revista, incluindo os menores, e terão vistoriados todos os objetos que portarem. O visitante que se recusar ao procedimento de revista não poderá adentrar à unidade.

6.3.16.1 Em se tratando de advogado particular, o mesmo passará por revista superficial.

6.3.16.2 Os objetos e materiais não permitidos que pertencerem ao visitante serão recolhidos em local próprio, lacrados, etiquetados e relacionados em formulário próprio, em duas vias, sendo uma para a penitenciária e outra para o visitante. Estes materiais e objetos serão devolvidos ao final da visitação.

6.3.16.3 Os objetos e materiais permitidos destinados aos presos serão recolhidos e entregues a estes após serem vistoriados e, se for o caso, serão entregues após o horário de visitação.

6.3.16.4 Os visitantes não podem portar:

- máquinas fotográficas, filmadoras e gravadores;
- armas, munições e explosivos;
- ferramentas, serras, combustíveis;
- bebidas alcoólicas e drogas ilícitas;
- valores em dinheiro, cheque ou outros títulos;
- jóias, bijouterias e relógios;
- cartas, bilhetes ou outras comunicações para os presos.

6.3.16.5 Os visitantes podem trazer para os presos:

- papel higiênico, sabonete, sabão em barra, desde que acondicionados em saco plástico transparente;
- creme dental, em tubo flexível, e escova de dentes;
- shampoo e condicionador para cabelos, em embalagens transparentes, bem como tinturas para cabelos em embalagem lacrada;
- biscoitos e pães de queijo acondicionados em embalagens transparentes;
- presunto, mortadela e queijo, acondicionados em embalagens transparentes;
- bolo, sem recheio e sem cobertura;
- frutas, sendo que as cítricas devem estar descascadas;



- doces acondicionados em embalagem transparente;
- vestuário e calçados de uso pessoal;
- livros e revistas sem conteúdo pornográfico;
- um aparelho de barbear descartável de plástico;
- dez maços de cigarros;
- um caderno brochurão

6.3.16.5.1 Os itens especificados acima não poderão ultrapassar o volume correspondente a duas sacolas de plástico comum com capacidade para 5 (cinco) quilos cada.

6.3.16.5.2 Os materiais e objetos fornecidos pela penitenciária devem ser substituídos pelos seus correspondentes, trazidos pelos visitantes.

6.3.16.5.3 Os vasilhames que adentrarem a penitenciária destinados ao preso deverão ser relacionados em formulário próprio, para posterior retorno ao final do horário de visita.

6.3.16.6 Não serão entregues ao preso alimentos que necessitem de refrigeração, cozimento ou outra forma de conservação ou preparo.

6.3.16.7 Os visitantes poderão trazer medicamentos para os presos, ficando estes e as receitas retidas na Diretoria de Atendimento e Reintegração Social da unidade.

6.3.17 Caso o agente penitenciário desconfie que o visitante está portando em partes íntimas do corpo objeto ou material destinado ao preso, informará ao visitante, com autorização do Diretor Geral da penitenciária ou responsável, que será necessária a realização de revista por profissional da área de saúde, conforme legislação em vigência.

6.3.18 Em qualquer caso, se o visitante portar objetos ou materiais ilícitos ou adotar comportamento criminoso, o agente penitenciário deterá o visitante e comunicará o fato ao Diretor de Segurança ou responsável que, então, solicitará a presença de autoridade policial para as providências cabíveis.

6.3.19 O visitante autorizado a entrar na área interna da unidade portará um crachá, em local visível, no qual constará o nome e localização do preso a ser visitado, bem como o número deste no Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Os locais de visita serão indicados pela cor do crachá. O crachá será devolvido ao final da visita.

6.3.20 Os dias para visita, assim como o número de visitantes, poderão ser aumentados, a critério do Diretor Geral da unidade, ouvido o Diretor de Segurança, no Ano Novo, Dia das Mães, Dia dos Pais e no Natal.



6.3.21 Os visitantes não poderão permanecer nas dependências da Penitenciária antes ou depois do horário destinado à visitação.

6.4 Saída e desligamento do preso

6.4.1 O preso somente sairá da penitenciária em que se encontra nos casos de autorização de saída previstos em lei ou mediante ordem judicial.

6.4.1.1 São casos de autorização de saída do preso:

- mediante autorização do Diretor Geral da unidade e com escolta nos casos de falecimento ou doença grave de cônjuge, companheira, ascendente, descendente, irmão, ou necessidade de tratamento médico;
- mediante ato motivado do juiz da execução da pena e sem escolta nos casos de saída temporária para visita à família; frequência a curso supletivo profissionalizante, instrução no ensino médio ou superior, desde que realizados na Comarca do juízo da execução da pena e participação em atividades que concorram para a reintegração do preso à sociedade;
- mediante solicitação de autoridade policial ou judicial, com escolta, para comparecimento a procedimentos nos quais é necessária a presença do preso.

6.4.2 O preso que não retornar à penitenciária após a concessão de alguma das autorizações do item anterior, transcorridas 48 (quarenta e oito) horas do término do prazo indicado para retorno.

6.4.3 O desligamento do preso da penitenciária em que se encontra somente acontecerá nos casos de transferência autorizada pela Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária e nos casos de Alvará de Soltura expedido por autoridade judicial.

6.4.4 O desligamento por Alvará de Soltura somente será efetivado após consulta ao SETARIN sobre a existência de impedimentos para a soltura.

6.4.4.1 Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Alvará de Soltura será encaminhado pela autoridade judicial para o Setor de Arquivo e Informações da POLINTER – SETARIN que, então, procederá à pesquisa sobre impedimentos e lançará as informações que achar necessárias no verso do Alvará, informando ao juízo que enviou o Alvará à penitenciária onde se encontra o preso.

6.4.5 O Alvará de Soltura deverá conter a qualificação completa do beneficiado, a data e a natureza da prisão, a natureza da infração cometida, a pena



imposta, o motivo da soltura, o nome da vítima, o horário de expedição do mandado; e cláusula informando que o preso não poderá ser liberado se houver motivo pelo qual deva permanecer detido.

- 6.4.6** Não serão efetivados desligamentos cujos alvarás de soltura forem apresentados à penitenciária em horário em que não for possível a consulta ao SETARIN ou que comprometa a segurança da referida unidade.

6.5 Trânsito externo do preso

- 6.5.1** A escolta de presos entre unidade prisionais da SEDS, bem como em algum dos casos indicados no item 6.4.1.1, em que seja obrigatória a escolta, será realizada pela Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária, que poderá solicitar a presença de forças policiais nos casos em que a segurança parecer indicar.
- 6.5.2** A escolta de presos será feita apenas em veículos oficiais da SEDS, permitindo-se ao agente penitenciário integrante da equipe de escolta o porte de arma em serviço, exceto na área interna das Penitenciárias.
- 6.5.3** Apenas agentes penitenciários treinados e capacitados para o manuseio de equipamentos de segurança e armamento poderão compor a equipe de escolta.
- 6.5.4** Os agentes penitenciários escalados para a realização de escolta são legalmente responsáveis pelos equipamentos que utilizam e pelos presos que transportam, submetendo-se às sanções administrativas e penais cabíveis nos casos de irregularidade.
- 6.5.5** As penitenciárias não estão autorizadas a criar símbolos, marcas ou insígnias, bem como denominações para as equipes de escolta.

6.6 Segurança geral da penitenciária

- 6.6.1** As pessoas que entrarem na penitenciária, sejam elas servidores da SEDS, servidores de outros órgãos do Estado, prestadores de serviço, dentre outros, deverão ser devidamente cadastradas e credenciadas, constando o dia e horário da entrada e saída.
- 6.6.1.1** Quando a visita religiosa for dispensada a toda a penitenciária, os documentos exigidos, assim como o credenciamento serão iguais ao estabelecido para o atendimento religioso individual. No entanto, a visitação será trabalhada nos moldes do item 6.6.1.
- 6.6.2** As pessoas descritas no item anterior que entrarem na área interna da penitenciária deverão submeter-se à revista corporal e em seus pertences, podendo sofrer revista minuciosa.



- 6.6.2.1** Todos os servidores da penitenciária, sempre que adentrarem ou saírem da área interna da unidade, deverão obrigatoriamente passar por revista corporal.
- 6.6.3** Se for observada irregularidade, a pessoa será detida pela guarda da penitenciária, devendo o Diretor Geral ou responsável solicitar a presença da autoridade policial para as providências cabíveis.
- 6.6.4** Não se submetem à revista de qualquer espécie:
- sem prévia comunicação da presença na penitenciária: senador da república; deputado federal; deputado estadual; representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, desde que credenciado pelo presidente da entidade; Ouvidor das polícias Civil e Militar ou representante autorizado pelo mesmo; magistrados e membros do Ministério Público;
 - mediante prévia e expressa comunicação ao Diretor Geral da Penitenciária, até setenta e duas horas antes da visita: membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos; membro do Conselho Estadual de Defesa Social; titular do órgão oficial de defesa dos direitos humanos ou seu representante; titular de entidade civil de defesa dos direitos humanos comprovadamente em funcionamento por no mínimo dois anos ou seu representante.
- 6.6.5** O Secretário de Estado de Defesa Social, o Secretário Adjunto, o Subsecretário, os Assessores destes, os Assessores Chefes, os Auditores Setoriais, os Chefes de Gabinete, os titulares de Superintendência e os titulares de Diretoria, incluindo os diretores de unidades prisionais não se submetem à revista. Também não se submetem à revista os Secretários de Estado, Secretários Adjuntos e Subsecretários das demais Secretarias do Estado de Minas Gerais.
- 6.6.6** Após a revista, a pessoa não poderá manter contato com quem ainda não passou pelo procedimento.
- 6.6.7** A mudança do preso de pavilhão ou cela somente poderá ocorrer por decisão do Diretor Geral ou de Segurança, nos casos em que a segurança da unidade ou do preso indicar a medida.
- 6.6.8** É proibido estender lençóis e cobertores nas grades da cela ou do pátio, bem como ao redor das camas, impedindo a visualização por parte dos agentes de segurança.
- 6.6.9** Será credenciado em cada penitenciária um servidor que poderá realizar pequenas compras semanais para os presos, de lista previamente definida e autorizada pela direção.



- 6.6.10** Não será reconhecida, no âmbito da penitenciária, qualquer liderança exercida por preso, haja vista que todos têm acesso à direção para formular pleitos.
- 6.6.11** A comunicação escrita será permitida com o mundo exterior, e será submetida a vistoria prévia, quando houver suspeita, para correspondências expedidas e recebidas.
- 6.6.11.1** Toda correspondência recebida ou expedida pelo preso deverá ser devidamente cadastrada no sistema INFOPEN.
- 6.6.12** A comunicação via telefone somente será permitida nas penitenciárias que possuírem telefones públicos acessíveis aos presos, em dias e horários diferenciados, por pavilhão.
- 6.6.12.1** A ligação do preso será efetuada e acompanhada pelo agente penitenciário, que fará constar em formulário: dia, horário, contato, tipo de contato e número do telefone, além do assunto tratado.
- 6.6.12.2** A quantidade de ligações, bem como a duração da mesma será estabelecida pelo Diretor Geral da penitenciária, não excedendo o máximo de quatro ligações mensais de oito minutos cada.
- 6.6.12.3** Toda ligação telefônica efetuada pelo preso deverá ser devidamente cadastrada no sistema INFOPEN.
- 6.6.13** Seja quem for a pessoa a entrar na área interna da penitenciária, é proibida, sem exceções, a entrada de armas de qualquer espécie e telefones celulares.
- 6.6.14** Qualquer veículo ou carga destinado a entrar ou sair da área interna da unidade deverá ser minuciosamente vistoriado.
- 6.6.15** A direção da penitenciária deverá acordar com os fornecedores ou prestadores de serviços, que toda a entrega feita na unidade, a mesma seja o ultimo local de descarregamento. Quando do recolhimento de qualquer material ou objeto, a unidade seja o primeiro local de recolhimento.
- 6.6.16** Se for encontrado objeto ou material ilícito, o responsável e ocupantes do veículo serão detidos pela guarda da penitenciária, devendo o Diretor Geral ou responsável solicitar a presença da autoridade policial para as providências cabíveis.
- 6.6.17** Todos os servidores que estiverem em serviço na penitenciária deverão estar sempre trajando uniformes.



6.6.18 Os uniformes serão elaborados em trabalho conjunto dos titulares das Superintendências de Segurança e Movimentação Penitenciária e de Coordenação da Guarda Penitenciária, sendo aprovados pelo titular da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças e pelo Subsecretário de Administração Penitenciária.

6.6.18.1 Para a elaboração do uniforme observar-se-á que este não pode ser idêntico ou semelhante aos uniformes utilizados pelas Forças Armadas e polícias Militar e Civil, sendo também proibido o uso de símbolos, marcas e insígnias, bem como denominações não previstas em lei, especialmente para servidores da SEDS.

6.6.19 A pintura dos veículos da SEDS, incluindo os destinados à escolta de presos, é responsabilidade da Diretoria de Transporte e Serviços Gerais que se orientará por determinações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, sendo proibida a descaracterização ou alteração do padrão legal.

6.7 Disposições finais:

6.7.1 Toda irregularidade cometida pelos presos deverá ser encaminhada à direção, através de Comunicado Interno, que, caso necessário, remeterá ao Conselho Disciplinar para julgamento, em consonância com o Regimento Disciplinar Prisional – REDIPRI.

6.7.2 Todas as informações relativas ao preso, aos visitantes e à penitenciária, dentre outros, deverão ser registradas no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, sendo vedado o uso de outras ferramentas em informática com o mesmo objetivo, salvo se as penitenciárias não possuírem acesso ao referido Sistema.

7 REFERÊNCIAS

PG.GP.01.02 – Ressocialização
PG.GV.01.01 - Reintegração
FX.GP.01.03 – Ingresso de Presos
FX.GP.01.04 – Trânsito Interno de Presos
FX.GP.01.05 – Trânsito Externo de Presos
FX.GP.01.06 – Visitação a Presos
FX.GP.01.07 – Segurança Geral
POP.GP.01.01 – Verificação da Documentação Jurídica
POP.GP.01.02 – Revista no Preso e nos seus Pertences
POP.GP.01.03 – Definição da Localização da Cella
POP.GP.01.04 – Condução e Retirada do Preso da Cella
POP.GP.01.05 – Realização de Revista no Preso
POP.GP.01.06 – Análise da Viabilidade do Atendimento ao Preso



POP.GP.01.07 – Movimentação do Preso ao Trabalho, Escola, Visitação e para o horário de lazer
POP.GP.01.08 – Análise da Viabilidade da Realização de Escolta Externa
POP.GP.01.09 – Planejamento da Escolta Externa
POP.GP.01.10 – Realização de Revista para a Escolta
POP.GP.01.11 – Realização de Escolta Externa
POP.GP.01.12 – Cadastro e Credenciamento de Visitas do Tipo Social e Religiosa ao Preso
POP.GP.01.13 – Cadastro e Credenciamento de Visitas do Tipo Advogado ao Preso
POP.GP.01.14 – Cadastro e Credenciamento de Visitas do Tipo Íntima aos Presos
POP.GP.01.15 – Revista no Visitante e nos seus Pertences
POP.GP.01.16 – Cadastro e Credenciamento de Visitas de Prestadores de Serviço da Unidade
POP.GP.01.17 – Cadastro e Credenciamento de Visitantes à Penitenciária
POP.GP.01.18 – Realização de Revista em Servidores, Visitas Oficiais, Convidados e nos seus Pertences
POP.GP.01.19 – Realização de Vistoria em Veículos, Ocupantes e Cargas
POP.GP.01.20 – Acompanhamento do Preso no Pavilhão
POP.GP.01.21 – Algemar o Preso
PL.GP.01.01 – Plano de Emergência

8 ANEXOS

Não há



1. FINALIDADE

Estabelecer princípios gerais para o atendimento ao preso nas penitenciárias, subordinadas a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS).

2. FUNDAMENTOS LEGAIS

- **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988
- **Lei Federal n. 7.210, de 11 de julho de 1984**, que institui a Lei de Execução Penal.
- **Lei n. 11.404, de 25 de janeiro de 1994**, que contém normas de execução penal.
- **Lei n. 12.936, de 08 de julho de 1998**, estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências.
- **Portaria 1.777, de 09 de setembro de 2003**, elaborada pelos Ministérios da Justiça e da Saúde, estabelece diretrizes para o atendimento a saúde no sistema penitenciário.
- **Decreto 43.295, de 29 de abril de 2003**, dispõe sobre a organização da SEDS

3. ABRANGÊNCIA

Esta Norma se aplica a todas as Penitenciárias.

4. DEFINIÇÕES

- 4.1 Unidades Prisionais:** Estabelecimento penal subordinado à SEDS vinculado à Subsecretaria de Administração Penitenciária destinado à custódia e ressocialização de presos condenados, provisórios, e de indivíduos submetidos à medida de segurança
- 4.2 Penitenciária:** Estabelecimento subordinado à SEDS e vinculado diretamente à SUAPE destinada à custódia e ressocialização de presos condenados ao regime fechado.
- 4.3 Área interna:** Terreno e prédios existentes no interior das penitenciárias, sendo considerada, a área interna, o espaço delimitado pela muralha e pela portaria.
- 4.4 Área externa:** Terreno e prédios existentes nas áreas pertencentes à penitenciária a partir da muralha e da portaria até o limite da propriedade estatal.
- 4.5 Muralha:** Muro que circunda a área interna da unidade, contendo passadiços e guaritas para vigilância.
- 4.6 Preso condenado:** Preso custodiado em penitenciárias da SEDS que, tendo condenação, encontra-se em execução de pena, ainda que primeira instância.
- 4.7 Guia de Recolhimento:** Documento encaminhado pelo Poder Judiciário para a Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária em que se solicita vaga para o indivíduo condenado. Será provisória nos casos de execução provisória.
- 4.8 Comissão Técnica de Classificação – CTC:** Órgão colegiado conforme determinado pela Lei de Execução Penal, responsável pela elaboração do plano de ressocialização do indivíduo privado de liberdade e avaliações quanto à evolução da execução penal.
- 4.9 Programa Individual de Ressocialização:** programa individualizador da pena privativa de liberdade, adequado ao preso, a ser elaborado pela Comissão Técnica de Classificação, visando sua ressocialização.



5. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

- 5.1 Subsecretaria de Administração Penitenciária:** Gerenciar diretamente as superintendências subordinadas e as unidades prisionais, orientando-se pelas diretrizes e normas gerais da SEDS.
- 5.2 Superintendência de Atendimento ao Sentenciado:** Coordenar todas as ações referentes à ressocialização do preso nas unidades prisionais da SEDS.
- 5.3 Diretoria de Acompanhamento Penal:** Garantir a assistência jurídica aos presos nas unidades prisionais, coordenando as ações e procedimentos dos advogados assistentes jurídicos.
- 5.4 Diretoria de Tratamento Penal:** Determinar os procedimentos de trabalho nas áreas de assistência à saúde em geral e psicossocial, bem como quanto à Comissão Técnica de Classificação e à observação criminológica.
- 5.5 Diretoria de Profissionalização:** Providenciar e coordenar as ações de profissionalização do preso, identificando a necessidade de implementar, em cada unidade prisional, a oficina de trabalho mais adequada.
- 5.6 Diretoria de Educação:** Planejar, coordenar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à formação educacional do preso.
- 5.7 Direção da Unidade Prisional:** garantir o cumprimento da Lei de Execução Penal, no que se refere à administração penitenciária e ao atendimento ao sentenciado observadas as diretrizes da SEDS, composta pelo Diretor Geral, Diretor de Segurança, Diretor de Gestão e Finanças, e Diretor de Atendimento e Reintegração Social.

6. DESCRIÇÃO

- 6.1** Considera-se Ressocialização o resultado esperado pelos atendimentos oferecidos ao preso por meio da custódia, da prestação de assistência jurídica, psicossocial, à saúde, educacional e trabalho, religiosa, bem como da garantia da visitação e do lazer.
- 6.2** O atendimento ao preso deverá observar as possibilidades de desenvolvimento, da capacitação pessoal e reintegração social e será feito de modo planejado e integrado, pelos núcleos envolvidos com as atividades relacionadas no item anterior, com exceção da assistência religiosa, que será garantida pela direção da unidade prisional, nos termos do artigo 5º/VI da Constituição Federal (CF).
- 6.3** Após matriculado na penitenciária, o preso deverá passar por todas as Fases de Atendimento: Acolhida, Classificação, Atendimentos Rotineiros e Reintegração.
- 6.4** Deverá ser elaborado o Programa Individualizado de Ressocialização (PIR), pela Comissão Técnica de Classificação (CTC), com base nos atendimentos de classificação, visando o planejamento e acompanhamento da evolução da ressocialização dos presos.
- 6.5** Os núcleos de assistências das unidades prisionais deverão reportar-se tecnicamente à Diretoria da Superintendência de Atendimento ao Sentenciado, devendo cumprir todas as orientações e determinações desta quanto às suas



atividades, que serão observadas através de visitas às unidades penitenciárias e/ou relatórios periódicos.

6.6 Os Diretores de Atendimento e Reintegração e de Segurança da penitenciária devem, em conjunto, propiciarem condições para ocorrência da ressocialização.

6.7 A realização dos atendimentos ao preso deverá observar o disposto na norma PG.GP.01.01 – Diretrizes de Custódia, quanto aos procedimentos de segurança a serem adotados.

6.8 Acolhida:

6.8.1 A Acolhida é o procedimento que visa o esclarecimento ao preso sobre seus direitos e deveres, normas e procedimentos da unidade penitenciária, além da apresentação dos serviços de atendimento oferecidos durante sua permanência no local.

6.8.2 Esse procedimento tem o objetivo de sensibilizar e promover a credibilidade, bem como postular um novo compromisso social mútuo que implicará no processo de ressocialização e reintegração social, visando a reconquista de sua plena cidadania.

6.8.3 A Acolhida deve ser realizada na primeira semana após a chegada do preso na penitenciária.

6.8.4 A Acolhida é coordenada pela Diretoria de Atendimento e Reintegração e dela participam os Diretores de Atendimento e Reintegração e de Segurança, conforme FX.GP.01.13 – Acolhida.

6.9 Classificação:

6.9.1 O preso deverá ser classificado segundo seus antecedentes e personalidade para orientar a individualização da execução da pena e para elaboração do PIR pela CTC.

6.9.2 Compete à CTC elaborar o PIR para o preso com base técnica no trabalho elaborado pelos núcleos de Saúde, Avaliação e Acompanhamento da Evolução Criminológica, Educação, Profissionalização e mediante o Informe Jurídico detalhado emitido pelo Núcleo de Acompanhamento Penal;

6.10 Atendimentos Rotineiros:

6.10.1 Consiste nos atendimentos que devem ocorrer ao longo do cumprimento da pena, a partir da programação do PIR, bem como os atendimentos emergenciais que possam ocorrer no mesmo período.

6.10.2 Nesta fase compete a CTC :



- Acompanhar o desenvolvimento e cumprimento do PIR, pelos profissionais em exercício nas penitenciárias;
- Avaliar periodicamente a eficiência e a evolução do PIR, conforme frequência definida no próprio PIR, ou quando solicitado, verificando a necessidade de nova programação e adequação dos Núcleos para o seu efetivo cumprimento;

6.11 Atendimentos para Reintegração:

6.11.1 Atendimento ao pré-egresso, preso que encontra-se a 6 (seis) meses de possível saída do sistema.

6.11.2 Consiste em um acompanhamento mais pontual, enfatizando os aspectos bio-psico-social, voltado para uma preparação do preso para o retorno à sociedade.

6.11.3 Compete à CTC realizar a avaliação final de evolução do PIR, disponibilizando-o aos Núcleos de Acompanhamento Penal e de Reintegração Social, visando o retorno do preso, ressocializado, à sociedade.

6.12 Acompanhamento penal:

6.12.1 O atendimento jurídico consiste no controle pontual e atualizado da situação jurídica do preso através do Núcleo de Acompanhamento Penal da unidade, com vista ao requerimento de benefícios legais previstos no decorrer do cumprimento da pena e será prestado por advogados assistentes jurídicos, lotados nas unidades penitenciárias ou por advogados particulares.

6.12.2 O número de presos a serem assistidos por cada advogado assistente jurídico obedecerá a uma divisão eqüitativa entre o número daqueles e o número destes fazendo com que cada advogado tenha sob sua responsabilidade uma média de 80 (oitenta) a 100 (cem) clientes custodiados.

6.12.3 Ainda que o preso tenha advogado constituído, deverá ser incluído obrigatoriamente na cota de um advogado assistente jurídico que, na ocorrência de falta ou ineficácia da assistência, acionará o Diretor de Atendimento e Reintegração para as providências cabíveis.

6.12.4 Classificação jurídica:

6.12.4.1 O atendimento de Classificação do preso tem como objetivo o conhecimento pessoal advogado/cliente, a elaboração do informe de sua situação jurídica, a ser disponibilizado aos demais técnicos, para embasamento de seus trabalhos e início do PIR, o estudo imediato de possíveis previsões de benefícios e o reforço do conteúdo da Acolhida.



6.12.4.2 Caso haja previsão de possíveis benefícios, deve-se dar conhecimento imediato ao preso.

6.12.5 Atendimento jurídico rotineiro:

6.12.5.1 Os atendimentos na fase rotineira de cumprimento da pena têm por objetivos: o reforço do contato advogado/cliente, a prestação de informações atualizadas ao preso sobre sua situação jurídica e a assinatura do preso em petição.

6.12.5.2 Esses atendimentos devem se caracterizar por um diálogo onde prevaleça o poder de convencimento técnico por parte do advogado assistente jurídico.

6.12.5.3 As petições de benefícios a serem encaminhadas ao Poder Judiciário, observados os pressupostos objetivos deverão ser, previamente, instruídas com avaliações de evolução do PIR quais sejam, os pressupostos subjetivos, conforme o benefício pretendido na petição, de acordo com o artigo 112 da Lei 7210/84 (Execução Penal/LEP).

6.12.5.4 Na ocorrência de avaliação negativa da evolução do PIR, o preso deverá ser atendido e orientado tecnicamente sobre a evidente possibilidade de indeferimento do pedido e, socialmente, sobre a necessidade de melhoria de atitude, cabendo ao mesmo a opção de encaminhamento da petição ao Poder Judiciário.

6.12.5.5 Todos benefícios que fizerem parte do conteúdo de petições deverão ser prévia e devidamente instruídos com documento que comprove o direito pleiteado, conforme cada caso.

6.12.6 Atendimento jurídico para reintegração social:

6.12.6.1 Os atendimentos na Fase de Reintegração têm por objetivo a identificação prévia, com antecedência de 06 (seis) meses, de potenciais egressos quais sejam, de presos que cumprirão o total da pena ou que terão direito ao livramento condicional.

6.12.6.2 Identificado o pré-egresso, o advogado assistente jurídico deverá comunicar ao Diretor de Atendimento e Reintegração da penitenciária.

6.12.6.3 O advogado assistente jurídico deverá orientar o preso que a condição de pré-egresso não é direito líquido e certo, e sim uma expectativa de direito, para que não gere prejuízos maiores sob o ponto de vista psicológico.



6.12.7 Outras situações:

6.12.7.1 O advogado assistente jurídico deve defender seu cliente custodiado em processo administrativo junto ao Conselho Disciplinar, conforme dispõe o artigo 56 do Regulamento Disciplinar Prisional (REDIPRI-MG).

6.12.7.2 O advogado assistente jurídico deverá atender o preso na unidade prisional podendo, sempre que necessário, realizar atividades externas compatíveis com a função exercida naquela unidade.

6.13 Atendimento de saúde:

6.13.1 O Atendimento de saúde, preventiva e curativa, compreende os atendimentos médicos e psiquiátricos, farmacêuticos e odontológicos.

6.13.2 Excepcionalmente, se a penitenciária não dispor de pessoal, medicamentos ou equipamentos especializados, conforme o caso, o preso deverá ser encaminhado para a rede hospitalar conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

6.13.3 Os profissionais da área de saúde deverão realizar os atendimentos integralmente na penitenciária.

6.13.4 Nas penitenciárias, com capacidade para até 100 (cem) presos, o atendimento deverá ser prestado dentro da estrutura física da mesma pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, da cidade em que se localiza a penitenciária, sendo que esta equipe deverá ser composta conforme o previsto na Portaria Interministerial 1.777/03.

6.13.5 A Secretaria de Estado da Saúde, em acordo estabelecido pela CIB (Comissão Intergestores Bipartite) repassará aos Municípios/Sedes de Unidades Penitenciárias, os valores devidos em função dos atendimentos de saúde prestados para média e alta complexidade.

6.13.6 O atendimento à saúde deverá observar ainda, as orientações contidas no Plano Nacional de Saúde para o Sistema Penitenciário, bem como no Plano Operativo Estadual de Saúde para o Sistema Prisional.

6.13.7 O Atendimento de saúde será realizado em três fases, quais sejam: classificação, atendimentos rotineiros e atendimento para reintegração.

6.13.8 Atendimento de Classificação:

6.13.8.1 Na Classificação deverão ser levantados os dados do preso que irão compor o Prontuário Geral Padronizado da área de Saúde (PGPS), realizados os exames complementares, planejamento das demais avaliações e a



aplicação das vacinas, esta de acordo com o Plano Nacional de Imunização, conforme critérios estipulados na Portaria Interministerial 1.777/03.

6.13.8.2 O PGPS deve ser encaminhado a CTC para elaboração do PIR.

6.13.8.3 Plano Nacional de Imunização:

- Influenza;
- Tríplice Viral;
- Dupla Viral;
- Hepatite B;
- BCG.

6.13.8.4 Os exames complementares são:

- Raio X do tórax;
- VDRL;
- ELISA;
- Hemograma;
- Uréia;
- Creatinina;
- Glicemia de jejum;
- Anti HBS Ag;
- TGO; TGP e Gama GT;
- Urina rotina;
- Parasitológico de fezes.

6.13.9 Atendimento Rotineiro da Saúde:

6.13.9.1 O Atendimento rotineiro constitui-se do atendimento aos presos de acordo com o planejamento elaborado no PIR e sempre que o preso solicitar ou for necessário.

6.13.9.2 Para os presos classificados inicialmente como saudáveis, o acompanhamento deverá ser anual.

6.13.10 Atendimento para Reintegração:

6.13.10.1 O atendimento ao pré-egresso deverá ser realizado antes da liberação do preso para avaliar se o mesmo adquiriu algum problema de saúde durante sua permanência na penitenciária.

6.13.10.2 O preso deverá ser informado acerca dos dados existentes em seu prontuário de saúde e receberá cópia do cartão de vacina.

6.13.10.3 O preso que tenha passado pela avaliação rotineira nos sessenta dias anteriores à liberação e que não tenha apresentado alterações poderá ser dispensado da avaliação pré-egresso, a critério da direção de atendimento e reintegração social.



6.14 Atendimento psicossocial:

6.14.1 O atendimento psicossocial é aquele prestado por psicólogos e assistentes sociais em exercício nas unidades prisionais.

6.14.2 Os psicólogos e assistentes sociais orientar-se-ão para a execução de suas atividades pelas determinações legais concernentes a cada categoria de profissional e pelas determinações da SASE.

6.14.3 Os psicólogos e assistentes sociais cumprirão carga horária de trabalho integralmente na penitenciária, permitindo-se ao assistente social a realização esporádica de visitas domiciliares, quando necessário.

6.14.4 Tanto o psicólogo, quanto o assistente social poderão atender, ainda, à família do preso e a servidores da unidade penitenciária, quando houver número suficiente de profissionais para a realização de tais atendimentos.

6.14.5 O psicólogo realizará atendimento ao preso com o objetivo de:

- **Classificação Psicológica:** Realizar entrevistas de anamnese e testes psicológicos de forma a identificar o perfil psicológico, estabelecendo um programa de acompanhamento individualizado para o preso dentro do PIR;
- **Atendimento Rotineiro Psicológico:**
 - Acompanhar a adaptação do preso à situação prisional, bem como auxiliá-lo quanto à compreensão do caráter de suas ações e capacidade de agir de modo diferente;
 - Realizar os atendimentos programados no PIR;
 - Realizar os atendimentos emergenciais no nível psicológico que possam vir a ocorrer diariamente;
 - Acompanhar os pacientes/presos em tratamento médico ou psiquiátrico;
 - Elaborar e acompanhar os programas preventivos a serem realizados na Unidade Penitenciária;
 - Avaliar periodicamente se está ocorrendo evolução no nível psicológico do preso quanto à programação do PIR;
 - Avaliar, quando necessário, a evolução do preso quanto a programação do PIR, emitindo parecer à CTC;
- **Atendimento para Reintegração:** prestar atendimentos psicológicos pontuais no período de pré-egresso, encaminhando os resultados à CTC



6.14.6 O Assistente Social realizará atendimento ao preso com o objetivo de:

– **Classificação Social:**

- Realizar entrevistas de anamnese, investigação social , familiar, sócio-educativa e econômica do preso, de forma a identificar o perfil social, estabelecendo um programa de acompanhamento social individualizado para o preso dentro do PIR;
- Realizar o levantamento da situação social e familiar do preso, com o objetivo de sanar eventuais problemas que, nesta área, possam ter levado à ação criminosa;

– **Atendimento Rotineiro Social:**

- Providenciar a emissão, junto aos órgãos competentes, da documentação necessária ao exercício da cidadania pelo preso;
- Realizar os atendimentos programados no PIR;
- Realizar os atendimentos emergenciais no nível social e familiar que possam vir a ocorrer diariamente;
- Acompanhar os pacientes/presos em tratamento médico, psiquiátrico ou psicológico;
- Elaborar e acompanhar os programas preventivos a serem realizados na Unidade Penitenciária.
- Avaliar periodicamente se está ocorrendo evolução social do preso quanto à programação do PIR;
- Avaliar, quando necessário, a evolução social do preso quanto à programação do PIR, emitindo parecer a CTC;
- Coordenar o cadastro para a realização de visitação íntima;
- Realizar as entrevistas para sensibilização quanto às DST/AIDS, uso de contraceptivos e outras informações decorrentes junto às esposas e companheiras, depois de cadastradas.

- **Atendimento para Reintegração:** prestar atendimentos sociais pontuais no período de pré-egresso, encaminhando os resultados à CTC

6.15 Laudos criminológicos:

6.15.1 O Exame Criminológico será realizado nas Unidades Penitenciárias que disponham de equipe específica, quando solicitado.

6.15.2 Excepcionalmente, as unidades penitenciárias que não possuem equipe especializada para realização do Exame Criminológico deverão atender as solicitações do Poder Judiciário através do encaminhamento da Avaliação da Evolução do PIR, acompanhado da explicação da impossibilidade de realização do Exame Criminológico.



6.15.3 Os pressupostos subjetivos (artigo 112 da LEP) solicitados para instrução de petições de benefícios ao Poder Judiciário, deverão ser encaminhados através de Avaliação da Evolução do PIR.

6.16 Atendimento religioso:

6.16.1 É garantida ao preso a liberdade de culto, observando-se, quanto à realização dos mesmos, os limites impostos pela segurança e disciplina.

6.16.2 A penitenciária poderá contar com representantes das religiões professadas pelos presos, sendo permitido, de qualquer forma, o atendimento prestado por representante religioso não contratado pela unidade penitenciária.

6.17 Atendimento educacional:

6.17.1 O Atendimento educacional consiste na formação escolar e profissional do preso.

6.17.2 O ensino fundamental é obrigatório nas penitenciárias, integrado à rede escolar oficial.

6.17.3 O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico e levará em consideração as aptidões dos presos e a demanda das oficinas de trabalho instaladas na penitenciária.

6.17.4 A assistência educacional poderá ser objeto de convênios ou contratos com instituições públicas ou privadas que ofereçam a instalação de escolas ou cursos especializados nas penitenciárias.

6.17.5 Cada penitenciária deverá contar com biblioteca própria, cujo acervo será orientado pela Diretoria de Educação da SASE.

6.18 Trabalho:

6.18.1 O trabalho é obrigatório para o preso.

6.18.2 Cabe ao Núcleo de Profissionalização a seleção de presos para as oficinas de trabalho instaladas na penitenciária.

6.18.3 A seleção dos presos para as oficinas de trabalho obedecerá às conclusões da CTC sobre cada preso, inclusive com a elaboração de um perfil laboral, e orientar-se-á pelas condições físicas, habilidades e talentos demonstrados pelo preso.

6.18.4 Apenas o preso com curso fundamental completo, ou neste matriculado, poderá candidatar-se ao trabalho nas oficinas da penitenciária.



- 6.18.5** O preso poderá ser selecionado para o trabalho na categoria de aprendiz. O número de aprendizes em cada tipo de trabalho será fixado pelo Núcleo de Profissionalização que também procederá, conforme relatórios de avaliação, à promoção do aprendiz à categoria de profissional.
- 6.18.6** Para o desligamento do preso da oficina de trabalho, o Núcleo de Profissionalização deverá ouvir a CTC.
- 6.18.7** O gerenciamento do trabalho dos presos na unidade penitenciária é responsabilidade da Diretoria de Atendimento e Reintegração Social, através do Núcleo de Profissionalização.
- 6.18.8** O trabalho na unidade penitenciária não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Contudo, deverão ser observadas as normas referentes à higiene e segurança, inclusive quanto a utilização de equipamentos de segurança, cuja guarda e controle são responsabilidade do monitor da oficina de trabalho.
- 6.18.9** A atividade de artesanato ou outra que não tenha expressão econômica será realizada de forma limitada.
- 6.18.10** Os presos selecionados cumprirão jornada de trabalho de quarenta horas semanais, com oito horas diárias de trabalho, de segunda e sexta-feira, e duas horas, no máximo, de intervalo para almoço.
- 6.18.11** A jornada de trabalho padrão poderá ser alterada nos casos de participação nas atividades de serviços gerais da unidade prisional ou em outra atividade laboral que demande horário diferenciado devido à sua natureza.
- 6.18.12** O preso poderá ausentar-se do local de trabalho nos casos em que for atendido por outras áreas, inclusive pela direção da unidade ou no de visitas extraordinárias autorizadas pelo Diretor Geral da unidade penitenciária.
- 6.18.13** As faltas ao trabalho só serão justificadas mediante a apresentação de atestado médico e cumprimento de ordem judicial, inclusive quanto à autorização para saídas temporárias.
- 6.18.14** Só caberá a remissão de pena para os dias efetivamente trabalhados, descontando-se os dias de repouso obrigatório, ausências e faltas, ainda que justificadas.
- 6.18.15** O contrato de trabalho do preso deverá ser firmado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e particulares, empresas públicas ou privadas, ou órgãos públicos da administração pública direta ou indireta.



- 6.18.16** Nos casos de trabalho contratado pela própria Secretaria de Estado de Defesa Social, para execução em unidade penitenciária ou outro local, o contrato deverá ser firmado entre o preso e a Secretaria.
- 6.18.17** O convênio ou contrato firmado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e entidades parceiras, para contratação da mão de obra penitenciária, terá seu cumprimento fiscalizado pela direção da unidade e obrigará a entidade ao seguinte:
- Cumprir as normas e instruções relativas à segurança da unidade penitenciária;
 - Repassar para a unidade penitenciária valor correspondente a dois por cento do valor do salário mínimo vigente para cobertura em caso de acidente de trabalho;
 - Ressarcir ao Estado, se for o caso, pela utilização de infra-estrutura da unidade penitenciária, como o fornecimento de água e luz, e pagamento de valor referente à depreciação de máquinas e equipamentos disponibilizados pela unidade prisional;
 - Recolher junto à unidade penitenciária os valores referentes ao pagamento aos presos e demais despesas até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado;
 - Fornecer todo o equipamento de segurança necessário e adequado ao trabalho.
- 6.18.18** A remuneração do preso não pode ser inferior a 3/4 (três quartos) do valor do salário mínimo vigente, inclusive para o trabalho remunerado por produção, sendo distribuída conforme tabela do PL.GP.01.04 – Remuneração do Preso.
- 6.18.19** O preso aprendiz receberá cinquenta por cento da remuneração paga ao profissional.
- 6.18.20** O pagamento ao preso deverá ser feito pela penitenciária, através do Núcleo de Finanças, o único autorizado a fornecer e recolher recibos. O pagamento sofrerá os descontos legais.
- 6.18.21** O ressarcimento ao Estado será recolhido à conta de recursos diretamente arrecadados pela Secretaria de Estado de Defesa Social.
- 6.18.22** O valor referente à formação do pecúlio do preso será depositado em caderneta de poupança individual, em banco oficial, segundo orientações da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças. Ao preso serão fornecidas cópias dos comprovantes de depósito, bem como informações sobre o saldo.
- 6.18.23** A parte líquida da remuneração percebida pelo preso poderá ficar em seu poder ou depositado no Núcleo de Finanças da unidade prisional,



respeitando os limites definidos no PG.GP.01.01. O preso também poderá destinar parte ou o valor integral para ser entregue para a sua família.

- 6.18.24** Eventuais pagamentos por danos causados pelo preso ao Estado serão descontados, de forma integral ou parcelada, da remuneração líquida.
- 6.18.25** Toda a produção da penitenciária será destinada ao consumo interno ou venda externa mediante recibo da penitenciária e emissão de nota fiscal, sob pena de responsabilizar-se o servidor que der causa à irregularidade.
- 6.18.26** É vedada ao servidor/prestador de serviço de penitenciária ou seus parentes até o terceiro grau a intermediação para a venda de produção da unidade penitenciária.
- 6.18.27** O servidor/prestador de serviço da penitenciária poderá adquirir produtos da unidade para uso e consumo próprios.
- 6.18.28** Os servidores públicos estaduais em geral e os municipais da localidade onde está instalada a penitenciária, poderão adquirir produtos da mesma, para uso e consumo próprios, com dez por cento de desconto sobre o valor da tabela para a venda.
- 6.18.29** A produção das penitenciárias será vendida apenas a vista, sendo os valores arrecadados depositados em conta da Secretaria de Estado de Defesa Social, conforme orientações da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças.
- 6.18.30** Produções artesanais e artísticas dos presos serão vendidas de acordo com tabela fornecida por aqueles, recolhendo-se o valor auferido ao Núcleo de Finanças da unidade penitenciária, à disposição do preso.

6.19 Lazer

- 6.19.1** Durante o horário de lazer, profissionais da área de atendimento ao preso poderão realizar observações que acharem necessárias quanto ao comportamento dos mesmos.
- 6.19.2** A Diretoria de Atendimento e Reintegração Social da penitenciária poderá, elaborar, com os presos, atividades de lazer orientado, em conjunto com a Diretoria de Segurança.

6.20 Visitação ao preso:

- 6.20.1** Cabe à Diretoria de Atendimento e Reintegração Social, através de assistente social, o cadastramento e o credenciamento de visitantes do preso, bem como a avaliação da conveniência da recepção de visitas pelo preso e quais



peçoas poderão visitá-lo, em conjunto com a Diretoria de Segurança e ouvindo o preso.

- 6.20.2** O cadastramento, efetuado no INFOPEN, deverá ser aproveitado por todas as penitenciárias. O credenciamento é atividade a ser realizada para cada final de semana de visita e só diz respeito à unidade em que se encontra o preso.
- 6.20.3** A Diretoria de Segurança da unidade penitenciária, nos dias de visita, não dará entrada a pessoas que não estiverem previamente credenciadas, conforme lista fornecida pela Diretoria de Atendimento e Reintegração Social da unidade.
- 6.20.4** Os procedimentos para o cadastramento de visitas sociais devem ser iniciados, pelo menos, uma semana antes do dia previsto para a primeira visita. Para as visitas íntimas, deve ser observado um prazo de, pelo menos, quinze dias.
- 6.20.5** A documentação necessária ao cadastramento deverá ser entregue à assistente social de segunda à sexta-feira, durante o horário comercial.
- 6.20.6** Para as visitas sociais, exige-se, para o cadastramento, a apresentação de folha de antecedentes criminais emitida pela Polícia Civil e que será analisada pela Diretoria de Reintegração Social em conjunto com a Diretoria de Segurança. Será analisada, também, a relação entre o visitante e o preso.
- 6.20.7** Para a realização de visitas íntimas, a unidade penitenciária oferecerá ao preso, ainda no Exame Classificatório, palestras de sensibilização quanto às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, bem como a realização dos exames HIV, VDRL e Hepatite B e atestado fornecido pelo médico em exercício na penitenciária. O preso deverá apresentar, em todo caso, certidão de casamento ou declaração de existência de laço afetivo por pelo menos seis meses, comprovada por duas testemunhas; declaração de que tem ou não conhecimento que o visitante é portador de doença infecto-contagiosa, responsabilizando-se por eventual contaminação.
- 6.20.8** Caso o preso se recuse à realização dos exames, a unidade penitenciária deve elaborar Termo de Responsabilidade a ser assinado pelo preso e por sua esposa ou companheira.
- 6.20.9** A esposa ou companheira menor de idade deverá apresentar autorização judicial para a realização de visitas íntimas.
- 6.20.10** Para o visitante, serão oferecidas palestras de sensibilização quanto às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.
- 6.20.11** Caso haja insistência da manutenção de visita íntima para o preso portador de doença infecto contagiosa, a companheira deverá assinar declaração de



que tem conhecimento do fato, responsabilizando-se por eventual contaminação

- 6.20.12** A visita íntima poderá ser realizada das 18:00 (dezoito) às 06:00 (seis) horas durante a semana, em local apropriado ou, na falta deste, em cela individual.
- 6.20.13** Um mesmo preso não terá cadastrado mais de uma visita íntima, sendo que no caso de alteração, todos os procedimentos deverão ser realizados para o novo visitante.
- 6.20.14** Uma mesma visita não deverá ser cadastrada como íntima para mais de um preso.
- 6.20.15** É vedado ao servidor da penitenciária intermediar qualquer tipo de visita em desacordo com esta norma.
- 6.20.16** Durante a realização de visitas sociais, os Núcleos da Diretoria de Atendimento e Reintegração farão as observações necessárias sobre o comportamento dos presos, bem como poderão efetuar atendimentos aos visitantes, sobretudo aos familiares dos presos.
- 6.20.17** Procedimentos quando do cometimento de faltas pelo visitante são os descritos no PG.GP.01.01 – Segurança.

6.21 Disposições finais:

- 6.21.1** Toda irregularidade cometida pelos presos deverá ser encaminhada à direção, através de Comunicado Interno, que, caso necessário, remeterá ao Conselho Disciplinar para julgamento, em consonância com o Regimento Disciplinar Prisional – REDIPRI.
- 6.21.2** Todas as informações relativas ao preso, aos visitantes e à penitenciária, dentre outros, deverão ser registradas no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, sendo vedado o uso de outras ferramentas em informática com o mesmo objetivo, salvo se as penitenciárias não possuírem acesso ao referido Sistema.

7. REFERÊNCIAS

PG.GP.01.01 – Segurança
PG.GV.01.01 – Reintegração
FX.GP.01.08 – Atendimento Jurídico Rotineiro
FX.GP.01.09 – Classificação Jurídica
FX.GP.01.10 – Avaliação Disciplinar do Sentenciado
FX.GP.01.11 – Classificação do Sentenciado
FX.GP.01.12 – Atendimento Rotineiro
FX.GP.01.13 – Acolhida



FX.GP.01.14 – Controle Financeiro da Renda do Sentenciado
FX.GP.01.15 – Controle Financeiro da Produção
FX.GP.01.16 – Aquisição e Dispensação de Medicamentos e Material Médico e Odontológico
POP.GP.01.22 – Montagem e Manuseio do Prontuário Geral Padronizado Jurídico – PGPJ
POP.GP.01.23 – Elaboração de Prestação de Contas de Receitas de Produção
POP.GP.01.24 – Elaboração de Prestação de Contas de Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento
POP.GP.01.25 – Compra com Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento
POP.GP.01.26 – Elaboração de Prestação de Contas de Pagamentos Efetuados
POP.GP.01.27 – Análise da Situação Jurídica
POP.GP.01.28 – Planejamento do Atendimento Jurídico
POP.GP.01.29 – Preenchimento da Folha de Pagamento do Sentenciado
POP.GP.01.30 – Desligamento do Sentenciado por Concessão de Benefício
POP.GP.01.31 – Planejamento do Atendimento de Saúde
POP.GP.01.32 – Planejamento do Atendimento de Avaliação e Acompanhamento da Evolução Criminológica
POP.GP.01.33 – Preenchimento do Mapa de Medicamentos pelo Enfermeiro
POP.GP.01.34 – Preenchimento do Mapa de Medicamentos pelo Almojarife
POP.GP.01.35 – Montagem e Manuseio do Prontuário Geral Padronizado de Saúde – PGPS
POP.GP.01.36 – Realização de Exame Classificatório pelo Psicólogo, Criminalista e Assistente Social
PL.GP.01.02 – Profissionalização do Sentenciado
PL.GP.01.03 – Comissão Técnica de Classificação
PL.GP.01.04 – Remuneração do Preso

8. ANEXOS

Não há.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO
VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA
POP.GP.01.01

HISTÓRICO DAS REVISÕES		
Revisão	Data	Descrição
00	14/10/2004	Emissão inicial
ELABORAÇÃO		
MARCELO ÁLVARO ASSIS DE TOLEDO Diretor de Segurança		
VERIFICAÇÃO	VERIFICAÇÃO	VERIFICAÇÃO
HELLEN SOARES LIMA Diretora de Modernização e Informática	RUBENS G. STANCIOLI Auditor Setorial	GUSTAVO COSTA NASSIF Assessor Jurídico Chefe
APROVAÇÃO		
JOSÉ KARAM Diretor da Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária		
CÓPIA NÃO CONTROLADA		



1. REFERENCIA

Processo de Ingresso de Presos.

2. ABRANGÊNCIA

Assessoria Técnico Operacional/SSMP

3. EXECUTANTE

Servidor da Assessoria/SSMP

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

Documentos jurídicos enviados.

5. OBJETIVOS

Garantir o recebimento dos documentos adequados para iniciar os processos de transferência, internação, matrícula ou informações diversas sobre os presos.

6. DESCRIÇÃO

6.1. Para Transferência de Presos por Ordem Judicial, receber:

6.1.1. Guia de Recolhimento:

6.1.1.1. Verificar se a Guia de Recolhimento descreve o tipo de regime a ser adotado e a identificação detalhada do preso (**Nome completo**, filiação, **número do RG**, naturalidade e data de nascimento);

Nota: Os itens em **negrito** são obrigatórios.

6.1.2. Ofício de Transferência:

6.1.2.1 Verificar se o ofício indica o motivo da transferência e a identificação detalhada do preso (**Nome completo**, filiação, **número do RG**, naturalidade e data de nascimento);

Nota: A guia de recolhimento é de envio obrigatório, sendo o ofício um documento complementar.

6.2. Para Transferência de Presos por Ordem Administrativa:

6.2.1. Ofício de Transferência:

6.2.1.1. Verificar se o ofício indica o motivo da transferência e a identificação detalhada do preso (**Nome completo**, filiação, **número do RG**, naturalidade e data de nascimento);

6.3. Para Matrícula e Internação:

6.3.1. Guia de Recolhimento

6.3.1.1. Verificar a descrição de:



- a. Data do crime, sentença, denúncia, do trânsito em julgado para o ministério público e para o réu;
- b. Número de processos;
- c. Regime de condenação;
- d. Enquadramentos;
- e. Tempo de pena.

6.3.2. Sentença:

6.3.2.1. Descrever o processo de condenação;

6.3.3. Denúncia:

6.3.3.1. Descrever o fato ocorrido;

6.3.4. Guia de Internação:

6.3.4.1. Para a internação, a guia de internação deve descrever o motivo e a causa da solicitação com a identificação detalhada do preso (**Nome completo**, filiação, **número do RG**, naturalidade e data de nascimento);

6.3.5. Atestado Médico e Carcerário:

6.3.5.1. Para o atestado médico, descrever as condições físicas e/ou psíquicas do preso;

6.3.5.2. Para atestado carcerário, descrever o histórico do preso durante a permanência nas unidades da polícia civil;

6.3.6. Informações Diversas do Preso:

6.3.6.1. Ofício de solicitação com identificação detalhada do preso (**Nome completo**, filiação, **número do RG**, naturalidade e data de nascimento).

7. CUIDADOS NECESSÁRIOS

- Verificar se os documentos estão assinados.
- Somente receber a Guia de Recolhimento, via fax, com a autorização do Diretor da Superintendência de Segurança e Movimentação Penitenciária para casos emergenciais.
- Somente receber a Guia de Recolhimento original via Correios.

8. AÇÃO IMEDIATA EM CASO DE IRREGULARIDADE

Em casos emergenciais, entrar em contato com as autoridades competentes, via telefone, para complementar as informações necessárias.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

9. ANEXOS

Não há.



1. REFERENCIA

Processo de Ingresso de Presos

2. ABRANGÊNCIA

Equipe de Identificação, Revista e Vistoria

3. EXECUTANTE

Agente Penitenciário

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

- Sala de revista;
- Maca;
- Máscara;
- Luvas;
- Caixa para pertences;
- Kit básico do preso;
- Detector de metais tipo bastão;
- Algemas;
- Cadeira de rodas;
- Muleta;
- Papel e caneta;
- Máquina de corte de cabelo;
- Tesoura sem ponta e pente;
- Formulário de Pertences do Preso;
- Lacre de Segurança (selo);
- Faca, colher e garfo;
- Chave de fenda e chave Philips;
- Bastão de Bambu;
- PG.GP.01.01 – Penitenciária.

5. OBJETIVOS

Eliminar a entrada de objetos proibidos dentro da penitenciária durante o ingresso do preso.

6. DESCRIÇÃO

6.1. Vestir a máscara e as luvas;

6.2. Determinar que o preso fique de frente para a parede e realizar a busca manual;



6.3. Realizar a vistoria manual do cabelo do preso;

6.4. Retirar algemas do preso;

6.5. Determinar que o preso se dispa;

6.5.1. Realizar revista manual e com o detector de metais nas roupas e calçados do preso;

6.5.2. Caso seja preso, realizar a revista da seguinte forma:

6.5.2.1. Boca:

- Determinar que o preso abra a boca;
- Levante a língua;
- Retire a prótese dentária, caso utilize.

6.5.2.2. Ânus:

- Determinar que o preso realize 03 ou mais agachamentos de frente e de costas;
- Caso haja suspeita de irregularidade, determinar que o preso dê alguns passos agachado.
- Caso haja suspeita de irregularidade, realizar a busca íntima, porém acompanhado de uma pessoa habilitada: enfermeiro ou médico (Lei 12492/1997).

6.5.2.3. Barba:

- Para os casos em que o preso possua uma barba excessiva, realizar a vistoria manual.

6.5.2.4. Pé:

- Determinar que o preso vire-se de costas, coloque as mãos na parede e levante um pé;
- Realizar a vistoria do solado do pé e entre os dedos;
- Repetir o mesmo procedimento para o outro pé.

6.5.2.5. Frente:

- Solicitar que o preso levante os braços e realizar vistoria visual;

6.5.2.6. Costas:

- Realizar vistoria visual.

6.5.2.7. Unhas, orelhas e umbigo:

- Realizar vistoria visual.

6.5.2.8. Proteses:



- Determinar que o preso retire a prótese;
- Havendo necessidade, acionar um profissional do Núcleo de Saúde, para auxiliar na retirada da prótese;
- Realizar a vistoria visual e manual com bastão de bambu;
- Devolver a prótese ao preso.

6.5.3. Caso seja sentenciada, realizar a revista seguindo os mesmos procedimentos do masculino, exceto os utilizados para a barba, incluindo:

6.5.3.1. Vagina:

- Determinar que a sentenciada realize 03 ou mais agachamentos de frente e de costas;
- Caso haja suspeita de irregularidades, determinar que a sentenciada dê alguns passos agachada;
- Realizar a vistoria local com o detector de metais;
- Caso a sentenciada não tenha condições de realizar o agachamento, solicitar que deite na maca, em posição ginecológica, e realizar a vistoria local, visualmente e com o detector de metais;
- Caso não haja uma maca disponível, determinar que a sentenciada apóie um dos pés no vaso sanitário ou cadeira e realize 03 ou mais agachamentos.
- Nota: Para o caso de sentenciada grávida, não será realizado o agachamento, porém a gravidez deverá estar devidamente comprovada com atestado médico.

6.5.3.2. Seios:

- Determinar que a sentenciada levante os seios;
- Realizar a vistoria visual.

6.6. Determinar que o preso se vista;

6.7. Algemar o preso conforme descrito no POP.PG.01.21 – Algemar o preso;

6.8. Verificar se os pertences trazidos pelo preso podem ser admitidos na unidade, conforme definido no PG.GP.01.01 – Penitenciária;

6.9. Para os itens que não forem entrar com o preso, relacioná-los, em duas vias, no Formulário de Pertences do Preso, conforme modelo apresentado no anexo 01;

6.9.1. Guardar todos os pertences em uma caixa lacrada;

6.9.2. Armazenar a caixa lacrada em local específico para arquivamento;



6.10. Para os pertences do preso permitidos a entrar na penitenciária, relacioná-los em outro Formulário de Pertences do Preso e executar vistoria, de acordo com os seguintes procedimentos:

6.10.1. Retirar das sacolas, malas ou trouxas os pertences do preso na sua presença;

6.10.2. Realizar vistoria manual minuciosa e com o detector de metais nos objetos do preso (sacolas, livros, roupas, sapatos, caixas, etc.);

6.10.3. Havendo receitas e resultados de exames médicos e medicamentos, identificá-los com o número do INFOPEN e o nome do preso, encaminhando-os ao Núcleo de Saúde e Atendimento Psico-social;

6.10.4. Solicitar a uma pessoa especializada (técnico), acompanhando todo o tempo, a realização do teste dos equipamentos eletro-eletrônicos na frente do preso.

Nota a: Caso o técnico não possa realizar os teste dos equipamentos ou a unidade esteja sem energia elétrica no momento da vistoria, deve-se reter o equipamento até que o técnico possa realizar os testes.

Nota b: Deve ser observada a tensão do equipamento e a da unidade.

6.10.4.1. Solicitar que o técnico ligue o equipamento na frente do preso;

6.10.4.2. Solicitar que o técnico abra o equipamento;

6.10.4.2.1. Verificar se possui alguma irregularidade;

6.10.4.3. Solicitar que o técnico feche o equipamento e realize o teste final na frente do preso;

6.10.4.4. Lacrar o equipamento com o Lacre de Segurança (selo);

6.10.4.5. Registrar o equipamento no Formulário de Pertences do Preso, discriminando-o, detalhadamente;

6.11. Recolher e contar a quantidade de dinheiro que está em posse do preso;

6.11.1. Entregar ao preso, a quantidade de dinheiro permitida pelo PG.GP.01.01 – Penitenciária.

6.11.2. Recolher e entregar ao responsável pelo recebimento do preso, a quantidade de dinheiro restante na presença do mesmo;

6.11.3. Registrar no Formulário de Pertences do Preso a quantidade total de dinheiro do preso;

Nota: Caberá ao responsável pelo recebimento do preso repassar o dinheiro restante ao Núcleo de Finanças da unidade.



- 6.12.** Recolher a assinatura do preso nas duas vias do Formulário de Pertences do Preso e assiná-lo;
- 6.12.1.** Entregar uma via do formulário ao preso e arquivar a outra via.
- 6.13.** Caso seja verificada a existência de hematomas, escoriações, ferimentos, fraturas ou outros tipos de irregularidades físicas, encaminhar o preso para a execução do exame de corpo de delito;
- 6.14.** Caso sejam encontrados materiais proibidos em posse do preso, conforme definido no PG.GP.01.01 – Penitenciária, encaminhar o preso ao lavramento do BO / flagrante;
- 6.15.** Não havendo irregularidades, encaminhar o preso para o corte de cabelo (máquina 02 ou o equivalente utilizando a tesoura), barba e banho (higiene pessoal).
Nota: Para o banho do preso, a algema deverá ser retirada e o agente deverá acompanhar.
- 6.16.** Determinar que o preso se vista;
- 6.17.** Algemar o preso após a higienização, conforme descrito no POP.GP.01.21 – Algemar o preso;
- 6.18.** Retirar a máscara e as luvas;
- 6.19.** Entregar o Kit básico ao preso e colher assinatura do preso no Formulário de Pertences do Preso.

7. CUIDADOS NECESSÁRIOS

- O detector de metais deverá ser utilizado durante todas as etapas da vistoria.
- O preso deverá sempre ser algemado com as mãos para trás; caso haja necessidade de transportar algum objeto, o preso poderá ser algemado com as mãos para frente.
- Todo o procedimento de revista deverá ser acompanhado com supremacia de força por parte dos agentes.
- A revista feminina deverá ser feita apenas por agentes femininos.
- Caso o preso chegue engessado deve-se:
 - a. Passar o detector de metais para fazer a verificação inicial;
 - b. Após a passagem do detector de metais, o preso deverá ser encaminhado à unidade de saúde mais próxima para retirar o gesso e realizar nova vistoria.
- Caso o preso chegue à unidade na cadeira de rodas ou muleta:



- a. A cadeira ou muleta deverá ser trocada pela da unidade e deve-se recolher a do preso, para ser entregue na saída deste.
- b. Caso não seja possível trocar a cadeira de rodas ou muleta do preso, recolher a mesma e utilizar a do Núcleo de Saúde e Atendimento Psico-social até que seja feita a vistoria minuciosa na cadeira ou muleta do preso.
- Os procedimentos de revista não deverão ser feitos apressadamente, evitando que o mesmo seja realizado de forma negligente.

8. AÇÃO IMEDIATA EM CASO DE IRREGULARIDADE


- Caso seja apurada alguma irregularidade durante a revista, o material deverá ser apreendido, deverá ser realizada uma comunicação interna ao diretor de segurança, e, caso necessário, acionar a Polícia Militar para registrar o Boletim de Ocorrência.
- Caso o Kit não tenha todos os objetos necessários para o preso ingressar na penitenciária, estes deverão ser complementados com os objetos do preso, devidamente vistoriados

9. ANEXOS

Anexo I: 421.08 – Pertences do Preso



Anexo I
Formulário 421.08 – Pertences do Preso

 SEDS	Pertences do Preso
Preso: <input type="text" value="1"/>	Nº do INFOPEN: <input type="text" value="2"/>
Familiar: <input type="text" value="3"/>	Doc. Identificação: <input type="text" value="4"/>
Funcionário Responsável: <input type="text" value="5"/>	Data: <input type="text" value="6"/>
Entregues pela(o): <input type="checkbox"/> Família <input type="text" value="7"/> <input type="checkbox"/> Preso	Devolvidas a (ao): <input type="checkbox"/> Família <input type="text" value="8"/> <input type="checkbox"/> Preso
1. Pertences Liberados	
Quantidade	Descrição dos Pertences
<input type="text" value="9"/>	<input type="text" value="10"/>
2. Pertences Retidos	
Quantidade	Descrição dos Pertences
<input type="text" value="11"/>	<input type="text" value="12"/>
3. Quantia em dinheiro	
<input type="text" value="13"/>	
4. Observações	
<input type="text" value="14"/>	
<input type="text" value="15"/>	<input type="text" value="16"/>
Assinatura do Preso:	Assinatura da Família:
<input type="text" value="17"/>	
Assinatura do Funcionário:	

421.08



Forma de Preenchimento do Pertences do Preso – 421.08

CAMPO	DESCRIÇÃO	FINALIDADE/INSTRUÇÕES	RESPONSÁVEL
01	PRESO	Nome do preso	UNIDADE PRISIONAL
02	N. DO INFOPEN	Número do INFOPEN do preso	
03	FAMILIAR	Nome do familiar do preso	
04	DOC DE IDENTIFICAÇÃO	Documento de identificação do familiar do preso	
05	FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL	Nome do funcionário da unidade responsável pelo preenchimento	
06	DATA	Data do preenchimento	
07	ESTREGUES PELO	Indicar com 'X' quem entregou os pertences à unidade	
08	DEVOLVIDOS AO	Indicar com 'X' a quem foram devolvidos os pertences	
09	QUANTIDADE	Quantidade de pertences liberados pela unidade	
10	DESCRIÇÃO	Identificação dos pertences liberados	
11	QUANTIDADE	Quantidade de pertences retidos pela unidade	
12	DESCRIÇÃO	Identificação dos pertences retidos pela unidade	
13	QUANTIA EM DINHEIRO	Quantia em dinheiro pertencente ao preso	
14	OBSERVAÇÕES	Anotações gerais que se queira fazer	
15	ASSINATURA DO PRESO	Assinatura do preso	
16	ASSINATURA DA FAMÍLIA	Assinatura do representante da família do preso	
17	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO	Assinatura do funcionário da unidade responsável pelo preenchimento	



1. REFERENCIA

Macro Processo de Segurança da Penitenciária

2. ABRANGÊNCIA

Equipe de Trânsito Interno

3. EXECUTANTE

Agente Penitenciário

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

- Algemas;
- Tonfa ou bastão.

5. OBJETIVOS

Conduzir e retirar o preso da cela com segurança visando o atendimento e a reintegração do mesmo.

6. DESCRIÇÃO

6.1. Condução do preso à cela:

- 6.1.1.** Verificar a localização da cela e do pavilhão do preso com o coordenador do núcleo de segurança interna;
- 6.1.2.** Algemar o preso, conforme descrito no POP.GP.01.21 – Algemar o preso;
- 6.1.3.** Conduzir o preso algemado até a cela;
- 6.1.4.** Solicitar que o agente penitenciário responsável pela segurança do pavilhão abra a cela do preso;
- 6.1.5.** Determinar que o preso entre na cela;
- 6.1.6.** Solicitar que o agente penitenciário responsável pela segurança do pavilhão tranque a cela do preso;
- 6.1.7.** Determinar que o preso coloque as mãos para fora da portinhola;
- 6.1.8.** Retirar as algemas do preso;
- 6.1.9.** Realizar revista no preso, conforme POP.GP.01.05 – Realização de revista no preso.

Nota: Para o processo de Ingresso de Presos, não será necessária a revista na cela.

6.2. Retirada do preso da cela:

- 6.2.1.** Verificar com o coordenador do núcleo de segurança interna:
 - 6.2.1.1** O destino para a movimentação do preso;



- 6.2.1.2.** A localização da cela e do pavilhão do preso;
- 6.2.2.** Realizar revista no preso, conforme POP.GP.01.05 – Realização de revista no preso;
- 6.2.3.** Determinar que o preso coloque as mãos para fora da portinhola;
- 6.2.4.** Algemar o preso, com as mãos para trás, conforme descrito no POP.GP.01.21 – Algemar o preso, caso o preso vá sair do pavilhão ou vá ter atendimento técnico dentro do pavilhão.
- 6.2.5.** Solicitar que o agente penitenciário responsável pela segurança do pavilhão abra a cela do preso;
- 6.2.6.** Determinar que o preso saia da cela de costas;
- 6.2.7.** Solicitar que o agente penitenciário responsável pela segurança do pavilhão tranque a cela do preso;
- 6.2.8.** Conduzir o preso, segurando as algemas com a mão que não é a de ação, ao local específico;
- 6.2.9.** Retirar as algemas do preso que está sendo conduzido para o atendimento técnico / entrevistas, caso solicitado pelo técnico ou responsável.

7. CUIDADOS NECESSÁRIOS

- Não parar com o preso durante a movimentação.
- Evitar contatos com outros presos.
- O agente deverá manter a discrição com o preso (evitar conversas).
- Caso o preso tenha dificuldades na movimentação, deverá solicitar ajuda de um outro agente ou de um veículo oficial para realizar o transporte até o local específico.
- O Núcleo de Segurança Interna deverá reservar alguns uniformes, caso a unidade não disponha do mesmo para todos os presos, visando a realização de trânsito externo, uma vez que, em se tratando de trânsito interno para a realização de trânsito externo, os presos deverão estar uniformizados sem roupas sobressalentes.



8. AÇÃO IMEDIATA EM CASO DE IRREGULARIDADE

Ocorrendo alguma irregularidade grave (crime), o agente deverá conduzir o preso ao Núcleo de Segurança Interna, para que o Diretor de Segurança tome as devidas providências.

9. ANEXOS

Não há.



1. REFERENCIA

Processo de Trânsito Interno de Presos

2. ABRANGÊNCIA

Equipe de Trânsito Interno

3. EXECUTANTE

Agente Penitenciário

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

- Tonfa ou bastão;
- Rádio HT;
- Algemas;
- Planejamento de Movimentação Interna.

5. OBJETIVOS

Garantir a segurança da unidade durante a movimentação interna do preso para o trabalho, escola, horário de lazer ou visitação, visando a reintegração do mesmo.

6. DESCRIÇÃO

6.1. Movimentação para o trabalho e a escola:

6.1.2. Determinar que o preso, de costas, coloque as mãos para fora da portinhola;

6.1.3. Algemar o preso, conforme descrito no POP.GP.01.21 – Algemar o preso, para movimentações para o trabalho e para a escola que se situam fora do pavilhão;

6.1.4. Solicitar ao responsável pela segurança do pavilhão que abra a cela do preso;

6.1.5. Determinar que o preso saia da cela, de costas;

6.1.6. Caso a cela não seja individual, repetir o mesmo procedimento com outro preso;

6.1.7. Conduzir os presos, de dois em dois, da cela até a oficina de trabalho ou à sala de aula, determinando que eles permaneçam em silêncio durante todo o trajeto;

6.1.7.1. Para os presos que não estão algemados, cuja movimentação não seja para fora do pavilhão, determinar que eles permaneçam com os braços para trás do corpo;

6.1.8. Solicitar ao responsável pela segurança da oficina ou da sala de aula, que abra a porta do local;

6.1.9. Determinar que os presos entrem na oficina ou na sala de aula, calmamente;

6.1.10. Após a entrada de todos os presos na oficina ou na sala de aula, permitir a entrada do instrutor ou do professor;



- 6.1.11.** Solicitar, ao responsável pela segurança na oficina ou na sala de aula, o trancamento da porta do local;
- 6.1.12.** Portar-se em pontos estratégicos fora da oficina ou da sala de aula, observando o preso durante todo o período de trabalho ou escola;
- 6.1.13.** Ao final do período de trabalho ou término da aula, retirar o instrutor da oficina ou o professor da sala de aula;
- 6.1.14.** Determinar o afastamento de todos os presos para o fundo da oficina ou da sala de aula;
- 6.1.15.** De posse do Planejamento de Movimentação Interna, chamar os presos, individualmente, pelo nome;
- 6.1.16.** Determinar que os presos aguardem o término da revista nos outros presos, de pé, no fundo da oficina ou da sala de aula;
- 6.1.17.** Realizar a revista no preso, conforme procedimento descrito no POP.GP.01.05 - Realização de revista no preso;
- 6.1.18.** Repetir o mesmo procedimento com outro preso;
- 6.1.19.** A cada dois presos revistados, conduzi-los da oficina de trabalho ou da escola até a cela, determinando que eles permaneçam em silêncio, durante todo o trajeto;
- 6.1.19.1.** Para os presos que não estão algemados, determinar que eles permaneçam com os braços para trás do corpo durante todo o trajeto;
- 6.1.20.** Solicitar a abertura da porta da cela ao agente responsável pela segurança do pavilhão;
- 6.1.21.** Determinar que o preso entre na cela;
- 6.1.22.** Solicitar o trancamento da porta da cela ao agente responsável pela segurança do pavilhão;
- 6.1.23.** Retirar as algemas do preso, através da portinhola da cela, quando aplicável.
- 6.2.** Movimentação para os horários de lazer e de visitas:
 - 6.2.1.** Acorrentar a porta de acesso ao pátio do pavilhão à grade do pátio, trancando-a com cadeado na sua parte superior ou colocar um pino no chão para travar a abertura da porta de acesso ao pátio do pavilhão;



- 6.2.2. Acompanhar os presos, dois a dois, no trajeto da cela até o portão do pátio, determinando que eles permaneçam com os braços para trás do corpo e em silêncio;
- 6.2.3. Abrir o portão do pátio e permitir a saída dos presos;
- 6.2.4. Observar a movimentação dos presos no pátio, posicionando-se em pontos estratégicos nas galerias;
- 6.2.5. Ao final do período de lazer ou da visitação, determinar o afastamento dos presos para o fundo do pátio;
- 6.2.6. Determinar que os visitantes deixem o pátio, individualmente;
- 6.2.7. De posse do Planejamento de Movimentação Interna, chamar os presos, individualmente, pelo nome;
- 6.2.8. Abrir o portão do pátio e conduzir o preso até a sala específica para a revista;
- 6.2.9. Realizar revista no preso, conforme procedimento descrito no POP.GP.01.05 - Realização de revista no preso;
- 6.2.10. Acompanhar o preso até a cela, determinando que ele permaneça com os braços para trás do corpo e em silêncio durante todo o trajeto;
- 6.2.11. Solicitar a abertura da porta da cela ao agente responsável pela segurança do pavilhão;
- 6.2.12. Determinar que o preso entre na cela;
- 6.2.13. Solicitar o trancamento da porta da cela ao agente responsável pela segurança do pavilhão;
- 6.2.14. Repetir o mesmo procedimento com os demais presos.

7. CUIDADOS NECESSÁRIOS

- Os presos, cuja movimentação interna seja para o trabalho ou para a escola, devem estar uniformizados.
- Não parar com o preso durante a movimentação.
- Não permitir contatos com outros presos.
- Evitar conversas com o preso.
- Ficar atento para aglomerações de presos e ações suspeitas.
- Não permitir o transporte, pelo preso, de objetos da cela para o trabalho ou vice-versa, salvo nos casos permitidos pelo PG.GP.01.01 – Penitenciária.
- Permitir somente o transporte de materiais escolares da cela para a escola;



- Não permitir o trânsito de presos entre as oficinas e salas de aula.
- Todo o procedimento de revista deverá ser acompanhado com supremacia de força por parte dos agentes.
- A revista feminina deverá ser feita apenas por agentes femininos.
- Ao término da visita, no mínimo 10 agentes deverão estar dispostos em pontos estratégicos dentro do pavilhão.
- Todos os portões de acesso dentro do pavilhão deverão ser trancados com cadeado quando não houver movimentação.
- O portão de acesso ao pavilhão deverá ser fechado apenas no ferrolho.
- Durante a movimentação, fechar os portões de acesso que serão utilizados dentro do pavilhão, mas não trancá-los com cadeados, mantendo apenas o portão de acesso ao corredor do pavilhão (portão entre a gaiola e o pátio do pavilhão) com um agente postado do lado do portão e o cadeado transpassado no ferrolho.

Nota: Os portões dentro do pavilhão que não serão utilizados durante a movimentação deverão estar trancados com cadeado.

- Os procedimentos de movimentação não deverão ser realizados apressadamente, evitando que o mesmo seja realizado de forma negligente.

8. AÇÃO IMEDIATA EM CASO DE IRREGULARIDADE

- Encontrando algum objeto de uso proibido, recolher o material, elaborar o Comunicado interno, encaminhando tanto o objeto quanto o documento, ao Diretor de Segurança, e registrar a ocorrência.
- Caso o preso tenha dificuldades na movimentação, solicitar reforço a um outro agente para realizar a sua movimentação.
- Caso seja disponibilizado uniformes para o preso cuja movimentação é para o trabalho ou para a escola, e ele não estiver uniformizado ao ser conduzido para a oficina ou para a sala de aula, não retirá-lo da cela.
- O preso não poderá utilizar, além das peças íntimas, roupas por baixo do uniforme.
- Caso ocorra alguma irregularidade utilizar o rádio HT para comunicar com Núcleo de Segurança Interna, para que sejam tomadas as devidas providências.

9. ANEXOS

Não há.